



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FELIPE LEVI OLIVEIRA NOGUEIRA

CONVERSANDO SOBRE POLÍTICA:
O VOTO FACULTATIVO E O INTERESSE DO JOVEM PELA POLÍTICA

FORTALEZA

2012

FELIPE LEVI OLIVEIRA NOGUEIRA

**CONVERSANDO SOBRE POLÍTICA:
O VOTO FACULTATIVO E O INTERESSE DO JOVEM PELA POLÍTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino.

FORTALEZA

2012

Página reservada para ficha catalográfica que deve ser confeccionada após apresentação e alterações sugeridas pela banca examinadora.

Para solicitar a ficha catalográfica de seu trabalho, acesse o site: www.biblioteca.ufc.br, clique no banner Catalogação na Publicação (Solicitação de ficha catalográfica)

FELIPE LEVI OLIVEIRA NOGUEIRA

**CONVERSANDO SOBRE POLÍTICA:
O VOTO FACULTATIVO E O INTERESSE DO JOVEM PELA POLÍTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino.

Aprovada em: 10/02/2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Danyelle Nilin Gonçalves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ms. José Estevão Machado Arcanjo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTO

Todas as experiências que vivenciei, dentro e fora da universidade, na condição de aluno da instituição, contribuíram para minha formação acadêmica e humana. Assim, sou muito grato a todas as oportunidades que me surgiram enquanto fui aluno do departamento de Ciências Sociais da UFC, a minha família, a todos os amigos que ali cultivei e que me foram sempre fiéis nessa jornada, e a todos os professores, que me forneceram um conhecimento e uma visão bastante ampliada do mundo. Meus olhos nunca mais verão a realidade como antes. Obrigado!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação e a interação entre indivíduo e esfera política no Brasil: motivações e interesses. O estudo concentra sua análise em indivíduos na faixa etária entre 16 e 17 anos de idade. A opção pela categoria foi motivada pelo caráter facultativo que o voto assume na legislação brasileira para indivíduos integrantes desta faixa etária, já que para esses brasileiros o voto é uma faculdade e não uma obrigação legal. A compreensão da dinâmica destes jovens com o sistema político é vista principalmente pelo ângulo institucional, a relação do indivíduo com o voto, no pleito de 2010. Através de entrevistas em grupos com os adolescentes e dados provenientes de diversos estudos, busca-se observar suas percepções acerca do universo político que estão integrados. O que eles pensam do voto, da política, da democracia? Será que são apáticos e desinteressados quando o assunto é a política? O estudo visa elucidar algumas destas questões.

Palavras-chave: Democracia. Participação. Política.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the relationship and interaction between the individual and politics in Brazil: motivations and interests. The study focuses its analysis on individuals aged between 16 and 17 years old. The by category option was motivated by the optional character that the vote takes on Brazilian law for individuals members of this age group: for those Brazilian voting is a right and not a legal obligation. Understanding the dynamics of these young people with the political system is mainly seen by the institutional angle, the individual's relationship with the vote in the election of 2010. Through interviews in groups with teens and data from several studies seek to observe their perceptions about the political universe that integrate. What do they think the vote, politics, democracy? Are they apathetic and disinterested when it comes to politics? The study aims to elucidate some of these issues.

Keywords: Democracy. Participation. Politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Apoio a Democracia e Satisfação com o Regime no Brasil, 2002-2010 (%).....	32
Gráfico 2 – Evolução do Eleitorado Apto a Votar no Brasil	41
Gráfico 3 – Não pode haver Democracia sem [...] no Brasil	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Abstenção no 2º Turno nas Eleições Presidências Erro! Indicador não definido.	1
Tabela 2 – Confiança nas Instituições no Brasil 2010 (%)	38
Tabela 3 – N° de Participantes que	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	15
2.1 Político e desinteresse na democracia.	16
2.2 Poliarquia	20
2.3 O debate da participação	22
2.4 Democracia e política	25
3 DEMOCRACIA NO BRASIL	29
3.1 A saúde da democracia brasileira	30
3.2 O sistema político brasileiro	33
3.2.1 O sistema eleitoral	36
3.2.2 O Sistema partidário	37
3.3 Números do eleitorado jovem brasileiro	39
4 CONVERSANDO SOBRE POLÍTICA	443
4.1 Os entrevistados	44
4.2 O que é política?	488
4.3 O que é Democracia?	533
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:	57
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	665
APÊNDICE B – ENTREVISTAS	66

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, um artigo publicado em um jornal estrangeiro e reproduzido no Brasil por um periódico de grande expressão nacional suscitou, entre jornalistas, especialistas e a opinião pública, debates sobre apatia e o desinteresse político do brasileiro. O texto intitulado *Por qué Brasil no tiene indignados?* é de autoria de Juan Arias – correspondente internacional do jornal espanhol *El País* no Brasil.¹ Arias questionava o porquê de não eclodir, no Brasil, um movimento de indignados em resposta aos vários escândalos de corrupção que surgem, todo dia, estampados nas páginas de jornal, telas de TV e no ciberespaço. Ele não consegue entender o motivo de tanta apatia no cidadão comum perante os atuais escândalos, principalmente, porque este é o mais afetado pelos assaltos aos cofres públicos. Assim, a pessoa que demonstraria maior preocupação com este problema é a presidente Dilma Rousseff que na ocasião já havia destituído dois ministros acusados de corrupção - indicados para assumir as pastas da Casa Civil e Transportes por seu padrinho político e antecessor, o ex-presidente Lula.

E as pessoas das ruas por que não reagem a tantos desmandos e não formam um movimento de indignados a exemplo do que vem ocorrendo nos países árabes - onde as massas tomam os espaços públicos e exigem democracia, uma distribuição equilibrada das riquezas, um novo modo de fazer política – ao invés de assistirem a tudo passivamente? Segundo Arias, as únicas causas que conseguem mobilizar os brasileiros atualmente, fazendo com que lotem as ruas, são a dos homossexuais (que a cada ano reúne milhares de pessoas nas mais diversas cidades do país), das igrejas evangélicas em comemoração a Jesus, e as marchas pela legalização da maconha.

Não entrando no debate do mérito positivo ou negativo do distanciamento por parte dos indivíduos – questão de suma importância para teoria e os sistemas democráticos - o que pretendo pincelar ao evocar o artigo é a retomada da discussão, na opinião pública e na comunidade acadêmica, das atitudes do cidadão brasileiro em relação à política e sua aparente indiferença no âmbito da vida social. Demonstrando assim, atualidade do assunto e sua pertinência em nossa sociedade. Como argumenta Abu-El-Haj (2008) - ao se referir as perspectivas do Cientista político norte americano Robert Dahl sobre os obstáculos da democracia contemporânea - que a sombra do autoritarismo se dissipou no horizonte dos sistemas democráticos e a nova ameaça que paira sobre eles é o aumento das desigualdades,

¹ (*O Globo*, 11/07/2011).

que gera nos cidadãos conformidade e o abandono da participação no espaço público.

Muitos de nós, integrantes da sociedade brasileira, isolados em nossas preocupações individuais e cotidianas, distantes das câmaras de vereadores, assembleias legislativas, congresso nacional, senado, não estamos protegidos das decisões tomadas ali. Medidas adotadas, naqueles espaços, incidirão, em maior ou menor amplitude, na rotina dos cidadãos residentes em determinada cidade, estado, e no caso do Congresso Federal, em todo o Brasil. Uma emenda aprovada pelo Congresso Federal relativo à legislação previdenciária soa tão distante a maioria dos estudantes do ensino médio em Fortaleza, embora afetará suas vidas não imediatamente como o aumento na passagem de ônibus e sim a longo prazo, quando estes jovens estiverem no mercado de trabalho e se tornarem contribuintes da Previdência. Assim, uma medida bem mais impactante na vida dessas pessoas, com o passar do tempo, do que uma medida com consequências imediatas, como o aumento da passagem de ônibus.

O indivíduo se afasta da política e se dedica a esfera individual, em grande parte, não compreende que não querer participar ou escolher já é tomar um lado, o ato de omissão ao que o indivíduo se coloca é uma ação de escolha – ele está passando a terceiros o poder de decidir por ele. Ele pode ceder o seu direito de decisão a outro, mas não poderá se isentar da responsabilidade das consequências da escolha que fez ao se omitir, ao transferir o seu direito a outro, o indivíduo legitima as escolhas feitas por aquele terceiro, sendo tão responsável pelos fatos que aquela escolha irá causar quanto o indivíduo que a tomou.

A participação legitima a continuidade e expansão do sistema democrático. Entender a dinâmica deste processo, seus déficits e avanços, ajuda a compreender a qualidade da democracia no país e favorece o planejamento de novos mecanismos que promovam a disseminação dos valores democráticos. A democracia, apesar de se manter estável no Brasil, tendo sido afastada ameaça autoritária, apresenta alguns obstáculos ao seu fortalecimento. Um destes problemas é um déficit de participação dos cidadãos na vida pública. A falta de participação, geralmente, vem acompanhada pelo desinteresse e alheamento com a esfera política, podendo ser manifestada também com o abstencionismo.² Ao mesmo tempo em que o desinteresse aumento no Brasil – as eleições de 2010 registraram o maior nível de abstenção no 2º turno, desde o retorno das eleições direta em 1989 – acompanhamos a perda de

² Segundo Pasquino (1998), o termo é geralmente utilizado para definir ação de não votar nas eleições, mas também pode abranger a não participação em uma série de atividades políticas. Nesta perspectiva, o Abstencionismo é pensado como um primeiro estágio de desinteresse político que poderia evoluir para um estado de apatia política ou alienação.

legitimidade dos partidos políticos que vêm perdendo, gradualmente, espaço como meio aglutinador de interesses e canal de diálogo de segmentos da sociedade com o Estado.³

Tabela 1 – Abstenção no 2º Turno nas Eleições Presidências

1989	1994	1998	2002	2006	2010
14,40%	-	-	20,46%	18,99%	21,47%

Fonte: TSE, 2010.

O crescente desinteresse da população pela política e o desuso dos canais institucionais tradicionais de ligação entre Estado e sociedade tornaram necessário uma reflexão sobre o fenômeno de apatia política no Brasil. Uma análise deste processo é um instrumento para a elaboração de novas estratégias que busquem a construção de políticas de incentivo e desenvolvimento de uma educação participativa da população brasileira e de reestruturação nas formas de fazer política na sociedade brasileira do século XXI.

Com relação ao artigo mencionado acima, outra crítica do jornalista Juan Arias é dirigida contra a juventude brasileira de hoje, que parece não demonstrar o vigor dos jovens de gerações passadas que lutaram por seus direitos e um Brasil melhor. É justamente nesta categoria que pretendo deter minha análise, buscando encontrar as motivações para sua participação e afastamento da política.

Os métodos de investigação usados foram substancialmente de três tipos: qualitativo – grupos focais –; quantitativo – dados provenientes do sistema eleitoral, pesquisas de opinião e estatísticas de órgãos do governo -, e pesquisa histórica.

O primeiro problema metodológico enfrentado para se trabalhar com dados relativos à participação e apatia política é desenvolver um critério para mensurar os dados e classificá-los. Neste caso, as primeiras indagações ficaram centradas nesta questão: como caracterizar e medir a apatia política? A medida pensada para solucionar o impasse foi utilizar as informações provenientes do sistema eleitoral. Contudo, sabemos que o uso dos dados fornecidos pelo sistema eleitoral brasileiro, com objetivo de medir a participação do cidadão, só é possível se forem feitas algumas ponderações.

³ Em pesquisa realizada pelo Vox Populi encomendada pela AMB (Associação Brasileira de Magistrados) em 2008 e publicada em agosto do mesmo ano revela que apenas 10% dos entrevistados levam mais em conta o partido na hora de votar contra 76% que afirmam levar em conta mais a pessoa do candidato. A pesquisa afirma ainda que o partido político é importante para 54% dos eleitores (*FOLHA ONLINE*, 12/08/2008).

No Brasil, a legislação eleitoral torna o voto obrigatório, impossibilitando a utilização do escrutínio como forma decisiva de medição da participação política de um quinhão significativo da população apta a votar. Não obstante, o voto poderia servir como um indicador do interesse do cidadão pela política se relacionado aos indivíduos de faixas etárias que detêm o direito de voto facultativo, adolescentes entre 16 e 17 anos, e adultos maiores de 70 anos. Optei pela escolha deste grupo etário, o de idade mais avançada, pela melhor disponibilidade e acesso, aos jovens de 16 a 17 anos, para realização de entrevistas e grupos focais.

Não obstante, algumas colocações feitas sobre a medição da participação do jovem a partir das estatísticas do sistema eleitoral brasileiro, o dispositivo elaborado para mensurar a participação ainda possui algumas limitações. Este método não tem como distinguir o jovem apático, que se absteve de votar, do jovem que não votou por convicção ideológica ou do jovem que votou porque acredita que sua participação é importante e do jovem que votou em troca de algum benefício para ele ou algum familiar. Tendo em vista este problema e para complementar as estatísticas de cunho eleitoral foi adicionado o método do grupo focal.

O grupo de indivíduos utilizado como amostra para tratar da temática da apatia são os jovens, especificamente do grupo etário de 16 a 17 anos, brasileiros e residentes no município de Fortaleza.⁴ Foram realizadas três entrevistas em grupos de adolescentes que estavam na idade referida, em outubro de 2010. Ao total, o número de indivíduos participantes foi de 17, sendo quatro na primeira, três na segunda e dez na terceira. A técnica do grupo focal, apesar de fornecer informações sem validade estatística, permitiu apreender informações bem mais detalhadas e completas do que as provenientes da aplicação de questionário. Através dos debates promovidos em grupo, podem-se elucidar algumas motivações gerias presentes na fala dos entrevistados, como representações do desinteresse político no depoimento dos indivíduos.

Não tenho dados sobre outras formas de participação dos jovens, como filiação partidária, engajamento em organizações da sociedade civil, participação em atos políticos. Sei que a democracia não se resume no simples ato de votar. Não obstante, existirem outras maneiras de participar além desta, todavia, o voto não pode ser descartado como uma

⁴ Por motivos de metodologia, optei por não utilizar a classificação do IBGE para jovens, que abrange indivíduos de 16 a 24 anos. Escolhi tratar dos jovens de 16 a 17 anos porque a legislação eleitoral referente à obrigatoriedade do voto não se aplica a este grupo etário.

ferramenta de medição do interesse político entre os jovens.

O quadro referencial teórico do presente trabalho tem por arcabouço, fundamentalmente, pensadores que lançaram mão de reflexões do sistema democrático. Outros temas de competência da ciência política se fazem necessários com a finalidade de complementar e fortalecer o argumento defendido aqui. A relação entre Estado e democracia, as transformações na esfera da política no Brasil e no mundo, as condições autóctones da democracia na sociedade brasileira, entre outros. Uma discussão central para empreender objetivo deste trabalho é o lugar do fenômeno da apatia política nas teorias da democracia atuais.

Robert Dahl, além de contribuir para o debate acerca da participação política, fornece um modelo analítico para se pensar os sistemas políticos vigentes no mundo, elaborando uma classificação para os sistemas segundo duas dimensões: participação e contestação pública. Quanto mais elevado for o nível do governo em relação aos dois quesitos, maior é o grau de democratização presente nele. Os sistemas com índices significativos de democratização são classificados como Poliarquias – regimes com forte grau de inclusão e contestação pública - o mais próximo que um Estado pode chegar de uma democracia plena. O conceito de Poliarquia foi o modelo necessário utilizado para se pensar o sistema político brasileiro na presente pesquisa.

Para tratar da relação entre Estado e democracia, soma-se a lista de autores, o filósofo político Norberto Bobbio. Seus estudos abordam ainda o papel da sociedade civil como espaço de promoção da democracia e as constantes transformações que este regime assume na época atual.

A leitura de alguns autores, como Robert Putnam, Arend Lijphart e José A. Moisés fornecem embasamento no que tange à experiência de introdução e desempenho das instituições democráticas no Brasil e no mundo, demonstrando as condições da democracia corporificada em instituições e na prática cotidiana em diferentes locais do globo, tendo em vista a situação em que se apresenta no Brasil.

No primeiro capítulo, é abordado o conceito de democracia que irá nortear a pesquisa e uma discussão do papel da participação na teoria democrática. Iremos apresentar também algumas considerações sobre o fenômeno de apatia nos sistemas democráticos existentes e o papel da política no estado democrático. No referido capítulo, reside o referencial teórico desta monografia.

O segundo capítulo trata da configuração da democracia no Brasil de hoje – sistema eleitoral e partidário – e apresenta algumas informações sobre apoio e confiança no regime. Além disso, são analisados os números do comparecimento eleitoral dos adolescentes nas eleições nacionais. Dados de várias pesquisas são usados para fornecer alguns números da democracia e do sistema político no Brasil.

Por último, no terceiro capítulo, são apresentados os adolescentes participantes da pesquisa e suas impressões sobre temas como democracia e política. São observadas as motivações para a participação e para o seu afastamento desta esfera, além de temas relevantes para o debate político atual. No final do capítulo, são desenvolvidas as considerações finais da pesquisa e algumas conclusões.

2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Logo ao sair de casa pela manhã cedo, milhares de fortalezenses se deparam, em seu trajeto para o trabalho, escola ou uma simples locomoção pela cidade seja qual for seu destino, com uma malha viária metropolitana cravejada de buracos, situação bastante recorrente na vida da quinta maior capital brasileira. Um problema que não faz distinção entre ricos e pobres, afetando tanto proprietários de veículo automotor particular como usuários de transporte coletivo. Cito o caso de Fortaleza em particular por se tratar de uma realidade próxima, mas com isso não pretendo tratar acerca do estado da malha viário no Brasil, poderíamos ressaltar tanto os buracos de Fortaleza, como a superlotação das cadeias pelo Brasil, a falta de urbanização nas cidades brasileiras ou a péssima conservação das estradas federais; tanto pode ser em nível local ou nacional, a ineficiência na gestão dos recursos públicos é um estado a muito conhecido no país.

O cientista político norte-americano Robert Putnam se debruçou sobre a problemática da ineficiência das instituições e serviços públicos tendo como pano de fundo a Itália. Ele inicia sua pesquisa de vinte anos na Itália - entre as décadas de 70 e 80 do século XX – sobre as reformas institucionais que reconfiguraram o sistema de administração pública naquele país, com um pequeno questionamento, nas palavras do autor: “Por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?” (PUTNAM, 2006).

Neste período do século XX, a Itália passava pelo processo de implementação de um novo modelo de divisão político-administrativo, com a reformulação de antigas instituições agora voltadas a produzir maior eficiência e desenvolvimento para as novas regiões criadas por este modelo. Após uma apurada análise, o cientista político encontra uma variável de peso para o esclarecimento das iniquidades verificadas entre as duas regiões italianas: o civismo da comunidade. Esta instituição teria surgido ao longo da história italiana, representando certo aporte de capital social concentrado em determinada área, um tipo de tradição participativa dos cidadãos na vida pública. Uma de suas raízes teria surgido nas províncias do norte da Itália em decorrência de diferentes modelos. A comunidade cívica seria um fator determinante no melhor desempenho das instituições democráticas e na satisfação popular com estas verificadas na pesquisa de Putnam: onde os cidadãos eram mais participativos havia uma melhor resposta do governo ao atendimento das demandas sociais e uma melhor aprovação da população do sistema democrático.

Os estudos realizados por Putnam (2006), na Itália, atestam que onde havia uma maior integração e envolvimento do cidadão, nos assuntos públicos, ocorria um melhor fornecimento de serviços por parte do Estado, e onde não se atestou o mesmo índice de participação dos indivíduos e a mesma qualidade no atendimento das demandas da sociedade pelo Estado, foi constatadas repostas e execuções menos eficazes; assim a insatisfação com as instituições democráticas e políticas apresenta níveis superiores nas regiões com melhor participação.

Pensando o caso italiano e tendo em vista os benefícios de um alto nível de participação popular, nos assuntos da administração pública, como boa parte dos brasileiros se mantém afastado da política, já que as suas consequências afetam todo o corpo da sociedade? Putnam (2006) demonstra que se tal sociedade possui uma parte numerosa de seu corpo engajada e interessada na vida pública, ela é propícia a encontrar caminhos bem mais criativos, melhor execução e resultados eficientes para solucionar seus problemas de ordem coletiva. Sociedades como a brasileira, onde o desinteresse pela política é encontrado facilmente em meio aos seus cidadãos, como esperar da máquina estatal melhor utilização dos seus impostos, sendo revertidos em serviços públicos satisfatório sem engajamento e cobrança por parte do seu corpo civil? Por que esperar as necessidades serem atendidas se os cidadãos não manifestarem suas preferências através de escolhas conscientes e responsáveis de seus representantes? Respondendo a pergunta com a qual dá partida a sua longa investigação, Putman (2006) infere que uma cultura participativa e os canais por ela abertos podem gerar instituições mais eficientes e uma maior satisfação dos cidadãos com o governo.

2.1 Político e desinteresse na democracia

O que é a política se não a conjunção das ações humanas visando sempre um bem maior para o coletivo, um modo de gerenciar a vida dos homens em sociedade, canalizando recursos e esforços para a construção de um bem comum? Esta acepção da palavra política como a busca de um fim comum ao um coletivo é encontra na obra do filósofo Aristóteles. A concepção de política assim formulada está impregnada por uma ideia de busca da felicidade; a elaboração de um espaço comum para que os homens organizados em sociedade congreguem seus esforços tendo em vista a obtenção da felicidade coletiva materializada na conquista de um fim comum para determinada comunidade. No pensamento grego, o homem se realizaria como ser na atividade pública, debatendo, na *Ágora* em Atenas, os rumos que sua

cidade iria tomar, envolvendo-se em todo tipo de questão a respeito dos bens públicos.

A política - apesar de se constituir em uma esfera de grande importância para a sociedade - era restrita a poucos na antiguidade, o direito de participar, nesta esfera, era uma prerrogativa dos cidadãos das cidades-estados e repúblicas na idade antiga, ficando de fora grande parcela da população (eram excluídas mulheres, escravos, crianças e grande parte dos estrangeiros). Não obstante, ocupar um espaço central, na vida dos cidadãos das repúblicas do mundo antigo, a política vem assumindo, em nossa época, cada vez mais uma conotação inversa, sendo expressa pelo senso comum como alheia ao cotidiano do povo, imaginada por um prisma em grande parte negativo, simbolizada na consciência coletiva como antro de corrupção e mentira, vista como uma atividade em que só idiotas acreditam, perdendo toda a mística que cercava a atividade política nas antigas civilizações ocidentais - uma total inversão do significado semântico que o termo *idiótes* assumia na civilização grega antiga. Retomo a ideia dos professores Mario Sérgio Cortella e Renato Janine Ribeiro (2010), em seu livro *Política: para não ser um idiota*. Segundo eles, o termo *idiótes*, do qual deriva a palavra idiota, era utilizado, na Grécia Antiga, para caracterizar o indivíduo que só se interessava por sua vida privada, mantendo distância das preocupações com a vida pública, não participando da política.

Na atualidade, se verifica que é cada vez mais comum ouvir expressões, assimilando a política como coisa de idiota. Os autores identificam um sequestro semântico e uma inversão do significado original da palavra - que em tempos antigos - era usada para classificar aquele indivíduo que não desejava participar da política - que assume um significado contrário na sociedade contemporânea - indivíduos que participam e acreditam na política.

De uma esfera da vida social, onde poucos possuíam o direito de participação na antiguidade, a política assume, com a expansão do direito de cidadania na idade contemporânea, a estratos da sociedade antes marginalizados, um lugar alheio e distante no interesse diário do indivíduo. Cortella e Ribeiro ressaltam ainda que, na sociedade grega, o idiota não era livre, pois o conceito de liberdade dos gregos era associado à política. A liberdade era alcançada na participação da vida pública da comunidade, o sujeito que direcionava suas preocupações apenas para seus problemas individuais e esquecia os assuntos de ordem coletiva não dispunha dessa liberdade.

Ao citar as cidades-estados, surge, em nossa mente, um ideal de cidade modelo de participação e engajamento político por parte de todo o corpo de cidadãos - Atenas. No

entanto, há relatos, em obras da época, que se referem ao desinteresse de parte dos cidadãos pela política. Ou seja, o fenômeno de desinteresse da população pela política não é comum apenas em sociedades que possuem democracias recentes, como o Brasil, e em países de tradição democrática arraigadas, como os Estados Unidos – seu sistema de governo democrático vigora há mais de 200 anos -, não é peculiar somente aos estados democráticos contemporâneos:

[...] o fato de que um número importante de cidadãos não aproveitam as oportunidades de participar na vida política parece um fenômeno universal. Em Atenas [...], os homens que tinham cidadania, e que constituíam o *demos*, incluíam um estrato apolítico considerável. Se compararmos a conjectura de alguns estudiosos de que no quinto século antes de Cristo o *demos* consistia em trinta ou quarenta mil pessoas com a estimativa de que não havia mais de dezoito mil assentos no *Pnix*, onde se reunia a assembleia de todos os cidadãos, e se levarmos em consideração que para alguns propósitos o *quorum* era de 6.000, parece óbvio que uma proporção importante do *demos* normalmente não assistia às sessões da assembleia. (DAHL, 1981, p. 86-87, grifos do autor).

Por ser um fenômeno já detectável nas primeiras formas de democracia que se tem registro na civilização ocidental, o desinteresse do cidadão pela política não constitui uma anomalia, mas um problema que os governos democráticos devem manter sempre dentro de certos limites aceitáveis – um baixo índice de participação pode significar uma fragilidade no apoio da sociedade à democracia.⁵ Os indivíduos adultos integrantes de sistemas políticos que se interessam em acompanhar e participar da política não respondem por uma proporção significativa dos integrantes deste sistema, sendo considerados, normalmente, uma minoria. A existência do “estrato apolítico” é verificada em todos os sistemas políticos das sociedades humanas.⁶

Essa relação entre o fenômeno de não participação e as medidas do Estado para minimizar o desinteresse do cidadão não é um fato recente na democracia. Mais uma vez, retomo o exemplo da Cidade-estado de Atenas, que no início do século IV A.C., instituiu o *misthos ekklesiasticos*, um pagamento de 6 óbolos diários – moeda da época – para o cidadão que comparecesse às assembleias. Logo após o fim da Guerra do Peloponeso, quando a fome e a miséria se abateram sobre grande parte da população da Ática e afastou ainda mais os cidadãos atenienses da política, esvaziando a Assembleia da *ekklésia* - assembleia que reunia

⁵ Pasquino (1998) afirma que no caso da abstenção eleitoral, a média das democracias modernas gira em torno dos 20 por cento da população apta a votar.

⁶ A terminologia “estrato apolítico” utilizado é a mesma empregada pelo cientista político Robert Dahl (1981) para denominar a parcela dos cidadãos que não apresentam interesse pela política, e em certa medida, inatividade.

na colina de *Pnix* todos os cidadãos atenienses - os partidários da democracia instituíram uma remuneração para incentivar o comparecimento do povo às sessões da Assembleia - este salário perdurou ainda durante muito tempo na política atenienses, pois, muitos compareciam aos debates da assembleia com o único fito de se beneficiar desta quantia paga pela administração da cidade, sendo esta a única fonte de renda de alguns cidadãos.

No século XX e XXI, encontramos dados que revelam estatísticas elevadas de abstencionismo eleitoral em uma das democracias representativas mais antigas em vigor hoje, os Estados Unidos. Os índices de comparecimento dos indivíduos inscritos para votar, nas eleições presidenciais, caíram de 65%, na década de 60, para 55% em meados dos anos 80. Em 1996, foi registrado o menor comparecimento com menos da metade do eleitorado apto indo às urnas. Nas eleições de 2010, em que Barak Obama sofreu uma grande perda de assentos no legislativo para os republicanos, observou-se, entre os jovens norte-americanos de até 30 anos, uma abstenção de quase oitenta por cento. Quanto ao sistema americano, é pertinente fazer uma observação: o voto não é obrigatório, permitindo assim que esses números forneçam uma noção da quantidade de cidadãos que demonstram interesse pela política (BERNARDO, 2009).

Ao citar os números do comparecimento eleitoral, não pretendo afirmar que o desinteresse pela política se demonstra só no ato de votar, mas em outros fatores. Não se interessar pelos problemas da sua cidade, do seu país, não se manifesta a respeito de assuntos de ordem pública. Não obstante, nem toda abstenção é também uma forma de desinteresse. Cortella e Janine argumentam que o não votar ou anular o voto, muitas vezes, pode não ser um sintoma do desinteresse pela política. Estes atos também podem ser políticos quando o indivíduo que os adota tem consciência dos efeitos dessa ação e é movido por um raciocínio de natureza política. A consciência da ação separa o indivíduo apático e indiferente do indivíduo interessado com as questões públicas que circundam o cotidiano da sua comunidade.

Já para Pasquino (1998), a abstenção faz parte de um fenômeno bem mais complexo, do que a apatia política. O abstencionismo não se limita a ação de não votar, ele engloba a não participação em uma série de atividades políticas. A evolução deste fenômeno de indiferença aos fatos acontecidos na esfera política é classificada como apatia, alienação. Apatia política é pensada aqui como a evolução do estado de um fenômeno que pode ter como estágio inicial o abstencionismo eleitoral.

2.2 Poliarquia⁷

Para Dahl (2009), não existe nenhum grande sistema de governo, no mundo real, que tenha plenamente concretizado seu processo de democratização. Não existe um país que poderíamos chamar de democracia no planeta – a concepção que temos de democracia é um ideal a ser seguido -, o que temos são estados mais avançados que outros em seu processo de democratização. O que classificamos como democracia – seguindo o raciocínio do autor – são nações que estão em um nível avançado no seu processo de democratização. De modo geral, este processo é formado por algumas dimensões, da qual dentre elas temos como mais significativas: a inclusão e a contestação pública. O nível de desenvolvimento destas dimensões é utilizado para classificar os regimes políticos.

A dimensão da inclusão é a proporção da população de um estado que possui o direito de participar daquele determinado sistema político, na contestação pública e influenciando a conduta do governo. A contestação pública é o grau de liberalização e de competição política que um regime permite a tolerância, que o governo tem com a existência de oposições e de ideologias divergentes da sua. Um estado com alto nível de contestação pública possibilita o surgimento de um debate político mais qualificado e um acompanhamento e controle das ações governamentais.

Um regime que permita a inclusão de todos os seus cidadãos adultos no sistema político e não tolere a existência de uma oposição é denominado de Hegemonia inclusiva; quando este permitir ação de oposições ao governo e o for vetado a participação, no sistema político, de alguma parcela da população, é classificado como Oligarquia competitiva; se o regime não for permissivo com a constituição de uma oposição e se proibir a entrada de determinado tipo de cidadãos da participação política é chamado de Hegemonia fechada. Esses tipos de regimes não dizem respeito a argumentação que é desenvolvida no presente texto, em que a atenção será voltada ao regime denominado de poliarquia. O processo de democratização, ao atingir um nível de amadurecimento considerável nas dimensões de inclusão – todos os cidadãos adultos têm direito ao voto – e de contestação pública – uma tolerância do governo para com as oposições e ideologias divergente –, é considerado uma poliarquia. Em outras palavras, poliarquia é uma nomenclatura que abrange as nações que possuem democracias representativas modernas – ou seja, arranjos institucionais democráticos modernos como a instituição da representatividade, tendo em vista que a palavra

⁷ O termo poliarquia deriva da junção de duas palavras gregas que significam 'muitos' e 'governo', expressando a significação de 'governo de muitos'.

democracia é visto como um ideal por Dahl.

A característica central do governo democrático é a crescente e contínua preocupação do governo para com as preferências de seus cidadãos. Dahl (2005) afirma que para esta responsividade governamental se manter em vigência três condições devem ser atendidas, não obstante: assegurar a igualdade política de todos os seus cidadãos, oportunidade dos indivíduos formarem suas preferências, a garantia destes indivíduos publicarem estas preferências a outros indivíduos e ao governo por meios individuais ou coletivos, e que sua preferência tenha o mesmo peso para o governo do que outras preferências advindas de seus concidadãos. Para que estas condições sejam viáveis, em grandes territórios, com uma população considerável, oito garantias devem ser oferecidas para que a responsividade de um governo poliárquico continue a atender seus cidadãos.

As duas primeiras garantias são a liberdade de formar e integrar organizações e a liberdade de expressão. Os seguintes são o direito ao voto e o direito de disputar cargos públicos. Os líderes políticos devem ter liberdade para conquistarem apoio e competirem pelo voto dos cidadãos. Devem ser resguardadas as fontes alternativas de informação e as eleições devem ocorrer de modo livre, frequente e idôneo. Por último, devem ser criadas e mantidas instituições que tenham por escopo garantir que as eleições ou outras atividades de manifestações de preferência se façam essenciais à legitimidade do governo e de suas políticas.

Um regime poliárquico apresenta uma série de vantagens para os seus cidadãos em relação a outros tipos de regimes. Com uma relativa inclusão de todos os indivíduos adultos – que possuam suas faculdades mentais em estado são – unida à competição política o sistema possibilita uma representatividade mais equânime das camadas da sociedade. Um grupo que antes não era possuidor do direito de participação, e agora adquire esta prerrogativa, passa em consequência da competição do jogo político a ter suas preferências consideradas pelos políticos e ocasionalmente surgem representantes destas classes recém-inclusas, o sistema partidário também sofre mudanças com um intuito de abranger e facilitar a comunicação com essa nova parcela. O direito de participação ampliado e uma tolerância à contestação pública ergue obstáculos para políticas governamentais que imponham privações ou dificuldades a um maior número de cidadãos, a população imprime uma maior influência nas ações que irão ser implementadas.

O sistema de governo democrático moderno, na configuração constitucional que se apresenta em várias nações contemporâneas, pressupõe a participação de todos os cidadãos,

através da garantia do direito de participação, associação, livre expressão, acesso a informações diversificadas e autônomas, e o voto - em eleições livres, frequentes e justas - essas garantias estendidas a todos os cidadãos adultos. Direitos e garantias estes conquistados ao longo de um percurso tortuoso no último século.

2.3 O debate da participação

O que é a participação? O termo foi e é utilizado para se referir a uma centena de ações. No dicionário, o verbete participação tem muitos significados como aviso, parte ou comunicação, mas um define o verbo participar como o ato de ter ou tomar parte em algo. Pateman (1992) afirma que a palavra caiu na expressão política popular na década de 60, quando foi, principalmente, utilizada por estudantes na tentativa de aumentarem seus espaços de diálogo e influência no ensino superior e em grupos que buscavam concretizar direitos de participação política que lhes eram garantidos legalmente. No sistema poliárquico, a participação está presente em garantias fundamentais conferidas por este regime aos seus cidadãos, no direito de escolha dos representantes, na liberdade de formar e participar de associações, na livre manifestação das opiniões, fontes alternativas e independentes de informações (DAHL, 1997).

Na constituição da República de 1988, que caracteriza o Brasil como regime democrático misto ou semidireto, confere em seus artigos 5º e 14º a seus cidadãos algumas garantias fundamentais da poliarquia expressas constitucionalmente.⁸ Dentre elas, leis que possibilitam o subsídio ao exercício da participação do cidadão. Podemos tomar como exemplo o art. 5º em seu inciso IV que torna livre a manifestação do pensamento, um direito essencial para a promoção da participação. Se um cidadão expressa, publicamente, seu pensamento sobre os rumos da educação no seu município e onde que as verbas destinadas a este setor devem ser aplicadas através de uma carta endereçada ao vereador ou em uma audiência na câmara legislativa, ele está exercendo uma forma de participação – contribuindo para que o governo tome conhecimento dos anseios da população. O indivíduo, quando se dirige as urnas para escolher seus representantes ou opinar sobre determinada questão, como no referendo de 2005, sobre as armas de fogo, pratica seu direito de participação. Por outro

⁸ A Constituição Federal de 1988 estabelece que o regime adotado é a democracia semi direta ou mista através do art. 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”. Alternando práticas representativas como a escolha de representantes através de eleições livres, justas, periódicas com práticas diretas como plebiscito, referendo, ações de iniciativa popular.

lado, se um grupo de indivíduos de um bairro de periferia resolve se reunir e criar uma associação para reivindicar melhorias para o local, como solicitar uma linha de ônibus ou por investimento do governo em equipamentos de lazer que priorize o bairro, é uma forma de participação.

Nos exemplos acima, observa-se a participação aplicada em duas vias diferentes, no caso, um e dois a participação é exercida por meio de canais institucionais que o Estado disponibiliza para promover a participação política. Ação foi realizada na esfera institucional. No terceiro caso, a participação se deu de modo informal, não obstante a constituição garante o direito de associação aos brasileiros, ela veda a interferência do Estado no funcionamento da entidade.⁹ A participação com relação ao terceiro caso ocorre na esfera da sociedade longe dos canais formais instituídos pelo Estado para este fim. A participação tanto é concretizada de maneira formal, utilizando as vias institucionais, ou informal, através dos exercícios dos direitos individuais nos espaços da sociedade - expressão da opinião, busca de esclarecimento dos assuntos públicos por meio de fontes autônomas e alternativas, engajamento em causas políticas e sociais etc.

Participação não se resume apenas ao ato de votar, integrar uma associação e manifestar a opinião. Segundo Lucas (1985), participar também envolve a busca por elucidação dos assuntos que estão em debate na sociedade, a compreensão dos argumentos de ambas as partes em uma disputa. Mesmo que eu não exponha minha opinião e preferência entre qual das propostas 'A', 'B' ou 'C' deva ser tomada pelo governo, se faz interessante o entendimento do que está sendo discutido e das alternativas apresentadas. Apesar de, nem todo cidadão ter uma opinião formada sobre todo tipo de assunto e nem sempre querer se expressar sobre tal, a participação pode ser feita através de uma busca pela pauta do que está em debate. A relevância deste ato está na compreensão das propostas em discussão - ele pode não concordar com as propostas a serem tomadas, mas tem conhecimento do processo e do porquê de determinada escolha - tendo como intuito tornar o cidadão mais suscetível na aceitação da alternativa eleita.

Passando de práticas comuns ao regime democrático para a teoria, observa-se que a investigação das diferentes abordagens com relação ao papel da participação política - sua pertinência e viabilidade - encontram, na literatura política, um frutífero campo de debates. Tendo como questão a participação, segundo Pateman (1992), a teoria democrática se cinde em duas: a teoria democrática contemporânea, que tem na figura de Schumpeter seu

⁹ Art. 5º, XXVII e XXVIII.

precursor, e a participativa, baseada nas ideias de Rousseau, Stuart Mill, H. G. Cole.

As teorias contemporâneas não relegam muitas funções à participação do cidadão na democracia. Schumpeter imagina a democracia como uma forma institucional utilizada para se chegar a decisões políticas, onde os indivíduos que detêm o poder político o conquistaram por meio de uma disputa pelo voto da população. Nesta perspectiva, a participação assume um caráter reduzido, sendo interessante que um número 'x' de indivíduos participem - escolhendo entre um ou outro líder - para manter a legitimidade do regime. O exercício do direito político do cidadão é apenas opinar por qual elite será governado.

Nos trabalhos de Berelson, um dos teóricos que Pateman enuncia como pertencente à teoria democrática contemporânea, podemos encontrar, novamente, a participação como forma de manter a estabilidade do regime. Ele afirma que um elevado grau de participação só é exigido a uma quantidade reduzida de cidadãos, para a maioria das pessoas apenas um grau reduzido é necessário – apenas o voto –, qualificando o desinteresse e apatia de grande parcela da sociedade como um instrumento bastante útil para a manutenção da estabilidade do regime. A participação que ocorre, em geral, das grandes massas é a necessária para prover um sistema democrático sólido.

Pateman afirma que a participação da grande maioria dos cidadãos para a teoria contemporânea da democracia se resume na escolha por aqueles que irão governá-los. A participação assume para as massas uma função de proteção, protegendo o povo contra os abusos das ações dos líderes e das investidas destes contra os direitos e interesses individuais.

Na teoria participativa, a função central da participação é educativa. A perspectiva participativa considera as instituições e os indivíduos como parte integrante de um todo. Para fortalecer a democracia e perpetuar seus princípios não se devem fomentar suas práticas apenas nas instituições de nível nacional, estes procedimentos devem ser incentivados em todos os níveis da sociedade. Os indivíduos devem entrar em contato com as ideias e práticas democráticas desde esfera local até a nacional para que ocorra um processo de socialização e enraizamento destes valores e procedimentos. A participação é pensada como um sistema autossustentável, onde se desenvolvem as qualidades essenciais à sua própria continuação. Assumindo a função educativa, a participação produz um duplo impacto sobre o indivíduo: tanto em seus aspectos psicológicos como na aquisição de habilidades, costumes e procedimentos democráticos (PATEMAN,1992).

O ato de participar, nesta perspectiva, reivindica uma igualdade entre os cidadãos na hora da tomada de decisão. A igualdade política, tão presente nos textos de ciência política, é expressa como uma igualdade de responsividade – todos devem responder pelas consequências das decisões que surgem com o exercício da participação.

Nas duas teorias, encontramos dois modos diversos referentes ao papel da participação, mas convergentes quanto a sua necessidade: garantir a legitimidade e continuidade do regime. Na teoria contemporânea, a participação produz a estabilidade com o atendimento ao pré-requisito de um coeficiente 'x' de votos, mantendo o funcionamento da máquina eleitoral. Na teoria participativa, o caráter de continuidade é atingido pelo processo educativo, que produz e dissemina os valores e práticas indispensáveis à reprodução do processo de legitimação da democracia.

2.4 Democracia e política

Até agora, citei muito o termo política, mas o que quero dizer com esta palavra? Max Weber (2005), em seu clássico texto, *Política como vocação* – fruto de uma palestra proferida aos alunos da Universidade de Munique – define política como administração do agrupamento político conhecido como Estado. Ações movidas com o intuito de influir sobre o Estado e sua conduta ou de participar da organização entram na definição do autor de política. A concepção de política que Weber expressa nesta obra é institucional: a política residiria na esfera estatal e na busca por ascensão neste espaço, abordando a luta pelo controle ou pela participação no poder do Estado. Mas a política é prerrogativa exclusiva da esfera estatal? Na democracia, a política não reside apenas no Estado, não cabe apenas a ele as atribuições de fazer política, e nos últimos anos, observamos cada vez mais, na sociedade, a ascensão de movimentos populares de cunho político.

O termo política é utilizado, em nossa época, de forma bem variada e generalizada, não se resumindo apenas em ações dirigidas pelo Estado ou partidos políticos. Uma ação governamental voltada à aplicação de mais verbas a programas de alfabetização destinados a indivíduos fora da faixa é uma política, do mesmo modo que uma empresa pode adotar uma política para abarcar uma maior fatia do mercado ou uma associação de trabalhadores pode elaborar uma política nova na luta por melhores rendimentos e condições de trabalho. Iniciativas que têm origem, na sociedade civil, também são políticas; mobilizações sociais na luta por educação ou para o atendimento de alguma demanda

imediate de uma dada localidade concentram um caráter político.

Para fins deste trabalho, dividirei a esfera das relações políticas em duas: a política institucional, concernente ao Estado, e a política do cotidiano, que se origina nas relações da sociedade civil.

A vida em sociedade gera obrigações e desafios para os indivíduos e a política é um meio de organizar, pensar e propor alternativas para transpor os obstáculos que advêm da convivência em comunidade. A legitimidade política das formas institucionais está na tarefa passada pela sociedade ao Estado de gerir os recursos para suprir demandas e resolver impasses na vida da *pólis*, de encontrar soluções aos problemas emanados da vida em sociedade.

Então, surge um questionamento, o que caracteriza um determinado movimento advindo da sociedade de político? Leo Marr (1998, p. 63), elabora pergunta semelhante: o que torna certa ação ou organização de cunho político? Como um movimento adquire o significado político?

Aquisição ocorre quando certo movimento consegue transformar seu interesse social específico em um objetivo político amplo, que beneficiará não só uma única classe, mas a sociedade. Em uma greve de professores do estado, que pelem por aumento salarial – um interesse específico da classe – o movimento ganha cunho político quando esses desejos individuais são congregados em algo maior, em um objetivo político amplo como o aumento da qualidade na educação pública do estado conquistada através de construção e manutenção de escolas, investimento nos profissionais da área, promoção de uma formação mais dinâmica para os alunos. A luta adquire sentido político, pois não representa ganhos apenas para a classe dos professores, mas também para a população que usufrui do sistema educacional público. O movimento transformou o interesse da classe em algo mais geral ao ampliar as reivindicações para abranger interesses comuns ao restante da sociedade, aglutinando os objetivos em uma só luta e conseguindo influenciar as atribuições do Estado ao interferir na política educacional pública.

Na democracia, assistimos os grupos e não os indivíduos como atores centrais da esfera política na sociedade. Para Bobbio (2000), não existe mais a figura do soberano encarnado na nação ou no povo, o que temos, na atual configuração democrática, é o povo dividido em grupos diversos e contrários. E esta contraposição é necessária à democracia, pois ela é acima de tudo dissenso: o direito de ter e defender interesses divergentes, de se

opor. O dissenso entre os vários grupos da sociedade e entre eles e o Estado é o espaço onde repousa a característica natural da democracia; que é a transformação, a dinâmica. O estado natural da democracia é revelado pelo dissenso. No regime despótico, se contrapor a posição do déspota é proibido, o indivíduo que apresenta tal conduta é apontado como traidor e condenado à morte ou trancafiado em uma cela até que seus dias neste mundo tenham fim. O despotismo, ao vetar o dissenso, se torna inerte; ele não se recria e apenas se repete. A democracia ao abraçar o dissenso é dinâmica, está em um processo de constante recriação.

Ela pressupõe o dissenso, porém isso não implica que seja avessa ao consenso; a democracia também necessita vitalmente deste para funcionar. O consenso só é exigido em uma única condição, as partes devem estar de acordo em relação às regras do jogo democrático. Os grupos, na sociedade democrática, têm atribuições de apresentar opiniões e interesses diversos. Assim, o grupo de ativistas LGBT deseja que o governo adote a posição de legalidade em relação à união homoafetiva, e o grupo cristão milita para que a proposta seja rechaçada, os dois têm o direito de expressar suas posições e buscar seus interesses, o que precisa ser observado é que independente do resultado, os grupos devem respeitar as regras e os procedimentos democráticos e não buscarem estratégias para conquistar de seus objetivos em desacordo com o trâmite legal imposto pelas leis da democracia. Em outros regimes, se 'A' perde uma disputa – que está em acordo com as regras preestabelecidas - para 'B', ele geralmente não aceitará a derrota e, desrespeitando as normas, passa a buscar, por outros meios, a conquista do objetivo que lhe foi vetado no âmbito legal. Na democracia, é vital que o grupo 'A' e 'B' respeitem os procedimentos, e se 'A' vir a ser derrotado, aceite a legitimidade do processo, contudo se ele desejar recorrer da decisão, que seja de modo a observar as regras impostas pelo regime.

Como um sistema dinâmico, que está em constante processo de transformação para se adequar às mudanças históricas na sociedade humana, a democracia ascende a um novo estágio na atualidade. O seu desenvolvimento, nos últimos anos, não se caracterizou tanto pelo o crescimento de práticas diretas na sociedade e na política, mas “[...] na passagem da democracia na esfera política, isto é, na esfera em que o indivíduo é considerado como cidadão, para a democracia na esfera social, onde o indivíduo é considerado na multiplicidade do seu *status*.” (BOBBIO, 2000, p.156, grifo do autor). Bobbio acredita que o processo de democratização está em um novo momento, passando da democracia política – onde a inclusividade, na esfera política, foi conquistada através da ampliação dos direitos políticos a todos os indivíduos adultos – para a democracia social, com o alargamento dos espaços de

participação. O fazer política assume uma nova configuração clara e objetivamente nas palavras de Bobbio (2000, p. 40), ele afirma que a questão pertinente agora não é saber “Quem vota?”, mas sim “Onde se vota?”. Os direitos políticos foram alcançados por todos os indivíduos, que passaram a ser cidadãos, o importante agora é a ocupação de espaços antes não abertos ao processo democrático, à forma de fazer política na democracia se modificou.

3 DEMOCRACIA NO BRASIL

A democracia, existente nas páginas da história, na forma escrita há 2500 anos, chegou ao final da segunda metade do século XX como um sistema de êxito, em 1999, vigorava como regime político em 85 dos 192 países existentes no mundo até então.¹⁰

O sistema democrático vem percorrendo o longo caminho, por vezes tortuoso, da história humana em uma espécie de oscilação. Um percurso que revela a existência de altos e baixos do pensamento democrático nos sistemas políticos e sociais do Ocidente, alternando estes princípios entre momentos de evidência no pensamento e governos ocidentais - em um período de destaque no mundo clássico com Grécia e Roma, e na Itália renascentista, e em períodos de declínio, onde a democracia caiu na obscuridade, tornando-se quase imperceptível na história ocidental frente à ascensão de regimes autoritários – vindo a ressurgir como sistema de governo no início da idade contemporânea, meados do século XIX, com a expansão do sufrágio para todos os homens livres, na Inglaterra.

Os séculos XIX e XX marcaram um período de grande prova para consolidação da democracia no mundo, uma arena de disputa histórica de ideais e regimes democráticos e totalitários. Ao longo destes dois séculos, ocorreram momentos em que a democracia avançou e outros em que recuou nas batalhas contra os regimes não-democráticos. O primeiro momento de avanço da democracia, constatada pelo cientista político norte americano, Samuel Huntington, como a primeira onda de democratização, foi em finais do século XIX. Huntington (1994) enumera mais duas ondas de democratização pelo mundo; a segunda teria tomado impulso no pós-segunda guerra. A terceira onda teve início e fim no último quartel do século XX, de 1974 a 1990, marcada pela transição em 30 países de regimes não-democráticos para regimes democráticos.

Na perspectiva do autor, o Brasil e os países da América Latina foram um desses estados atingidos pela terceira onda de democratização. Em 1985, com a escolha de um presidente civil em mais de 20 anos, o país voltava a reencontrar o caminho para o regime democrático. Fruto da negociação entre as elites políticas – integrantes do MDB e dissidentes da base governista – bem mais que da pressão popular, a eleição de Tancredo Neves abriu espaço para a promulgação de uma nova Constituição Federal e a retomado do governo civil. De 1985 até nossos dias, a democracia brasileira vai trilhando um caminho de estabilidade e

¹⁰ (FREEDOM HOUSE, 2010).

concretização na vida da nação. Os países da região também saíram de regimes não-democráticos para regimes democráticos, em 1974, oito dos Estados Sul americanos eram regimes autoritários, e após 15 anos, nove organizaram eleições democráticas para escolha de seus líderes (HUNTINGTON, 1994).

Em 2011, o Brasil é considerado um regime democrático e tem esse valor expresso na sua Constituição.¹¹ Dados do relatório da Freedom House – organização internacional que avalia o desenvolvimento da Democracia, direitos humanos e do livre comércio no mundo – de 2011, que avalia a Liberdade no mundo, classifica o Brasil como um país livre.¹² A pesquisa analisa duas categorias, direitos políticos e liberdades civis, em um índice que vai de 1 a 7, onde 1 é considerado o mais livre, e 7 o menos livre. O Brasil apresenta a pontuação 2 nas duas categorias. Os estados caracterizados como livres são aqueles onde há espaço aberto para competição política, respeito aos direitos civis, significativa independência da vida civil e uma mídia independente. Ainda segundo o relatório dos 13 países da região, cinco são considerados, parcialmente, livres – Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru – e os outros oito como livres.

3.1 A saúde da democracia brasileira

Escândalos de corrupção no Senado Federal, nas assembleias legislativas, nos ministérios, nas secretárias e tantas outras instituições políticas estampam, diariamente, as manchetes de jornais por todo o País. Notícias da corrupção no Estado brasileiro são consumidas e já entram no cardápio cotidiano dos cidadãos, que degustam informações como quem aprecia seu alimento de cada dia. Utilizando exemplos bem próximos, como o do estado do Ceará, que em 2011, investigações movidas pelo o Ministério Público Estadual resultaram na prisão de três prefeitos acusados de improbidade administrativa.¹³ Para onde estamos caminhando? A democracia tem melhorado as condições do país?

No último relatório da ONG Transparência Internacional, sobre a percepção da corrupção, o Brasil ocupava a posição 73º, em um ranking que abrange 183 países. Em 2010, a posição brasileira, no índice, era 69º, e sua nota foi 3,7 – em uma escala que vai de 0 a 10 -, não obstante, esse ano o Brasil perdeu quatro posições a pontuação atingida (3,8) foi superior

¹¹ Expresso no art. 1º da CF/88.

¹² *The Worst of worst 2011: The world's most repressive societies.* (O pior dos piores 2011: As sociedades mais repressivas do mundo).

¹³ (*O POVO*, 17/12/ 2011).

ao do relatório anterior. Em comparação com o continente americano, o Brasil ocupa 13º, a melhor colocação no ranking dos países da região é ocupada pelo Canadá com nota 8,7.¹⁴ A perda de posições não indica uma piora na situação do país em relação à corrupção, mas uma relativa ineficiência do Estado para combater este problema secular. A leve melhora da nota – de 3,7 para 3,8 – reflete as iniciativas da sociedade para atacar o problema, com ajuda das redes sociais, foram organizados diversos protestos por todo país, tendo principal destaque as passeatas contra a corrupção que ocuparam ruas das grandes cidades.

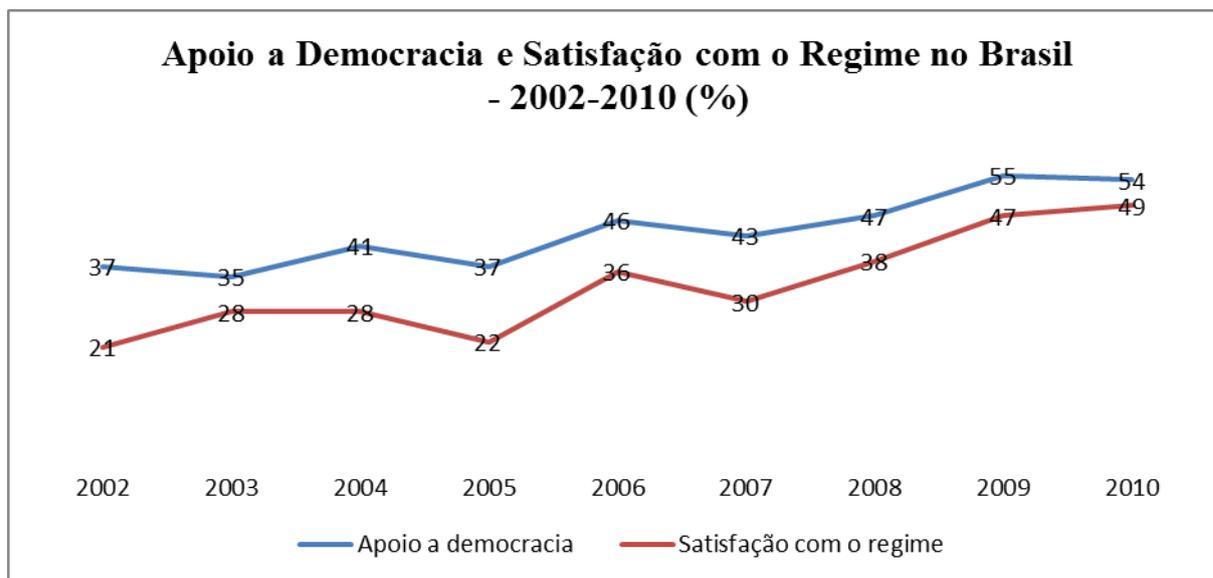
O escândalo político surge no instante em que determinado ato ou diversos, que deveriam se manter em segredos, vem a público, ocultamento destes é necessário na medida em que sua exposição ao público impediria sua concretização de fato. A transparência, publicitação, dos atos do governo, é característica comum à democracia, retratada por vários escritores políticos como “[...] o governo do poder público em público.” (BOBBIO, 2000, p. 98). O Brasil deu um passo importante neste sentido, em 2011, quando a PLC41º/10 foi aprovada pelo Congresso nacional e sancionada pela presidente Dilma Rouseff. A lei de acesso à informação garante, ao cidadão, a possibilidade de requisitar aos órgãos e entidades públicas ou instituições privadas que recebem verbas do governo informações sobre prestação de contas, atividades exercidas, administração, organização, licitações, contratos, autênticas e atualizadas. Uma melhora, neste aspecto, indica uma tendência de controle e vigilância da administração pela sociedade e um passo na direção do fortalecimento dos valores do regime.

Aprendi, na universidade, que o país não passa por uma grande onda de corrupção, os escândalos que assistimos não são marcas do nosso tempo, existem há muito ocasionada por uma estrutura anacrônica e cheia de vícios que permeia o Estado e a sociedade nacional desde os tempos do Brasil colônia. A corrupção não é maior que a de outrora, o que vemos em curso, na atualidade, é ascensão do processo de transparência na vida política brasileira, que tem como uma de suas vertentes o amadurecimento da democratização.

Todavia, as repercussões, na imprensa, sobre os escândalos, na política em suas várias instâncias, o regime democrático goza de certo aumento de credibilidade frente à população brasileira. O gráfico 2.1 apresenta a evolução do apoio à democracia no Brasil e a satisfação com o regime na série que compreende os oito anos do governo Lula. O desempenho do país, nos dois itens em 2009 e 2010, são os melhores desde o início da pesquisa, em 1996, que é dirigida pelo o instituto Latinobarômetro.

¹⁴ (CONTAS ABERTAS, 01/12/2011).

Gráfico 2.1:



Fonte: Latinobarómetro, 2002-2010.

Moises e Carneiro (2008), referindo-se aos dados da pesquisa, no intervalo de 1996 a 2002, fazem a ressalva de que os resultados do apoio à democracia não podem ser creditados apenas ao estado da economia. Podemos observar a constatação, no caso do Brasil, que entre os anos de 1996 a 2000, sofreu o impacto de várias crises financeiras advindas de fora e com uma própria, em 1999, e manteve uma média de 46% de apoio ao regime democrático.¹⁵

As duas variáveis abordadas, no gráfico 2.1, são divergentes entre si, diferenciando-se tanto empiricamente como conceitualmente. O apoio à democracia “[...] diz respeito às crenças dos cidadãos que a democracia e os seus procedimentos constituem a forma mais apropriada de governo e, cabe acrescentar, a única aceitável para assegurar a sua liberdade, igualdade e autonomia.” (MOISÉS & CARNEIRO, 2008, p.11).

Enquanto o apoio ao regime se expressa em valores e práticas em processo de enraizamento, a satisfação é modelada de modo conjuntural:

[...] é algo circunstancial, bastante diferente do apoio de fundo à democracia, e parte de uma síndrome atitudinal que, com base na experiência prática dos cidadãos envolveria a comparação entre o que se tem e o que se acredita do que se deveria ter, ou seja, envolveria a capacidade de governo e lideranças políticas específicas de enfrentar com eficácia os dilemas coletivos, segundo a percepção dos cidadãos. (MOISÉS & CARNEIRO, 2008, p.11).

Uma terceira variável interessante para pensar o regime, no Brasil, e utilizada por

¹⁵ A média brasileira de apoio do início da pesquisa até 2010 é de 44% e da satisfação atingiu 29%.

Moisés e Carneiro (2008), a desconfiança política. Para eles, a desconfiança é apresentada na forma de alienação, desinteresse pela política e descrédito para com as instituições democráticas. Ela reflete uma descrença no desempenho das instituições frente às tarefas que elas foram criadas para realizar, ou seja, como a satisfação ou insatisfação onde o cidadão avalia criticamente o estado atual do regime com base no que acredita que se deva ter e o que se tem, a desconfiança representa a relação entre a justificativa normativa – a função a qual a instituição foi criada para desempenhar – e o papel que elas desempenham de fato.

No cruzamento das variáveis, Moisés e Carneiro (2008) constataram que, no Brasil, a desconfiança nas instituições públicas influencia, de maneira negativa, a legitimidade da democracia, de modo que os indivíduos desconfiados são menos democratas que os não desconfiados. Contudo, a desconfiança não infere sobre a preferência por formas de governo autoritárias. Assim, os indivíduos que apresentam desconfiança e insatisfação com a democracia se colocados a escolher entre a primeira e uma forma autoritária de governo mesmo com todas as críticas e descontentamento com a democracia a preferem em detrimento ao modo autocrático.

Análise reafirmou ainda uma característica das democracias brasileira e latina americanas, o desuso da função mediadora das instituições democráticas.¹⁶ Essa perspectiva vê, nos regimes da região, traços que mesclam práticas e valores democráticos com resquícios autoritários, onde existem uma hipertrofia do poder executivo e forte valorização das lideranças carismáticas, produzindo uma deslegitimação nas instituições que têm como função a representação e o canal de diálogo entre o executivo e a população. O crescimento da importância do executivo em detrimento da perda das funções de mediação de interesse do legislativo.

3.2 O sistema político brasileiro

Antes de tratar algumas peculiaridades do sistema político brasileiro, devo primeiro expor o que desejo dizer quando me refiro a um sistema político. Dahl (1981) enumera algumas características que dizem respeito a todo tipo de sistema, das quais gostaria de destacar duas; o sistema pode ser um elemento de outro sistema de maior abrangência, um subsistema, e também é possível que um sistema exista como integrante de dois ou mais sistemas sobrepostos. Assim, o sistema político brasileiro representa apenas um dos

¹⁶ Segundo Moisés e Carneiro (2008), notam-se esta visão nos estudos de O'Donnell e Weffort.

subsistemas do sistema social do Brasil. E os estaduais, como o do Ceará, e o municipal de Fortaleza. são subsistemas locais integrantes da totalidade do sistema político nacional. Feita as devidas considerações, Dahl defini e entende o “[...] **sistema político** como qualquer estrutura persistente de relações humanas que envolvem de forma significativa o poder, o domínio ou autoridade.” (DAHL, 1981, p. 54, grifo do autor).

Partindo deste ponto, o cientista político norte americano salienta um conjunto de semelhanças e diferenças empíricas que podem ser encontradas entre os vários sistemas políticos.

Com base nas diferenças observáveis, podem variar quanto a sua forma de organização e partilha do poder, no caso do estado brasileiro, temos uma poliarquia . ao nível de desenvolvimento econômico, o grau de desigualdade na distribuição das faculdades e dos recursos políticos, na variação da gravidade e duração dos conflitos políticos e nos vários fatores que influenciam os processos de cisão e coesão no interior de determinada sociedade.

Considerando as semelhanças dos sistemas políticos, um dos primeiros pontos versa sobre os recursos políticos. Seja por fatores sociais ou biológicos, os indivíduos se diferem, e dentro do sistema, essas diferenças geram uma distribuição de modo desigual dos recursos políticos entre seus membros.

No âmbito do sistema alguns indivíduos, utilizando seus recursos políticos, procuram influenciar o governo, o estado e as políticas, este tipo de relação é denominada influência política. Assim, como os recursos políticos, a influência é distribuída de forma desigual entre os indivíduos que buscam esta prerrogativa. Dentro do sistema, os membros que possuem uma grande parcela de influência são tidos como os líderes políticos.

O conflito e o consenso são lugar-comum nos sistemas políticos. Os objetivos dos muitos membros de um sistema são, em grande parte, divergentes, promovendo o florescimento de conflitos. Estes, na maioria dos casos, são solucionados por meios não políticos, dentro de subsistemas integrantes do sistema político principal, porém quando o conflito não pode ser tratado por esses meios, cabe ao governo intervir e solucionar o problema através de suas prerrogativas legítimas. Quando empresários e trabalhadores, visando ambos seus interesses, esgotam os meios disponíveis a cada categoria e não conseguem resolver a disputa, entra em cena o Estado, que utilizando poderes legitimados, providencia um consenso entre os dois.

A legitimidade está presente nas ações do governo e essas visam sempre revestir seus atos com ela. A legitimidade é necessária para garantir uma aceitação dos atos do

governo por parte dos cidadãos, que conferem valores e motivações aquela decisão. Quando um líder consegue adquirir legitimação em suas ações, podemos dizer que ele assume o caráter de autoridade, e sua influência se transforma em legítima. Uma ressalva em relação à democracia é que se torna essencial um grau de legitimidade mais elevado do que o necessário a maioria dos outros sistemas políticos. É muito oneroso para um sistema democrático manter sua estabilidade, se uma minoria importante nutrir sentimentos e mover ações contrárias a ela. Para as instituições, o desgaste é muito forte quando se devem obrigar constantemente essas minorias a submissão de suas decisões.

Outro ponto em comum encontrado nos sistemas políticos é a incidência de uma ideologia dominante. A ideologia tanto pode oferecer subsídios para a conquista da legitimidade da influência do líder político, como conferir aos cidadãos uma interpretação dos objetivos de sua sociedade. A ideologia dominante não é imóvel, e motivada por situação diversa, ela pode se modificar, assumindo a perspectiva de uma nova realidade. Não obstante, o termo dominante, ela não é aceita igualmente por todos os membros de dada sociedade e há sempre quem se oponha. O sistema não está isolado em sua existência, ele está cercado ou é englobado por outros sistemas. Ao se pensar o sistema político, deve se levar em conta o peso da influência que outros sistemas exercem sobre ele, estando sujeito aos impactos provenientes dos acontecimentos em outras instâncias. E a partir desta existência com outras unidades que seus limites podem apresentar uma linha onde são traçados, na proporção em que sua influência vai diminuindo.

Todo sistema político está aberto à mudança, eles não são estáticos, e sim mutáveis. Observando a experiência brasileira, podemos notar que desde o seu retorno ao modelo democracia, o sistema político passou por mudanças; instituições foram criadas ou tiveram funções alteradas, alguns valores foram enraizados e outros para não sumirem se mesclaram as mudanças.

Abordadas algumas características gerais dos sistemas políticos, passemos agora para observação de um caso concreto, a experiência brasileira. Como um sistema abrangente o campo político nacional engloba uma variedade de outros conjuntos menores que o integram, e dentre estes subsistemas, dois são muito relevantes, eleitoral e partidário. O peso do subsistema eleitoral reside no seu caráter de meio de legitimação empregado pelo estado para se alcançar o poder político legítimo, já o subsistema partidário é o canal institucional de ligação entre a sociedade e o executivo e uma arena que possibilita a membros do sistema a busca de seus interesses.

3.2.1 O sistema eleitoral

Uma das instituições características dos regimes poliárquicos é a eletividade para os cargos públicos de direção da sociedade. Outra característica é a realização periódica, livre e justa das eleições destes funcionários. O Brasil preenche estes pré-requisitos da poliarquia, no ano de 2010, realizou sua 5ª eleição direta ininterrupta para escolha do executivo e legislativo estadual e federal.

Os sistemas eleitorais possuem uma multiplicidade de arranjos e podem variar em diferentes Estados. Quanto à fórmula empregada, se divide em três grupos: maioria simples e maioria absoluta, representação proporcional e representação semiproportional (LIJPHART, 2008). O Brasil adotou o esquema da representação proporcional de lista aberta, a despeito das variantes deste modelo.¹⁷ A vantagem do sistema adotado no país é que as cadeiras do legislativo são repartidas em acordo com a porcentagem de votos que cada partido recebe frente ao de maioria simples, onde as maiorias ficam sobre representadas e as minorias sub representadas. Notamos essa distribuição proporcional ao observar a composição da Câmara Federal que possui assentados, em suas 512 cadeiras, 23 partidos diferentes. No Senado, embora em menor proporção seja comprovada essa multiplicidade de partidos, os 81 senadores estão distribuídos em entre 14 organizações partidárias.

Lijphart (2008) aponta alguns fatores dos sistemas eleitorais que podem influenciar no número de partidos e no resultado da representação proporcional. O primeiro incide sobre a quantidade de vagas disponíveis a serem disputadas, um número maior aumenta as chances dos partidos menores de conquistar cadeiras. Por possuir um modelo bicameral – duas casas – as vagas oferecidas, no legislativo federal brasileiro, são de 593. O segundo ponto afirma que, em regra, países de grandes dimensões têm corpos legislativos consoantes com esta característica, o Brasil cumpre este requisito. Para se chegar a um número de assentos necessários que atenda o quesito tamanho, a fórmula utilizada é a raiz cúbica da população, no caso do Brasil, os dados do Censo 2010 revelam a existência de 192.379.496 milhões de habitantes. O resultado do cálculo é algo em torno de 577 cadeiras bem próximo das atuais 593. Em terceiro, adoção de coligações favorece a proporcionalidade no preenchimento das vagas. Dos 23 partidos representados na Câmara brasileira, 10 se dividem em coligações em três blocos.

¹⁷ O modelo de maioria simples e absoluta também é conhecido como *First-past-the-post*, em referência à corrida de cavalos aonde quem chega à frente ganha tudo.

A proporcionalidade no sistema eleitoral brasileiro só existe quando os cargos em disputa são originários do legislativo. Nas eleições para o executivo, o modelo adotado é o de maioria simples, 50 por cento dos votos mais um, e se necessário um segundo turno, onde o partido vencedor leva o único cargo em disputa e os eleitores do partido derrotado terão seus votos descartados.

3.2.2 O Sistema partidário

Seria incompleto falar do sistema político brasileiro passando apenas pelo esquema eleitoral sem contemplar o campo partidário. Quanto à fórmula partidária, o Brasil optou pelo pluripartidarismo em detrimento do bipartidarismo. Adoção do multipartidarismo é expressão das ideias de pluralismo político contida entre os princípios fundamentais da República brasileira promulgados na constituição de 88.¹⁸ Para entender melhor a escolha adotada pelo país, recorreremos aos modelos de democracia proposto pelo cientista político holandês Arend Lijphart¹⁹, que divide os regimes democráticos em dois: majoritários e consensuais. O primeiro concentra o poder em pequenas maiorias e o segundo busca o consenso e a partilha do poder político, tendo como intuito a imposição de limites a este poder. O modelo majoritário preza pela competitividade e exclusividade, enquanto o modo consensual, como o próprio nome revela, zela pelo compromisso, o diálogo e inclusividade (LIJPHART, 2008). As formas bipartidárias e de maioria são características do modelo majoritário, enquanto o multipartidarismo e a representação proporcional congregam com o modelo consensual.

O multipartidarismo, no Brasil, não está apenas expresso na constituição, ele tem incidência na realidade política do país. Das 512 cadeiras da Câmara Federal 261, algo em torno de 50,9 por cento, estão ocupadas por quatro grandes partidos, e no caso do Senado, se forem sublinhadas as quatro legendas com o maior número de senadores, observaremos que elas ocupam 56 por cento dos lugares. Nas duas observações, foi constatado que em ambas as casas legislativas inexistem um partido dominante quanto ao número efetivo de lugares, não aparecendo em ambos os casos uma sigla que detenha porcentagem igual ou superior a 45 por cento.

A despeito da obediência ao seu caráter multipartidário no Brasil essas

¹⁸ Art. 1º em seu inciso V.

¹⁹ O esquema Lijphart leva em consideração os critérios desenvolvidos por Dahl, para classificar os regimes democráticos com base no estágio do processo de democratização que está em curso em determinada sociedade.

organizações políticas vêm sofrendo de uma constante falta de apoio e legitimidade quanto as suas funções de mediador e representante da sociedade brasileira. Este fenômeno não se verifica apenas no Brasil, outras nações da América Latina também apresentam taxas que revelam a progressiva perda de espaço dos partidos como órgão legitimado de representação da população para com o Estado.

Um relatório da PNUD, publicado em 2004, sobre os rumos da democracia e cidadania na América Latina, afirma que para grande parte dos líderes da região os partidos não estão cumprindo o seu papel, o resultado favorável só foi constatado em Honduras e no Uruguai. O relatório revela uma dose de ceticismo para com os partidos e uma tendência de diminuição na adesão a eles em toda América Latina no período pesquisado. Estas organizações perderam em grande parte sua capacidade de resolver os problemas da população junto ao Estado, simultaneamente ao seu descrédito ocorreu à invasão do seu espaço por organizações da sociedade civil de agenciador das demandas sociais. Alguns especialistas afirmam que os partidos não se adaptaram as mudanças na região e assim não desenvolveram uma nova estratégia para acolher os cidadãos (PNUD, 2004).

Na realidade brasileira, o fenômeno é perceptível, o lugar dos partidos na democracia já não é mais o mesmo, sendo até descartados por alguns a sua essencialidade no regime. Dados do Latinobarômetro, de 2010, apontam que dentre as instituições pesquisadas, os partidos foram os que gozaram de menor confiança junto à opinião da população (Tabela 2.2).

Tabela: 2.2

Confiança nas Instituições no Brasil 2010 (%)

Congresso	44
Forças Armadas	63
Governo	55
Judiciário	51
Partidos Políticos	24

Fonte: Latinobarómetro, 2010.

Apesar de gozar de relativo apoio da sociedade, o regime democrático, no país, enfrenta, nas suas instituições, um falta de confiança. Não se pode mais negar a perda de espaço e o desgaste de instituições, como a partidária, tanto no Brasil, como na região. No

exemplo dos partidos, a sua confiança é bem menor do que a depositada no Congresso. que nos últimos anos, tem sido atingido por uma enxurrada de acusação de corrupção.

Retornando análise de Moisés e Carneiro, percebe-se que é necessário entender a relação entre missão e justificação normativa da instituição e a percepção que o cidadão tem das funções e obrigações desta. Para compreender a confiança destinada às instituições pela sociedade, o hiato a ser estudado é a comparação entre a justificação objetiva daquelas – a função para qual determinada entidade foi criada – e a percepção subjetiva dos indivíduos – a função que o cidadão credita a determinada entidade. Ou seja, “[...] a confiança política dos cidadãos depende da coerência das instituições a respeito de sua justificação normativa, e o repertório de significação resultante de seu funcionamento. (...) A dinâmica envolve a experiência dos cidadãos com as instituições [...]” (MOISÉS & CARNEIRO, 2008, p.16).

3.3 Números do eleitorado jovem brasileiro

A juventude brasileira representa um corpo político de amplitude aproximada à população de países da América do Sul, como a Venezuela, somando, em 2010, mais de 24 milhões de eleitores aptos a votar.²⁰ Vale lembrar que para o IBGE a faixa que compõem a juventude abrange indivíduos entre 16 a 24 anos de idade. O seu tamanho é o sinônimo da sua importância, porém essa não deve ser a única característica considerada para valorar seu real papel. A juventude foi e é lembrada em textos, músicas e discursos como a geração responsável pelo amanhã do mundo, esta é uma característica de grande definição no seu peso para o país.

Um dado revelador da importância dos jovens, no Brasil, é o crescente aumento da internet como espaço para a aquisição de informações e debate político. Dados provenientes de uma pesquisa do IBOPE, na eleição passada, apontam que a internet subiu de 2 por cento, em 2008, para 12 por cento, em 2010, como fonte de informação utilizada para decidir o voto, porém a televisão ainda é a alternativa mais procurada, com 72 por cento.²¹ A internet é um espaço que ganha, a cada dia, mais relevância na realidade do Brasil, atualmente, 77 milhões de brasileiros têm acesso a ela.²² Informações referentes a um

²⁰ A estimativa da população venezuelana para 2010 era de 29 milhões de habitantes (IBGE, 2011).

²¹ De 2008 para 2010, o papel da televisão como fonte informação política apresentou um aumento de quase 100 por cento; subindo de 34 para 72 por cento. A grande derrotada, segundo a pesquisa, foi a fonte originária de conversas com amigos, família e no espaço de trabalho, que caiu de 30 para 2 por cento (IBOPE, 25/07/2011).

²² No segundo trimestre de 2011, o acesso à internet foi expandido a 77,9 milhões de brasileiros em vários ambientes, como: domicílio, escola, local de trabalho, *lan house* e outros (IBOPE, 18/03/2011).

relatório do IBOPE sobre as eleições 2010 e a internet afirmam que 27 milhões de eleitores utilizaram a *web* todos os dias ou quase todos os dias no período. Dos eleitores que acessaram a rede, 34 por cento tinham entre 16 a 24 anos. Em acordo com o estudo, os jovens representaram 41 por cento dos que utilizaram redes sociais.²³

Como ficou demonstrado, os jovens representam uma fatia considerável do corpo político nacional. Dentre essa categoria etária, reside uma faixa que eleitoralmente é vista como marginalizada: os jovens entre 16 e 17 anos que têm o direito facultativo do voto. Esta parcela que transita, na marginalidade política, constituiu, nas eleições de 2010, de acordo com o TSE, aproximadamente, 1,76 por cento do eleitorado nacional. O termo empregado, marginal, se aplica a eleitores que deixam ou tendem a deixar de votar e pelos jovens nessa categoria apresentar sempre uma baixa taxa de comparecimento é classificada como marginal (BARRETO, 2008).

Aprofundando o olhar sobre a parcela dos jovens que gozam do voto facultativo, podemos perceber uma tendência inversa ao eleitorado total. Analisando a evolução do eleitorado apto a votar, no país, encontramos duas realidades distintas. Enquanto o eleitorado total do país apresenta um taxa de crescimento, o eleitorado que compreende os jovens que possuem o voto facultativo revelou diminuição.

O percentual de jovens entre 16 a 17 cadastrados para votar caiu de 2,55 milhões no pleito de 2006 para 2,39 milhões em 2010, uma queda de 6,8 por cento. Em contraste, o eleitorado total aumentou em 7,8 por cento em relação às eleições de 2006. Segundo Lima (2004, *apud* BARRETO, 2008), no retorno das eleições diretas, em 1989, esses indivíduos representaram 4 por cento do eleitorado brasileiro, daquele ponto em diante, as taxas de alistamento assumiram uma tendência de queda até 1998, onde atingiram a menor porcentagem daquela categoria até então 1,78 do total.²⁴ É mister lembrar que a eleição de 89 foi a primeira que abriu a esta faixa etária o direito de participação, talvez o caráter de novidade tenha impulsionado a maior proporção de alistamentos da categoria registrada até os nossos dias.

A tendência de queda na participação eleitoral desses jovens sofreu uma interrupção nas duas primeiras eleições a nível nacional do século XXI. A eleição de 2002

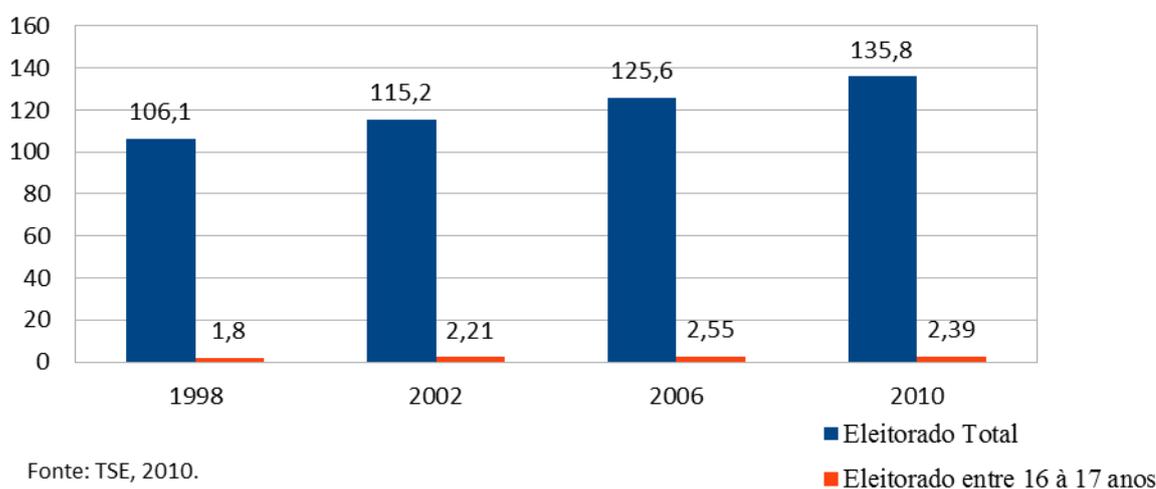
²³ O relatório do IBOPE citado foi *Eleições no Brasil em 2010: comparando indicadores político-eleitorais em surveys e na internet*, que foi apresentado no IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, realizado em Belo Horizonte, no mês de maio, de 2011.

²⁴ O censo 2010 não fornece o número exato de indivíduos que compõem a categoria dos jovens que têm o direito do voto facultativo. O número disponibilizado pelo IBGE corresponde à faixa etária de jovens entre 15 e 19 anos, do qual o grupo pesquisado é integrante, que somam 16.9 milhões de indivíduos.

registrou crescimento de 21 por cento na participação eleitoral em relação ao ano de 98, uma evolução positiva de 2002 para 2006 foi de 15 por cento. Contudo, um dado interessante são os números referentes às eleições municipais de 2008. Nesse ano, o número de alistamentos de jovens entre 16 a 17 anos correspondeu a 2,57 por cento do eleitorado nacional e se comparado com as eleições 2010, o número de cadastros é superior: das eleições 2008 para as de 2010, o número de eleitores caiu 18 por cento.²⁵

Gráfico 2.3:

Evolução do Eleitorado Apto a Votar no Brasil



A diferença entre as eleições pode representar para o maior número de jovens que votaram em 2008 a relação de proximidade e identificação com a esfera local e de distanciamento estranheza como o nacional. O certo é que essa forma institucional de participação não agrada a juventude e em especial aos indivíduos entre 16 e 17 anos que por lei não são obrigados a votar e que por isso têm sua indiferença mais perceptível. Não obstante, quando se observa sua atuação, na internet, fica visível que a juventude não está em sua totalidade indiferente com a política. Nas redes sociais, os jovens debatem e expõem suas opiniões sobre diversos assuntos que estão em pauta na sociedade. Talvez quando as formas institucionalizadas de participação forem reformuladas de modo a abarcar as novas tecnologias e tornar mais dinâmica a esfera político para o jovem esses números comecem a mudar de fato.

²⁵ (CONGRESSO EM FOCO, 20/07/2010).

Na hora de analisar os números, deve-se fazer a ressalva que a quantidade de indivíduos integrantes do grupo etário que tem entre 15 e 19 anos – que inclui a faixa dos jovens pesquisados – sofreu uma redução na representação total da população brasileira. Em 2000, esse grupo somava 10,6 por cento do total, e no ano de 2010, contabilizou 8,9 por cento.²⁶ A taxa de fecundidade da mulher brasileira também vem caindo nos últimos anos: de aproximadamente 2,33, no início da primeira década do século XXI, para 1,94 no ano de 2009.²⁷

Porém, a transição demográfica não é um fator determinante para explicar a redução no cadastramento do número de jovens aptos a votar nas eleições. Avaliemos, por exemplo, o pleito de 98 que possui a menor taxa de cadastramento da série. No censo de 2000, a faixa da população que apresentou a maior representatividade frente ao número total de habitantes do país foram os jovens de 15 a 19 anos. Nesta categoria, estavam inclusos os indivíduos que poderiam utilizar o voto facultativo nas eleições de 98: os jovens de 18 e 19 anos contabilizados no censo e que na ocasião do pleito eram integrantes do grupo que detinha o escrutínio opcional. Se a transição demográfica fosse uma variável determinante sobre o número de jovens aptos a votar, as eleições de 98 deveriam ter registrado a maior porcentagem de eleitores entre 16 e 17 anos alistados da série.

²⁶ (IBGE, 2010).

²⁷ (G1, 08/09/2010).

4 CONVERSANDO SOBRE POLÍTICA

Depois de dedicar o último capítulo a informações e números sobre o regime democrático no Brasil, passemos agora a análise de dados colhidos na pesquisa qualitativa. Os dados são provenientes de entrevistas realizadas por meio da metodologia de grupo focal. Ao todo, a pesquisa ouviu 16 indivíduos distribuídos em três grupos, com o mínimo de três e o máximo de nove participantes por grupo, entre janeiro e maio de 2010.

A opção pelas entrevistas em grupo, em detrimento de entrevistas individuais, levou em consideração a conveniência e a possibilidade da captação das informações de um maior número de indivíduos em menor tempo. Outro ponto positivo do método focal é a contraposição dos argumentos dos indivíduos participantes, a defesa de suas opiniões perante o ataque de opiniões diversas, tornando visível a construção das falas dos entrevistados. A dinâmica deste método é aparente se comparada com a técnica de entrevista individual.

Como o nome do capítulo sugere os temas posto para os indivíduos dialogarem diz respeito à política, e assim sendo nada mais apropriado para tratar de assuntos relativos à política que um método que priorize o debate. Na esfera política, o conflito é evidente e necessário para se construir um acordo, essas características podem ser notadas nas entrevistas focais. Em algumas questões, os participantes se dividem e em outras se aglutinam, o clima do debate incentivam todos a contribuir com algo. Porém, afirmar que todos os entrevistados tem algo a dizer sobre as questões postas não corresponde à realidade, nem sempre os indivíduos têm opiniões formadas de determinado tema. O que o debate propicia aos indivíduos que deles participam é a construção de argumentos mais sólidos, através da exposição de diversas opiniões. O indivíduo manifesta seus argumentos que são expostos a posições contrárias, e por meio deste processo dialético, aquelas argumentos iniciais se modificam e adquirem robustez para novos embates.

Para cada grupo foi feita uma série de perguntas sobre política, democracia, avaliação do governo, participação, eleições, juventude e questões sociais.²⁸ As três sessões foram conduzidas com a utilização de um roteiro contendo algumas questões base que direcionaram as entrevistas. Não obstante, a existência de perguntas pré-estabelecidas destinadas igualmente a todos os grupos, surgiram questões diferenciadas em cada sessão, fruto da trajetória das respostas diversas oferecidas às perguntas do roteiro.

²⁸ Ver Anexo I.

O critério empregado para selecionar os participantes dos grupos focais foi unicamente a idade, os entrevistados deveriam ter entre 16 a 17 anos até o dia 03 de outubro de 2010. A escolha da idade como requisito foi necessária para definir a população que a presente pesquisa monografia abrange. Como o foco da pesquisa é o interesse da população pela política, em especial o interesse do jovem, o critério da idade até o dia do pleito é usado para determinar a categoria de jovem em que será pesquisada a incidência do fenômeno. Os indivíduos de 16 e 17 anos não têm obrigação legal de votar, se comparecem as urnas no dia da eleição, o fazem por motivo diverso do cidadão adulto, que não gosta de votar, mas acaba cedendo para evitar as sanções legais imposta aos faltosos.²⁹ Os motivos que levam esses jovens a votar ou não são bem diversos das razões de um indivíduo adulto, deste modo o índice de comparecimento da categoria as urnas pode indicar o seu grau de interesse pela esfera política.

As perguntas objetivam compreender a percepção dos adolescentes acerca do regime que integram, pois no futuro, os jovens de hoje, que gozam do voto facultativo, serão a geração que governará e fornecerá a base de sustentação do regime democrático brasileiro.

4.1 Os entrevistados

Os 16 jovens participantes da pesquisa foram divididos em três grupos focais. Cada grupo apresentou uma quantidade diferente de membros que tinham como característica comum a opção pelo voto facultativo. As entrevistas renderam ao todo 1 hora e 52 minutos de gravação. A distribuição resumida dos grupos é a seguinte:

- Grupo 1: 4 entrevistados. Dois homens e duas mulheres. Três entrevistados têm título de eleitor. A participante Nayara é a única que não possui o documento. Entrevistados: Leonardo, Luana, Mozart e Nayara.³⁰
- Grupo 2: 3 entrevistados. Dois homens e uma mulher. Dois entrevistados têm o título. O participante Néelson é o único que não possui o documento. Entrevistados: Camila, Luan e Néelson.³¹
- Grupo 3: 9 entrevistados. Três homens e seis mulheres. Oito entrevistados têm o título

²⁹ O Art. 14º da CF de 88 fixa em seu parágrafo primeiro e inciso segundo que o voto é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito.

³⁰ Ver Anexo II.

³¹ Ver Anexo III.

de eleitor. A participante Talita é a única que não possui o documento. Entrevistados: Beatriz, Carol, Deysiane, João, Maxwell, Melissa, Michel, Samilly e Talita³².

A entrevista do grupo focal 1 foi realizada no mês de janeiro de 2011, pouco tempo depois das eleições estaduais e nacionais, a questão eleitoral ainda estava quente. Dos entrevistados do grupo que se alistaram, todos compareceram no dia do pleito as urnas: Mozart, Leonardo e Luana. Quando indagados o porquê da aquisição do documento eleitoral antes da maioria, os dois entrevistados do sexo masculino não expuseram uma motivação especial: alistaram-se por que quando completassem 18 anos, o documento se tornaria obrigatório então aproveitaram para se cadastrar antecipadamente, evitando os transtornos de última hora. Luana afirmou que se cadastrou motivada pela curiosidade de votar pela primeira vez.

Quanto ao grupo focal 2, ele apresentou a menor quantidade de membros: Camila, Luan e Néelson.³³ A entrevista foi realizada no mês de abril, na Praça da Gentilândia, em frente ao cursinho pré-vestibular que eles frequentavam. Dos três participantes, apenas Néelson não possuía o documento eleitoral. Quando questionados quais seriam suas motivações para o cadastramento eleitoral, Camila e Luan expõem argumentos diferentes. Segundo Camila, o cadastramento seria necessário para ela caso passasse no vestibular, já Luan apresentou argumento semelhante a de Mozart e Leonardo do grupo focal 1.

O grupo focal 3 forneceu a maior quantidade de participantes: nove no total. O número de entrevistados portadores de título de eleitor é o maior dentre os três grupos. O grupo promoveu a sessão de entrevista a mais longa dentre os três com quase uma hora de diálogo. A entrevista foi realizada nas dependências do CH2, na UFC. Todos os indivíduos integrantes deste grupo eram alunos do cursinho pré-vestibular do SINTUFCE. Dos nove integrantes, oito estavam alistados para participar do processo eleitoral e somente a adolescente Talita não compartilhou a condição de eleitor.

No que se refere à incidência de indivíduos que não dispõem do documento eleitoral, cada grupo apresentou um caso. Os argumentos desenvolvidos pelos três adolescentes para explicação da não aquisição do documento são bem próximos. Nayara, grupo 1, e Talita, grupo 3, alegam que o voto assume para elas o caráter facultativo e por isso

³² Ver Anexo IV.

³³ Inicialmente, o grupo focal 2 deveria ter contado com cinco participantes, porém duas entrevistadas desistiram quando souberam que a conversa seria gravada.

não têm interesse imediato em se cadastrarem, já que não constitui obrigação. A assertiva de Nélson contém uma dose de indiferença e desmotivação pelo voto, em suas palavras: “[...] eu não tirei porque eu estava com preguiça de tirar [...]”, porém mais a frente em sua fala, ele apresenta argumentos que fornecem uma luz sobre a sua indiferença quando questionado se votaria caso tivesse o documento. As declarações expressam um sentimento de insensibilidade com a importância do processo eleitoral.

Não obstante, a semelhança nas respostas, informações complementares adquiridas fora da sessão podem oferecer subsídios para explicar o desinteresse da jovem Nayara em obter o documento. Depois da entrevista, a adolescente revelou que não há interesse por parte de seus pais para que ela se cadastre. Segundo Nayara, a própria mãe não vota há mais de 20 anos. Questionada a respeito do porquê desta atitude, a adolescente explica que sua mãe estava cadastrada inicialmente como eleitora na cidade do Rio de Janeiro, e desde que retornou para Fortaleza, há duas décadas, não se interessou em transferir seu domicílio eleitoral, para a capital cearense. A visão de indiferença com a política, encarnada no processo eleitoral, localizada no interior da família da adolescente, pode prejudicar suas atitudes futuras em relação aos procedimentos políticos e democráticos. Nos primeiros 20 anos de existência, os indivíduos estão abertos a recepção e construção de valores, a família junto a outras instituições assume papel relevante nesse empreendimento.³⁴

[...] o período de receptividade, na juventude, parece ser, tipicamente, um processo de aquisição gradual e intermitente, teste da realidade, aprendizado e cristalização, na medida em que o jovem é iniciado nas crenças que prevalecem nas principais instituições de socialização em sua sociedade ou subcultura – família, escola, igreja, trabalho grupo de amigos. (DAHL, 1997, p. 161).

Dos 13 adolescentes cadastrados para votar nas eleições, 12 votaram. Os entrevistados apresentaram alguns dos motivos que os levaram a participar, a maioria apresentou mais de uma justificativa.³⁵ As motivações foram distribuídas nas seguintes categorias:

Com relação aos votantes, dos 13 adolescentes aptos a participar das eleições, 12 votaram. A grande parcela dos entrevistados apresentou mais de um motivo que os levaram a

³⁴ Não é só no período inicial de socialização que o indivíduo mantém um espaço de abertura para aquisição de novas crenças, há outra situação, mas ela é considerada atípica. Podem ocorrer casos em que os indivíduos, passado a etapa de socialização, venham a perder suas crenças e dos escombros da primeira surja uma segunda.

³⁵ Dos 12 que votaram, apenas Beatriz não expôs suas motivações. Ela só entrou na conversa depois de alguns minutos, no momento que o restante dos adolescentes justificava seu comparecimento, ela não tinha se voluntariado a participar e estava apenas como espectadora.

participar. As motivações foram agrupadas e distribuídas nas seguintes categorias:

Inércia: representa certa obrigação em votar gerada tanto pelo cadastramento, como por influência advinda dos pais. Os entrevistados que apresentam essa motivação são Luan, Luana e Mozart.

Curiosidade: é movida pelo anseio de descoberta do jovem. O que tem de novo em votar? Como é a sensação? Apresentaram essa motivação Leonardo, Luana, Mozart, Samilly, João, Maxwell, Michel e Melissa.

Necessidade de votar: o voto é um instrumento para as pessoas influenciarem o rumo da política e decisões tomadas nesta esfera afetam a vida da sociedade, por isso é vital que os indivíduos participem. Há a necessidade de participar e contribuir com o processo político e democrático, visto que o escrutínio exerce uma função relevante para a sociedade. Esta é a posição diz respeito à Carol, Deysiane, Melissa e Michel.

Vontade de ser ouvido: o direito do voto acarreta benefícios que são vetados aos que não o exercem. O indivíduo que vota tem suas opiniões consideradas e suas palavras ouvidas. Leonardo e Samilly pactuam desta motivação.

No tocante às informações de comparecimento as urnas dos participantes, os grupos 1 e 3 têm os mesmos números que os dos seus entrevistados alistados (Tabela 3.1). No grupo 2, os dados de comparecimento e cadastramento são destoantes, dois indivíduos estavam aptos a votar, mas somente um o fez.

Tabela 3.1:

Nº de Participantes que:				
	Tem título	Não tem título	Votou	Tem título e não votou
Grupo 1	3	1	3	0
Grupo 2	2	1	1	1
Grupo 3	8	1	8	0
Total	13	3	12	1

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

A adolescente Camila, único caso de abstenção dentre os alistados, afirma que apesar de nutrir o desejo de participar e ajudar, não votou. No primeiro momento, ela não

encontra as palavras para se justificar, mas ao ouvir a resposta do adolescente Néilson, a pergunta “se você tivesse o título teria votado nas eleições?”, Camila concorda com os pretextos apresentados pelo colega. O adolescente não votaria, em suas palavras, “Pelo fato de achar que não tinha capacidade de votar”, Camila endossa a afirmação: “Eu acho que nenhuma pessoa com 16 anos tem consciência.” Segundo os adolescentes, os jovens não têm experiência para distinguir os bons dos maus candidatos e sofreriam com as decepções decorrentes desta falta de maturidade.

4.2 O que é política?

Uma das perguntas mais indigestas contidas no roteiro de entrevista interpelava os entrevistados sobre o que é política. Alguns participantes tiveram dificuldade em responder a questão, outros se eximiram de responder e uns expuseram os pontos que acharam importantes ressaltar. Os comentários sobre a política representavam mais uma construção empírica do que vivenciaram, e das percepções do senso comum sobre a questão. Quando questionados diretamente com “O que é política?”, grande parcela dos entrevistados se sentiu intimidados e os que responderam o fizeram em forma de crítica a respeito do que ela é de fato e ressaltando como ela deveria ser.

As visões de política expressas tiveram, em alguns casos, melhor êxito em ser colhida quando conseguidas de modo indireto, o entrevistado, ao responder uma terceira pergunta, expõe determinada qualificação sobre a política, do que por meio da pergunta direta.

Outro ponto a ponderar, em relação a esta secção do texto onde serão discorridas as visões de política intrínsecas às falas dos entrevistados, é o famoso efeito *Maria vai com as outras*. Foi observado, nos diálogos, que alguns entrevistados, quando submetido a perguntas com um nível maior de complexidade sobre a qual não tinham opinião formada, tenderam a acompanhar as respostas oferecidas pelos colegas que possuem um conhecimento mais completo no assunto. O entrevistado não assume durante toda a sessão a postura *de Maria*, ela se revela apenas em situações que o seu grau de conhecimento do assunto é baixa ou inexistente: acabando por adotar as proposições de terceiros.

Grande parte dos jovens ouvidos, na pesquisa, reconhece a importância da política na vida da sociedade, porém mantém sempre julgamentos críticos em relação a ela. Alguns entrevistados apontam características positivas desta esfera, mas sempre recorrem à falta de atributos, necessários, como o caso da honestidade, que deveriam ser parte autóctone da

política ou falhas como indícios da sua imperfeição e desqualificação.

Entrevistador: Vocês falaram da questão da corrupção. Isto talvez seja um fator que afaste vocês e diminua o interesse. Mas será que o desinteresse não tende a aumentar mais ainda a corrupção?

Camila (G2): Eu acho que a palavra não interessada está errada. Eu acho que a gente se interessa, mas exatamente por não ter honestidade faz com que se torne um trabalho sujo, e por isso não desperta tanto a nossa vontade de não participar dela. Interessar, eu acho que interessa a todos, influencia na nossa vida.

Como a condição dos entrevistados diante do voto é facultativa, uma questão que seria imprescindível perscrutar a estes jovens cidadãos, a propósito de uma das obrigações e direitos que o estado democrático lhes confere, é se o escrutínio deve manter a obrigatoriedade ou adquirir o mesmo caráter que tem para os participantes. Dentre os entrevistados, encontramos partidários do voto obrigatório e do opcional para todo cidadão brasileiro. A indagação foi realizada em dois grupos, 2 e 3, entre os quais 12 participantes se posicionaram entre a favor ou contra o voto obrigatório. A importância do questionamento é entender o que os jovens pensam da sua principal ferramenta de pressão no sistema político democrático: uma arma contra arbitrariedade dos governantes e uma forma clara de se fazer ouvir. Na soma das posições, as mãos levantadas a favor do *sim*, contam 4, e as estendidas em conformidade com o *não* são maioria, um total de 8. No grupo 2, prevaleceu o *sim*, 2 a 1, no grupo 3, o *não* saiu vencedor, 7 a 2.

O argumento proposto pelos jovens favoráveis a obrigatoriedade do voto pode ser bem resumido na fala do adolescente do grupo 2:

Entrevistador: Quem de vocês é a favor do voto obrigatório?

Luan (G2): Eu sou.

Entrevistador: Por quê?

Luan (G2): Se não ninguém votava.

A proposição acima é compartilhada pelo companheiro de grupo do adolescente. A posição é endossada com justificativa de que o voto é um direito fruto das lutas de muitas gerações e ele não poderia ser ignorado pelas pessoas. Para complementar esta visão, a participante Melissa ressalta que renunciar ao escrutínio é se entregar a vontade de outros, quando nos eximimos da responsabilidade da escolha, a passamos a terceiros e é pertinente lembrar que estes agiram por conveniência própria e não considerando a vontade do renunciante:

Melissa (G3): Porque no meu ponto de vista, as coisas iam ficar um caos. Porque as pessoas pensariam “ah! Eu voto se eu quiser”, eu apostei que ninguém iria votar. Aí o

que eles iriam fazer? Eu acho que eles iriam tentar um jeito de manipular a votação e eleger o que eles quiserem. Eu acho.

Os adeptos da extensão do voto facultativo a todas as faixas etárias centram o seu argumento na perspectiva de que o escrutínio não obrigatório assumiria uma função depuradora. Ou seja, separando os cidadãos interessados e conscientes dos desinteressados, filtrando também os candidatos eleitos:

João (G3): Eu acho também que é assim, se o voto não fosse obrigatório iria ter uma seleção nas pessoas que vão votar. Porque as pessoas desinteressadas em votar são aquelas que votam em qualquer um, que vendem o voto para qualquer politicozinho. E aquelas pessoas que realmente vão votar são aquelas que irão votar por algo sério. Existira uma seleção nas pessoas que iriam votar como também nos políticos que a gente iria eleger. Só iriam assim os melhores e só iriam votar os mais conscientes.

Outra vantagem da não obrigatoriedade seria a adoção de uma nova postura da classe política para com o eleitorado. A postura incidiria primeiro no incentivo ao voto, a promoção do interesse pelos políticos, e em consequência, a prática da corrupção tenderia a diminuir.

Talita (G3): Mas se os políticos vissem que não era obrigatório o voto, eles iam fazer de tudo para que a gente votasse neles.

Deysiane (G3): Fazer de tudo para incentivar.

Talita (G3): Então o que aconteceria, não existiria corrupção – ia, mas seria muito pouco –, não ia existir é...

Samilly (G3): Dinheiro na cueca.

Concluindo a perspectiva dos adolescentes sobre o voto foi pedido que eles valorassem a importância deste instrumento. Solicitou-se aos membros do grupo 1 que escolhessem uma dentre três frases com a qual eles mais estivessem de acordo em relação ao valor do escrutínio: o meu voto é importante porque ele pode fazer a diferença, o meu voto é importante porque é uma obrigação ou meu voto não faz diferença. Todos os membros do grupo concordaram com a primeira assertiva, tendo como argumento central a força da crença dos indivíduos na importância individual do voto:

Mozart (G1): Por que eu acho que apesar de ser só uma pessoa, começa por aí. Uma pessoa pensa que votar faz a diferença e outras seguem o mesmo ideal, e acabam fazendo uma grande mudança.

Leonardo (G1): Eu também concordo com a primeira. Eu acho que se todo mundo pensar assim realmente faz a diferença. Por que não é só uma pessoa, são milhões de pessoas que vivem num país pensando do mesmo jeito.

É interessante acentuar que todos tiveram a mesma opinião a respeito do assunto, mesmo a adolescente Nayara que não estava cadastrada para participar no pleito de 2010.

Quando questionados a respeito do motivo que levaram todos a escolher a mesma resposta, o adolescente Leonardo se explica pelo grupo: “Acho que ninguém admite as outras também, todo mundo pensa a mesma coisa só que não faz. Só isso.”

Encerrando a discussão do voto, passemos agora para a concepção que os participantes têm da política, afinal já que o termo foi tão citado é justo explicar o que os jovens entendem por política. Nas falas, encontramos definições bem gerais e críticas entre o que ela deveria ser e o que é de fato. A pergunta foi feita a todos os grupos, alguns adolescentes se eximiram de responder, mas outros fizeram o esforço de tentar enquadrá-la em poucas observações. Como já afirmei, no começo da sessão, o entendimento foi construído não só com base na resposta direta, e sim sendo auxiliado por comentários valorativos no decorrer das entrevistas.

O grupo 1 configura a política como um modo de administrar a vida em sociedade, regular as atividades das pessoas e a forma de convivência entre os indivíduos no coletivo:

Leonardo (G1): pra mim política é não só pra organizar, mas também dizer como a gente deve... Conviver e agir no dia-a-dia pra ninguém sair por aí fazendo o que der na telha e tal. Tem que ter alguma instituição, alguma coisa pra colocar assim.

Luana (G1): Alguma lei.

Leonardo (G1): Um freio assim na gente.

Mozart (G1): Um controle né.

Leonardo (G1): É como se fosse.

Nayara (G1): É controlar o país.

Apontando o aspecto regular e limitador deste sistema, na harmonia do todo social, os participantes demonstram o porquê consideram a política de suma importância na vida em comunidade. Entretanto, reconhecem a situação de imperfeição da esfera nos dilemas decorrentes da convivência em sociedade: é essencial, porém apresenta muitas falhas quando vista em atuação.

Os participantes do grupo 2 não respondem de modo tão claro como o grupo 1, o que eles compreendem quando se referem à política. A visão exposta por esses entrevistados reside na comparação entre o que a esfera deveria ser em contra posição a forma vigente na atualidade.

Camila (G2): Devia ser algo bonito de se ver. Por que é uma coisa que influencia tanto em uma nação, em um lugar, que deveria ser visto melhor do que a gente vê hoje em dia.

Luan (G2): Devia ser a coisa mais levada a sério.

Camila (G2): Com certeza, com bem mais seriedade. Ou seja, bem mais.

A adolescente Carol do grupo 3 apresenta uma perspectiva semelhante aos participantes do grupo 2. Grande parte dos membros deste grupo se absteve de tratar o tema por considerar o assunto muito complexo.

Carol (G3): Política na teoria – pelo menos – é escolher um representante para governar um povo em cima de uma maneira que ajude a todos. É governar em cima do interesse coletivo. Só que o que acontece hoje em dia que eu não chamo de política e até tem gente que chama de politicagem – que eu acho que é o termo correto – é justamente você deixar o seus interesses pessoais sobressair aos interesses do povo que é que lhe colocou no poder.

A fala assinala na visão da jovem, a deturpação da função primordial da política que deve visar sempre o interesse do coletivo, administrar os recursos em prol do bem estar da comunidade. Quando o político que tem obrigação de zelar pelo negócio público passa a usar as atribuições do cargo, que lhe foi conferido pela sociedade, buscando apenas os seus próprios interesses ocorre a politicagem.

João (G3): Mas a politicagem é um modo deles governarem. A politicagem é a prática que eles usam para poder governar a gente. Nós confundimos muito com a política realmente.

A politicagem seria as práticas utilizadas pela classe política para se perpetuar no poder, o político usaria sua função em prol da conquista do seu objetivo principal: sua reeleição, a continuidade no cargo.

A desvalorização da política ocorreria com a dificuldade que a população tem de perceber o que é politicagem ou o que não é: uma distorção entre esta e a política em si. O indivíduo que não sabe separar o que é política das ações dos políticos, que visa ao atendimento de seus próprios desejos, acaba por classificar estes atos como originários da esfera: corrompendo o real significado da política e desqualificando a sua função.

Complementando a visão captada dos entrevistados sobre a política, uma nota válida é que alguns entrevistados, ao apontar aspectos positivos advindo da esfera, oferecem a estes um rosto, personalizam as melhorias. Entretanto, ao ressaltar pontos negativos sempre atribuem a política em si, mesmo quando eles dão nome ao agente da ação que resultou em malefício acabam reconhecendo o peso da estrutura política naquele mal.

Entrevistador: Alguma coisa positiva na política?

Camila: Num trouxe nada positivo.

Luan: Deixa em branco.

Entrevistador: Você disse e ressaltou que era tão importante e agora num tem nada

de positivo?

Luan: Só a educação, que ele falou do Lula.

Depois de tantas críticas e a exposição de uma compreensão negativa da política, por que será que ainda não ocorreu uma grande rebelião dos jovens no Brasil? Por que eles não rejeitam totalmente a política, aja vista que muitas dos entrevistados que criticaram compareceram as urnas no dia 3 de outubro? A resposta é simples, apesar de ser considerada como falha e eivada de vícios, ela desempenha uma função relevante na vida social, os adolescentes citaram do começo ao fim das entrevistas diversos defeitos, porém, em determinados momentos, souberam reconhecer sua vitalidade ao sistema social. A política é cravejada de imperfeições, contudo ainda é essencial à vida coletiva.

Mozart (G1): Acho que essa é a diferença do mundo de hoje para o mundo de antigamente. O mundo de antigamente era uma coisa desorganizada, tipo a idade da pedra ali; ninguém falava uma língua, não tinha uma língua certa - entendeu - para o mundo todo. Não tinha nada certo era tudo desorganizado. E se num tivesse entrado a política ia ser tudo desse mesmo jeito.

Nayara (G1): Se bem que com a política hoje não faz tanta diferença não...

Leonardo (G1): Só que seria pior né, se num tivesse.

4.3 O que é Democracia?

As crenças dos indivíduos têm caráter essencial para estabilidade e manutenção de um regime. As chances de uma poliarquia prosperar e lograr êxito são consonantes com as crenças que os indivíduos nutrem nas instituições deste regime. Confiar em um regime poliárquico é acima de tudo confiar na validade das dimensões da contestação pública e da participação (DAHL, 1997).

Segundo Dahl (1997), o indivíduo avalia determinado fato com base em seu conhecimento: o que ele pensa influencia não apenas no que ele deseja que aconteça, mas também determina o que o indivíduo acredita que acontece. Dahl usa como exemplo o caso dos estrangeiros que chegam aos Estados Unidos e observam sua primeira partida de beisebol, para eles tanto faz se as regras do jogo estão sendo obedecidas, como eles não conhecem estas regras e o jogo em si, eles se vêem ineficaz para entender o que está se passando ali.

Assim, é importante saber o que os adolescentes – 16 a 17 anos – entendem por democracia, afinal eles vivem neste regime desde que chegaram ao mundo. O conhecimento sobre a democracia pode tornar os adolescentes mais suscetíveis a depositar confiança no regime e a entender as decisões do governo. Esta seção busca ressaltar o que os jovens

entrevistados entendem por esta forma de governo, como eles a veem. A sua compreensão do modo como são governados é essencial para o regime adquirir legitimidade frente a presente parcela da população. Consonante com este conhecimento prévio é que o jovem vai aferir compreensão aos valores e práticas democráticas. O grau de crédito que os cidadãos conferem ao regime e valores democráticos é uma variável que influencia na manutenção do sistema político.

Dos entrevistados, boa parte respondeu a pergunta "o que é democracia?", quanto ao restante afirmaram que não sabiam ou preferiram não se pronunciar. Algumas das respostas oferecidas foram bem curtas e exprimem valores expressos nas instituições da poliarquia. O grupo 2 é exemplo disto, as instituições poliárquicas citadas pelos membros foram a liberdade de expressão e o direito de escolha – que estão representadas em eleições livres, justas e periódicas e na obrigatoriedade para eletividade de cargos públicos. Os participantes do grupo constituíram dentre todos os entrevistados os que menos argumentaram a questão, apresentando respostas curtas, e logo em seguida, solicitando que se passasse adiante para o próximo questionamento.

O tema foi um pouco mais trabalhado pelo grupo 1, dos 4 participantes, 3 responderam a indagação e 2 desenvolveram uma reflexão mais concisa. Novamente foi citada a instituição da liberdade de expressão, mas como ressalva o entrevistado Mozart, a expressão "[é] uma palavra em duas". A liberdade de o cidadão exprimir a sua opinião e ter ela considerada pelo governo e a liberdade na acepção negativa – no sentido de uma menor interferência do Estado na vida individual. Os participantes Leonardo e Nayara lembraram a instituição poliárquica de aderir ou formar organizações para caracterizar a palavra: a liberdade para se associar a outros cidadãos para juntos tem mais probabilidade de ser ouvidos e ter suas necessidades atendidas.

Para complementar, o entrevistado Leonardo lembrou que a democracia é um sistema que permite, ao cidadão, influir na conduta do governo, ele pode ser realmente ouvido pela administração. O direito de se associar mencionado seria uma forma de ser ouvido. Na compreensão do adolescente, a democracia garante muitos direitos aos seus cidadãos, a questão é que boa parte das pessoas não tem conhecimento das prerrogativas que o regime lhes confere. Segundo Leonardo, seus concidadãos deveriam utilizar as liberdades que a democracia os dá para tentar resolver os problemas da sua comunidade e da sua cidade, porém o que acontece de fato é que a população, em muito dos casos, não utiliza o direito que tem, e em várias ocasiões, espera as autoridades tomarem a iniciativa em questões onde os maiores

interessados são justamente os cidadãos.

A indagação, no grupo 3, é respondida em grande parte por meio de críticas. Os entrevistados reconhecem o distanciamento entre o ideal democrático e a realidade política do país, e afirmam que o regime se aplica de modo reduzido a realidade do Brasil, não tendo pleno desenvolvimento. A democracia como é concebida, na teoria, existiria de formato restrito no país. O depoimento do adolescente João explicita esta tendência: “Tem com limitações; você é democrático e quer votar naquele, mas não, você só pode escolher esse daqui. É democracia entre esses daqui, naquele ali você não pode.”

A principal instituição da poliarquia memorada pelos participantes do grupo é o direito de escolha e é também sobre este que recaí as oposições dos adolescentes. O problema com o direito de escolha está na obrigatoriedade do voto, na imposição do Estado para os indivíduos participarem do processo político:

Talita (G3): [...] eles dizem que a gente tem um livre arbítrio – isso a gente tem com certeza – só que há obrigação de votar. [...] Para mim, democracia era você ter o direito de votar ou não. Tem um bocado de político lá e eu não gostei de nenhum, não vou votar e pronto, e não acontecer nada. Agora se você não votar tem que pagar uma multa. Você tem obrigação de votar então isso não é democracia.

A imposição atacaria um dos elementos da democracia, a liberdade individual de fazer escolhas, provocando uma contradição no regime. Eu tenho direito de escolher quem vai me governar, contudo se nenhum candidato me cativar também posso escolher se vou ou não usufruir desta escolha. A obrigação de votar inferida pelo Estado fere o direito de escolha do cidadão, impossibilitando a democracia de se desenvolver plenamente no Brasil.

Somando as considerações dos adolescentes, as instituições características da poliarquia que mais aparecem nas falas são: a liberdade de escolha, a liberdade de expressão e a liberdade de integrar e formar organizações coletivas. Os valores presentes nestas instituições são essenciais para o bom funcionamento de um governo poliárquico.

Apesar das diversas críticas dirigidas à democracia e de explicações abreviadas para configurar o regime, podemos observar, nos depoimentos, sempre o uso recorrente de duas palavras pelos jovens; direitos e liberdades. A democracia mesmo com todas as suas imprecisões quando posta em prática e suas promessas não cumpridas depende a seus cidadãos garantias na forma de direitos e liberdades. Os entrevistados implicitamente expressam isto em seus depoimentos: a democracia ainda que em seu sentido mínimo proveja

vantagens que outros sistemas que vigoraram e vigoram no mundo não conferem aos seus integrantes.³⁶

De certa maneira todas as questões abordadas neste capítulo estão interligadas, as opiniões dos jovens sobre a questão do voto, da política, da democracia. Todas elas têm como escopo a compreensão do jovem sobre o mundo que está inserido e mais, especificamente, o sistema político em que vive.

³⁶ A democracia, em sua acepção mínima, é caracterizada por uma série de regras e procedimentos para a tomada de decisões coletivas, promovendo o acesso e a participação, no máximo possível, de espaços a todos os interessados (BOBBIO, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de todas estas páginas, o que podemos concluir sobre a perspectiva do jovem a respeito do universo político que o rodeia? Será que os adolescentes brasileiros são apáticos e indiferentes com o sistema político? Apesar de moverem múltiplas críticas à política como todo, demonstraram, os entrevistados, em grande parte, um nível de conhecimento sobre a realidade do país e do mundo que os cerca. Quando solicitados a classificar o seu nível de interesse pela política, a maioria afirmou ser interessada, a minoria disse ser muito interessada e uma parte expressou ter pouco interesse.³⁷ Um ponto a ressaltar é que nenhum entrevistado optou pela indiferença, entretanto exibiram sua decepção com o processo político, os jovens demonstraram consciência da função que a esfera exerce para sociedade. A referida assertiva é vista na fala da adolescente Camila – uma das entrevistadas mais crítica e pessimista com a política – quando convidada a posicionar o seu nível de interesse, argumenta da seguinte forma: “[...] acho que indiferente ninguém pode ser. Por que é uma coisa que influencia nossa vida. Então, indiferente não tem como.”

Entre os entrevistados que se dizem interessados, encontramos aqueles que afirmam que seu interesse se manifesta principalmente no período eleitoral. Outros comentam que sempre que podem buscam informações na internet ou na televisão, nutrindo um interesse anterior e posterior as eleições. Estes se mantêm informados, tendo em vista acompanhamento das atividades dos políticos e a situação nacional e local do Brasil. Contudo, um argumento se diferenciou dos outros, o adolescente Mozart explicou que seu interesse começou a aumentar em decorrência do governo Lula, pois passou a perceber uma melhora na conjuntura do país. O indivíduo tende a participar e desenvolver interesse pela esfera se acredita que as opções são importantes e que tem possibilidade de modificar os resultados da política (DAHL, 1981). A partir da constatação de que a situação do país podia ser transformada para melhor e do abandono da visão de inércia da estrutura política, o adolescente no caso principiou a nutrir interesse.

Para alguns entrevistados, a visão de estática da estrutura política, de imutabilidade, é um dos fatores que afasta o jovem desta esfera. Segundo Dahl (1981), o indivíduo estará menos propenso a participar se entender que suas ações não têm importância, não produzindo nenhum efeito significativo no âmbito político.

³⁷ Dos dezesseis entrevistados: dez afirmaram ter interesse por política, dois disseram ser muito interessados e quatro classificaram-se como pouco interessados.

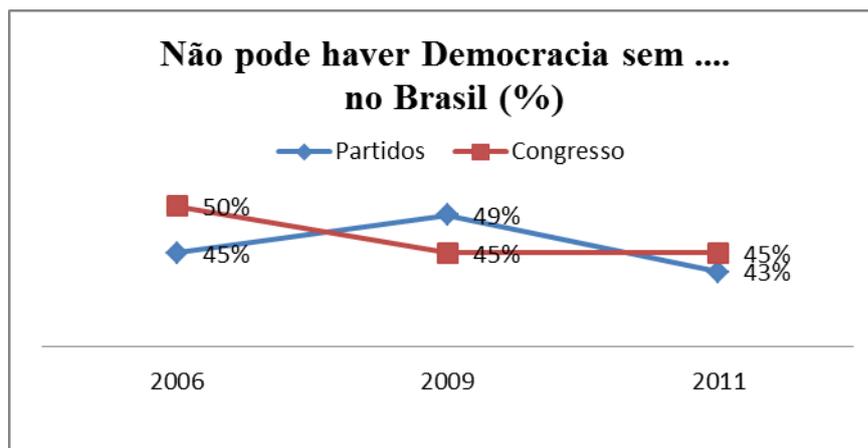
Uma das características apontada é a complexidade das discussões e assuntos. Como advertiu o adolescente Leonardo “[...] parece que não é português, parece até que é outra língua. Eu acho até bonito e tal, mas eu não entendo.” O indivíduo estará menos propenso a participar se acredita que o seu conhecimento sobre o tema é pouco e limitado, portanto, “[...] o que limita a eficácia da sua ação.” (DAHL, 1981, p. 89).

O fator campeão, de acordo com os entrevistados, de promoção do desinteresse e distanciamento da política, é a corrupção. Os escândalos frequentes da política brasileira criam uma visão de desencanto e pessimismo para os jovens referentes a esta esfera. A política, na fala de alguns entrevistados, é um ambiente corrupto e sujo, os adolescentes preferem não participar a ser atingidos por respingos da lama do sistema. Os jovens não querem adentrar em um espaço que carece de honestidade e da verdade.

Eles expõem um sentimento de insatisfação com a política tradicional e formas de participação institucionalizada, como o voto, mas ao mesmo tempo, os adolescentes mostram-se mais participantes e interessados quando a política é tratada por vias não institucionalizadas, no caso a internet. Basta observar a importância contínua que a *web* vem ostentando nos processos eleitorais: no Brasil, em especial, o pleito de 2010 – tendo sido sancionada legislação para utilização em campanha – e no mundo, temos o caso da eleição presidencial norte americana que elegeu o atual presidente Barak Obama.

À medida que a internet ganha terreno como local de expressão e reivindicação, as instituições tradicionais da democracia perdem legitimidade nas suas atribuições de representação e meio de comunicação entre população e governo. Os números da pesquisa do instituto Latinobarômetro mostram a perda de credibilidade dos partidos políticos e do congresso nacional. No último ano, 45 por cento dos indivíduos afirmaram a necessidade da existência do congresso para a democracia e 43 por cento expressaram o caráter essencial dos partidos para o funcionamento do regime. Ou seja, mais da metade dos entrevistados acredita que a democracia prescinde do congresso e dos partidos para o seu pleno desenvolvimento. Esses dados vêm a reforçar a tendência de desgaste que atinge o sistema partidário em todo o continente latino americano, inclusive, no Brasil.

Gráfico 4.1:



Fonte: Latinobarómetro, 2011.

Em paralelo a esta tendência, a *web* vem alastrando-se progressivamente pela arena política, a exemplo da grande difusão das mídias sociais como via de participação e debate de diversas questões referente à sociedade brasileira. As redes sociais são usadas por milhares de brasileiro para se comunicarem, adquirir informações, dialogarem, expressarem opiniões e organizarem. A respeito do último verbo, assistimos, no final de 2011, a força da rede para aglutinação de interesses e promoção de manifestações de cunho político, tendo como principal, no país, as marchas contra a corrupção que teve sua inauguração em Brasília, no dia 7, de setembro – reunindo mais de 20 mil pessoas – e a partir daí, espalhando-se pelo território nacional.³⁸

A internet assemelha-se a ágora ao tempo da Grécia Antiga, um local onde os cidadãos reunidos debatiam os problemas da *pólis* e no diálogo buscavam soluções:

[...] esse espaço nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo. Espaço onde os problemas particulares se encontram de modo significativo [...] para buscar coletivamente alavancas controladas e poderosas o bastante para tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular; espaço em que as idéias [*sic*] podem nascer e tomar forma como “bem público”, “sociedade justa” ou “valores partilhados”. (BAUMAN, 2000, p. 11, grifo do autor).

Para Bauman (2000), este local representado pela ágora sofre um processo de deterioração frente ao avanço da liberdade individual na sociedade contemporânea. E se o espaço representado pela ágora não estiver se degradando e sim apenas se transformando e constituindo uma nova configuração em conformidade com as mudanças na sociedade e no mundo? Talvez a ágora esteja se adaptando aos novos tempos: passando de um plano real para um não material. E o jovem está cada vez mais inserido no espaço virtual da rede, mais

³⁸ (ESTADÃO, 16/12/2011).

inclinado a participar do debate.

A internet mostra que a participação política está desbravando um novo espaço, não mais delimitado por fronteiras físicas, porém, bem mais amplo. O jovem pode até não participar pelas vias institucionais, mas se movimenta pela rede, busca informações, expressa opiniões e demonstram suas preferências. Na web, questões locais ganham relevo e se transformam em pontos de debate e mobilização nacional.

Para poliarquia, é interessante que a ascensão deste espaço virtual de participação acompanhe um processo de incorporação de denodos políticos e democráticos na consciência e prática dos jovens. Este processo se produziria através da educação – dois entrevistados, quando questionados sobre o que poderia ser feito para tornar a política mais atrativa aos jovens, afirmaram que melhorias neste aspecto só se processariam por meio da educação e de maiores investimento nesta área – que deveria ter incutido em suas diretrizes a valorização de pressupostos democráticos e políticos.

Por ser um modelo político, a poliarquia é baseada em regras e incorporada em instituições, necessitando de ideais que confirmam legitimidade a seus métodos e procedimentos. Estes ideais são necessários para aferir sentido às práticas democráticas frente aos cidadãos que integram o sistema político, em outras palavras, os ideais provem motivação para o indivíduo continuar a participar e aceitar as regras do jogo democrático. Para Bobbio (2000), estes ideais – que foram desenvolvidos ao longo da história – são quatro: o ideal da tolerância, da não-violência, da irmandade e da transformação contínua da sociedade através do livre debate de ideias e da mudança da mentalidade e do modo de viver.

Todos estes ideais podem ser vistos em prática no exercício da política e da democracia. Elas podem ser falhas, mas prezam pela tolerância e a resolução de impasses por meios não violentos. O sentimento de pertença de todos em algo maior, apesar das críticas dos entrevistados, está tácito nas falas. E nada melhor para demonstrar as mudanças na sociedade e da mentalidade do que o campo da política.

REFERÊNCIAS

- ABUL-EL-HAJ, J. Robert Dahl e o dilema da igualdade na democracia moderna. **Análise Social**. V. 28. Lisboa, 2008. 159-180 p.
- ARIAS, Juan. Por que os brasileiros não reagem? **O Globo**; Rio de Janeiro, 11 jul. 2011. Disponível em: <<http://avaranda.blogspot.com/2011/07/juan-arias-por-que-os-brasileiros-nao.html>>. Acessado em: 05 set. 2011.
- BARRETO, Álvaro Augusto de B. O eleitor ausente: o não comparecimento às urnas na discussão das Ciências Sociais. **Civitas**, v. 8, n. 2. Porto Alegre, Ago 2008. 187-206 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 57/2008 pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Editora Senado Federal, 2009. 512 p.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BERNARDO, João. **Entre a desconfiança e o desinteresse**: a abstenção eleitoral nas democracias, 2009. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=1579> >. Acessado em: 30 set. 2011.
- CASTRO, Henrique Carlos. **Cultura política, democracia e hegemonia**: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático, 2000. Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=102> > Acessado em: 11 out. 2010.
- COELHO, Mario. Cai em 18% o número de jovens eleitores no Brasil. **Congresso em foco**; Brasília, 20 de Jul. de 2010. Disponível: < <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cai-em-18-o-numero-de-jovens-eleitores-no-brasil/> >. Acessado em: 02 jan. 2012.
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Latinobarómetro**. Informe 2010. Santiago de Chile, 2010. 127 p.
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Latinobarómetro**. Informe 2011. Santiago de Chile, 2011. 112 p.
- CORTELLA, Mario Sérgio; RIBEIRO, Renato Janine. **Política**: para não ser um idiota. Campinas – SP: Papirus 7 mares, 2010.
- CUCOLO, Eduardo. Maioria dos eleitores não acredita em eleições limpas no Brasil, diz Vox Populi. **Folha Online**; São Paulo, 12 de Ago. de 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u432588.shtml> >. Acessado em: 30 set. 2011.
- DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Poliarquia:** participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. **Sobre A Democracia.** Brasília: Editora UNB, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política?** São Paulo: Abril cultural & Brasiliense, 1984.

DATAFOLHA. **Voto obrigatório no Brasil.** São Paulo, 2010. 12 p. Disponível em: < http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=981 >. Acessado em: 31 mai. 2011.

EPSTEIN, Edward. Apatia e Alheamento Político numa Sociedade Paralisada. **Opinião pública**, v. 7, n.1. Campinas, 2001. 16-32 p. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n23/03.pdf > Acessado em: 28 jun. 2010.

ESTADÃO (Ed.). Marcha contra a corrupção mostra a força das mídias sociais. **Estadão;** São Paulo, 16 dez. 2011. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,retrospectiva-2011-marcha-contra-a-corrupcao-mostra-forca-das-midias-sociais,811952,0.htm> >. Acesso em: 10 jan. 2012.

FIGUEIREDO, Marcus. A teoria da eficiência do voto e o paradoxo da participação. In: **A decisão do voto:** democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the world 2010:** erosion of freedom intensifies.

Washington D.C, 2010. 17 p. Disponível em:

<<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=505> >. Acesso em: 13 jun. 2010.

_____. **The Worst of worst 2011:** The world's most repressive societies.

Washington D.C, 2011. 41 p. Disponível em:

<<http://www.kyc360.com/article/show/267?set=1> >. Acesso em: 02 jan. 2012.

G1. **Taxa de fecundidade volta a crescer após sete anos, aponta Pnad.** Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/09/ibge-taxa-de-fecundidade-volta-a-crescer-apos-7-anos.html> >. Acesso em: 08 set. 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira onda:** a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000.**

Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/censo/> >. Acesso em: 18 nov. 2011.

_____. **Censo 2010.** Disponível em:

< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. **Países 2011.** Disponível em:

< <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php> >. Acesso em: 12 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). **73,9 milhões de pessoas têm acesso à internet no Brasil.** Disponível em: < <http://www.ibope.com.br> >. Acesso em: 30 dez. 2011.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países. São Paulo: Civilização brasileira, 2003.

LIMA, Eliomar de. MP alerta: 2012 será um ano de ainda mais prisões. **O Povo**, Fortaleza. 17 dez. 2011. Disponível em: < <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/mp-alerta-2012-sera-um-ano-de-ainda-mais-prisoas/> >. Acesso em: 01 jan. 2012.

LUCAS, Randolph. **Democracia e participação**. Brasília: Editora UNB, 1985.

MARCHESINI, Lucas. Brasil é o 73º em ranking de percepção da corrupção. **Contas Abertas**; Brasília, 01 dez. 2011. Disponível em: < <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=722> >. Acessado em: 27 dez. 2011.

MOISÉS, José A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, nº 66. São Paulo, fev. 2008. p. 11-43.

MOISÉS, José A. & CARNEIRO, Gabriela P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Opinião Pública**. Vol. 14, nº 1. Campinas, jun. 2008. 1-42 p.

MOSSÉ, Claude. **Atenas**: a história de uma democracia. Brasília: Editora UNB, 1979.

PASQUINO, Gianfranco Pasquino. Abstencionismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 7-9 p.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PNUD. **A democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs**. São Paulo: LM&X, 2004. 139- 155 p.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RESENDE, João Francisco; CHAGAS, Juliana Sawaia C. **Eleições no Brasil em 2010**: comparando indicadores político-eleitorais em surveys e na internet. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR, 4º, 2011, Belo Horizonte. Disponível em: < <http://www.waporbh.ufmg.br/pt/abstracts-list.php?area=6> >. Acessado em: 20 dez. 2011.

RUSSEL, Jacoby. **O fim da utopia**: política e cultura na era da apatia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHUMPETER, Joseph. Socialismo e democracia. In: **Capitalismo, socialismo e**

democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 285-334 p.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Eleições 2010.** Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/> >. Acesso em: 10 dez. 2011.

WEBER, Max. Política como vocação. In: **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2005. 55-124 p.

WOLFGANG, Leo Maar. **O que é política.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

O questionário é um misto de perguntas objetivas e subjetivas. As dez indagações contidas a seguir foram apenas uma base para iniciar o debate com os entrevistados, servindo como roteiro das entrevistas. Estas não constituíram as únicas perguntas dirigidas aos adolescentes, mas um ponto de partida para o diálogo sobre os diversos assuntos referentes ao sistema político brasileiro:

1. Que idade vocês tinham no dia 03 de outubro de 2010?
2. Quem tem o título de eleitor?
3. Pra vocês que tiraram o título. Gostaria de saber o que motivou a tirar o documento eleitoral?
4. Para vocês que não tiraram o documento. Gostaria de saber o porquê de vocês não se cadastrarem?
5. Todos que têm o documento votaram? Se sim, o que motivou vocês? Se não, por que não votaram?
6. Como você classificaria seu interesse por política: muito interessado, interessado, pouco interessado ou indiferente?
7. Eu vou ler três frases e gostaria de saber com as quais vocês mais se identificam: o meu voto é importante porque um voto faz a diferença, o meu voto não é importante porque um voto não faz diferença ou o meu voto é importante porque é uma obrigação.
8. Vocês são a favor ou contra o voto obrigatório?
9. O que vocês entendem por política?
10. O que vocês entendem por democracia?

APÊNDICE B – ENTREVISTAS

Entrevista 1 – 29/01/2011 – Monografia

Público alvo: Adolescentes que tinham o direito de voto facultativo nas eleições de 2010.

Participantes: 4 amigos. (Os três adolescentes se encontravam na faixa etária entre 16 a 17 anos até a data das eleições realizadas em outubro de 2010).

Local: Domicílio de um dos entrevistados.

Duração: 35min49seg.

Entrevistador: Gostaria que primeiro todos vocês se apresentassem, dizendo a idade que tinham no ano passado (2010)... Tá certo.

Entrevistado 1: Mozart Daniel, 17 anos.

Entrevistado 2: Luana Alves, 17 anos.

Entrevistado 3: Nayara Varela, 16 anos.

Entrevistado 4: Leonardo da Rocha, 17 anos.

Entrevistador: Gostaria que dissesse aqui quem tem título?

Mozart: Eu tenho título.

Luana: Eu também.

Leonardo: Eu.

Entrevistador: O único que não tem é a Nayara, né! Tá certo. Pra vocês que tiraram o título.

Gostaria de saber o que motivou a tirar o título de eleitor?

Mozart: Olha cara, eu queria é ... Na verdade eu nem sei, eu fui mesmo por ir, tirar logo o documento logo e pronto. Só por isso.

Leonardo: Também. Tirar logo o documento enquanto ainda é cedo.

Entrevistador: E você Luana?

Luana: Eu fui mais por curiosidade de votar.

Entrevistador: E Nayara porque você não tirou seu título ainda?

Nayara: Por que eu não tive tempo.

Entrevistador: Não teve tempo? ... Mas por quê? ... Você acha que o título é um documento importante ou então você não dá muita [importância]?

Nayara: Porque será importante quando eu tiver 18 anos.

Entrevistador: É. Porque será importante só quando você tiver 18 anos?

Nayara: Num sei, por que eu estou de maior.

Entrevistador: Ah! Quer dizer que só a partir dos 18 anos que isso vai se tornar uma obrigação pra você, e que você tem que cumprir essa obrigação?

Nayara: É.

Entrevistador: E você três que chegaram a tirar o título, todos três votaram?

Leonardo: Eu votei.

Mozart: Também.

Luana: Também.

Entrevistador: Por que você votou Mozart?

Mozart: eu votei porque eu tinha tirado o título, e eu queria saber qual é, a primeira vez. Só por isso.

Luana: Também.

Entrevistador: Nenhum motivo especial assim?

Luana: Não.

[Pausa]

Leonardo: Eu votei porque eu sempre tive vontade de votar. Assim, escolher alguém. Porque eu nunca tinha podia dar opinião, sempre era o pessoal mais velho e tal.

Entrevistador: Então foi mais ou menos um atestado que você se sentisse adulto?

Leonardo: U hum.

Entrevistador: Foi um certificado? Agora eu sou adulto, eu posso votar, eu posso ser ouvido. Seria mais ou menos isso?

Leonardo: é isso aí.

Entrevistador: e você Nayara. Se você tivesse tirado o título você teria ido votar?

Nayara: U hum, tinha. ((risos))

Entrevistador: E essa eleição de 2010 foi a primeira que vocês participaram?

Mozart: Eu fui, mas eu tirei o título com 16 anos.

Entrevistador: Você tem o título desde 2009.

Mozart: É.

Entrevistador: E você Luana?

Luana: É a segunda vez que eu voto.

Entrevistador: Então na sua fala passada você disse que votou só por votar, mas você já votou em duas eleições. Alguma coisa tem aí, a pessoa não vai votar em duas eleições acredito, só por votar.

Luana: Não, assim ... Porque eu gosto, nem um motivo especial não escolher um...

Entrevistador: Representante, não é especial? Tá certo. Seria mais ou menos como Léo, se você vota é porque antes você não podia votar e você achava que era uma coisa de adulto?

Luana: É também.

Entrevistador: Também. Tá certo. Alguém na casa de vocês incentivou vocês a votarem?

Mozart: O meu irmão me incentivou a votar.

Entrevistador: Então explique.

Mozart: Porque o meu irmão aqui, que tá fazendo o negócio aí, me incentivou a votar.

Entrevistador: E você Luana, alguém na sua casa lhe incentivou a votar?

Luana: Meus pais, assim, eles sempre me motivaram, por isso que eu tirei cedo.

Entrevistador: Ah! Foi por influência dos pais.

Luana: É.

Leonardo: Ninguém nunca me motivou não, sempre eu tive vontade de tirar.

Entrevistador: Coisa sua mesmo?

Leonardo: U hum.

Entrevistador: E você Nayara, alguém na sua casa influenciou você a participar...

Nayara: Não.

Entrevistador: Não?

Nayara: Não.

Entrevistador: Eu vou ler três frases e gostaria de saber com qual vocês se identificam mais, tá certo? O meu voto é importante porque um voto faz a diferença, o meu voto não é importante porque um voto não faz diferença ou o meu voto é importante porque é uma obrigação.

Mozart: Eu me identifico mais com a primeira.

Entrevistador: Por quê?

Mozart: Por que eu acho que apesar de ser só uma pessoa, começa por aí. Uma pessoa pensa que votar faz a diferença e outras seguem o mesmo ideal, e acabam fazendo uma grande mudança.

Entrevistador: E você Nayara?

Nayara: ((Silêncio))

Leonardo: Eu também concordo com a primeira. Eu acho que se todo mundo pensar assim realmente faz a diferença. Por que não é só uma pessoa são milhões de pessoas que vivem num país pensando do mesmo jeito.

Nayara: É apesar de num votar também acho a primeira, por que o seu voto faz a diferença mesmo, por que não só eu têm várias pessoas votando na mesma pessoa e tal.

Luana: Primeira também.

Entrevistador: Porque Luana você se identifica com a primeira?

((Silêncio))

Luana: Bem, porque o meu voto, o seu, o deles aqui e mais de outros já faz a diferença.

Entrevistador: Alguém discorda dessa opinião, porque todo mundo teve a mesma opinião?

Leonardo: É essa aí mesmo.

Mozart: É.

Leonardo: Acho que ninguém admite as outras também, todo mundo pensa a mesma coisa só que não faz. Só isso.

Entrevistador: Pelo o que vocês me disseram. Assim, o Léo nem tanto, mas a Luana ela disse que votou por uma questão dos pais dela ficarem obrigando. Então, eu fiquei pensando que ela aí responder a terceira. Mas já que não é então eu vou ler, eu vou fazer outra pergunta pra vocês. Quanto ao seu grau de interesse pela política você diria que é uma pessoa muito interessada, pouco interessada ou indiferente - tanto faz, pode pegar fogo, o presidente pode ser deposto?

Leonardo: eu acho importante, mas eu não acredito muito na política. Eu acho assim, uma coisa muito falha, muito imperfeita. Eu acho que pode entrar e sair quem for e não vai mudar e melhorar muita coisa.

Mozart: Eu não acredito, também assim que nem ele, só que eu não acredito nos candidatos acredito nos partidos, mas eu não acho uma coisa...

Entrevistador: E seu interesse, você classificaria?

Mozart: Eu acho que médio, nem muito e ...

Entrevistador: nem pouco?

Mozart: É.

Entrevistador: Porque que você acha que você não se interessa nem muito nem pouco, o que é que você faz que te deixa no meio dos dois [muito interesse e pouco interesse], digamos?

Mozart: Porque assim, é ... Eu me interessou muito porque é importante né, sempre saber... Má, meu interesse aumentou aí por causa desse governo do Lula, entendeu. Eu andei assistindo umas aulas de história e tal, o professor, o professor me falou assim; “parece ter mudado realmente alguma coisa”. Deixou-me um pouco mais interessado, esse governo aí de agora. Mas não é muito ainda, mais ou menos.

Entrevistador: Então, é ... Algumas conquistas que esse governo teve fez você se interessar, não é isso.

Mozart: U hum.

Entrevistador: Tá certo. Vamos agora a Luana.

Luana: Bem, eu sou médio. Por que tipo assim, eu só me interessou por política na época.

Agora assim, quando não tá tão perto eu não estou nem aí. Agora quando tá perto eu começo a pesquisar alguma coisa, aí vou ver.

Nayara: A minha é mais ou menos também. Porque quando passa alguma coisa importante assim na televisão... Assim, a minha é mais ou menos porque quando passa uma coisa importante na televisão eu assisto e eu fico discutindo com o meu pai sobre isso. Aí eu passo a me interessar um pouco.

Entrevistador: Vocês assim. Ela [Luana] ressaltou uma característica muito interessante, foi que ela, ela é aquela interessada só no tempo de política, tem até uma nomenclatura pra isso na ciência política, que é (pausa – reformular o comentário e a pergunta). Ressaltando um ponto interessante, que é aquele interesse que vem repentino com as eleições. Fora o período de eleições, vocês procuram se informar, vão assistir jornal, vão ver a internet e ler a notícia sobre alguma coisa que tá acontecendo; a situação do país, do estado, da cidade?

Leonardo: Eu procuro ler, me informar, mas tem muita coisa que eu não entendo; tem muita coisa que eu num sei pra que serve, pra que eles tão discutindo, tem muito escândalo também,

muita corrupção ((o entrevistado recebeu ajuda da entrevistada Luana para citar corrupção)). O pessoal dizendo, brigando por cargo, quem vai pra tal cargo e isso e aquilo; aí num dá pra entender direito o que eles querem na verdade fazer. E tipo durante o governo eu não consigo ver muito que eles fazem, entendeu. Eles só dizem o que eles fazem tipo quando acaba, quando querem se eleger de novo é que eles mostram tudo, mas durante assim muito difícil.

((Silêncio)) Eu também não sei onde procurar. Tipo, questão de cada coisa, tipo, o governo eu sei procurar o que tá acontecendo tá nos jornais. Agora individual de cada político, de cada um, eu não sei onde procurar.

Mozart: Eu, eu... Eu num procuro não, cara. Eu vejo assim, se passa alguma coisa na televisão assim, e eu tiver assistindo eu vejo. Mas sei lá, eu num sou interessado nesse aspecto de procurar, entendeu, de saber alguma coisa.

((Silêncio))

Nayara: O Mozart copiou minha resposta.

((Silêncio))

Entrevistador: É ...

Nayara: Eu também não procuro ir atrás de saber, quando tá passando eu assisto e pronto.

Quando eu assisto jornal.

Entrevistador: Tipo assim, se o acesso à notícia sobre política, se, se fosse mais fácil, se fosse mais claro pra vocês entenderem os termos...

Leonardo: Na reportagem quando eles falam, eles falam numa língua assim que a gente não entende numa língua de política...

Mozart: Muito formal.

Leonardo: é, que a gente não entende.

Entrevistador: Então, se fosse uma linguagem mais comum do dia-a-dia, vocês entenderiam?

Mozart: É bem melhor. Seria mais fácil de escutar as coisas. Bem mais fácil suportar, assim, ouvir.

Entrevistador: Quer dizer que às vezes o desinteresse pode ser assim, eu não procuro tanto porque as vezes eu não compreendo?

Mozart: É, seria... Uma das principais causas.

Nayara: É, deve ser por isso.

Luana: É.

Entrevistador: alguém aqui tem algum, tipo assim, alguma vez já se interessou por algum fato ou alguma coisa que estava acontecendo na política, mas quando foi procurar perdeu o interesse porque não, não, conseguiu entender? ... Tipo assim desinteressou porque não conseguiu entender a linguagem... Os termos que estavam sendo utilizados... Achou muito complicado?

Nayara: eu já vi uma vez da Dilma...

Entrevistador: da Dilma?

Nayara: U hum.

Entrevistador: Pode contar essa experiência, por favor.

Nayara: É que tinha vista uma vez na televisão as coisa dele e tal, que ela tinha coisa com o Lula e tal. Aí, pois é eu fui procurar saber, mas eu num entendi muita coisa não.

Mozart: Tipo pra vota nele, assim no projeto?

Nayara: U hum, é ... Para discutir com o Anderson.

Entrevistador: É pra votar, quando vocês vão votar, por exemplo, no caso dos três aqui o Mozart, a Luana e o Léo, vocês se informam sobre aquele candidato e busca pelo menos minimante saber alguma coisa dele?

Leonardo: Eu procuro, mas é o que eu disse eu não sei onde achar individualmente cada candidato. Tem, aparece, mas só o que eles querem que a gente veja, tipo no horário político principalmente, se for procurar assim em outro canto dificilmente tu acha. Nessa última

eleição o que eu achei ainda foi no site que tinha a declaração de bens deles e tal, que eles tinham no nome deles, mas foi só isso que eu achei de cada um. A vida deles, o que eles fizeram antigamente e tal é muito difícil achar, não sei onde procurar.

Mozart: Eu não pesquisei não cara, sou mais pelo partido mesmo... Eu não votei na Dilma porque, porque ela é a Dilma não, votei por causa do partido dela, pra mim quem vai mandar é o Lula mermo... O Lula não né, o partido, o PT.

Luana: Eu nunca fui assim ... Tentar saber da história, meu pai é que sempre fica “ah, esse político num sei o que num sei o que, esse é bom, aquele num presta” eu sempre vou mais ou menos na dele.

Leonardo: Até porque eles já têm mais história, já passaram...

Luana: É

Leonardo: (...) por mais governo que a gente. Aí eles têm coisas pra lembrar que a gente não viu acontecer... Aí por isso fica mais difícil pra gente pesquisar alguma coisa. Porque se for perguntar a alguém cada um dá sua opinião, não fala assim imparcialmente, cada um tem o seu partido sua opinião. Então não dá pra saber.

Entrevistador: Na escola, vocês têm algum contato, alguma disciplina chega próxima a isso, algum professor comenta, tenta instigar vocês?

Mozart: Eu tinha.

Nayara: O professor de Sociologia...

Mozart: O professor, o meu professor de Sociologia e o de História também... Eles me ajudaram muito nessa questão, entendeu, eu num era interessado porra nenhuma, assim foi mais por eles, principalmente o professor de História... Fala muito assim sobre isso e tal...

Sobre esse governo aí do Lula, que foi o que eu disse antes, foi por causa do meu professor assim mais que eu... Comecei a me interessar.

Leonardo: Eu não tenho nem uma matéria assim desse tipo agora, mas eu vou ter no último semestre, aí eu não sei como é que vai ser. Talvez seja pra ter porque vai ser filosofia e sociologia, com certeza vão discutir, mas agora não.

Luana: Quem falava mais era o meu professor de história, ele era assim muito crítico, ele criticava mesmo o partido que ele não queria que se elegeisse aí o outro ele botava no céu

Nayara: Sim o professor de sociologia também. Ele fazia algumas... Tipo brincadeira com a gente dentro da sala sobre o negócio de política.

((silêncio))

Entrevistador: No dia-a-dia de vocês... Vocês acham que a política tem um espaço importante no dia-a-dia de cada um?

Leonardo: Como assim?

Entrevistador: No dia-a-dia da sua comunidade, do seu bairro, você acha que a política tem alguma influência, que ela tá agindo ali?

Leonardo: Tem, mas é pouco. No meu bairro só os vereadores fazendo favores não é nem...

É... A questão que eles têm que realmente fazer, eu vejo mais eles fazendo favores para o pessoal pra mais tarde eles votarem neles.

Mozart: É eu sei... Saber que tem deve ter alguma coisa né porque eu não vejo com os meus próprios olhos assim o que eles fazem nem fico sabendo pelo meu bairro, mais... Deve ter.

((sorriso))

Leonardo: Eu já vi no bairro que tem associação essas coisa e tal pra jovens

Mozart: É.

Leonardo: (...) antigamente eu até ia mais era... Eu achava muito fraco muito sem esporte nenhum... Só pra dizer que tinha.

Entrevistador: Entendi... E ... Algumas considerações de vocês?

Luana: U hum.63

Nayara: Não

Luana: Não lá num ... Num interior tem político mais a gente nunca vê o que eles fazem só se a pessoa tiver lá pedindo favores e tudo assim mais... Nada

Mozart: coisa pequena, né?

Luana: É.

Nayara: Sem importância

Leonardo: e tipo, o que eu vejo lá no... Onde ela morava - no interior dela – o político só sabe construir quadra e praça. ((Luana é natural de Paracuru, mas atualmente mora em Fortaleza))

Luana: Realmente.

Leonardo: (...) no interior o que eu vejo é só isso, só tem quadra e praça.

Mozart: É verdade.

Entrevistador: tá certo

((Silêncio))

Leonardo: Praça e inauguração... É só festa

Luana: Uma inauguração... Cada bairro... Praia

Mozart: o que importa agora não é nem mais... É o que o meu professor disse macho “o que importa agora é nem roubar é roubar e fazer alguma coisa pelo menos”

Leonardo: É.

((risos))

Mozart: É tu sabe que vai roubar má... Roubar é uma coisa já do cotidiano né... Normal, mas pelo menos alguma coisa tem que fazer.

Leonardo: O que eu vejo lá é que o prefeito faz é festa “essa festa é patrocinada pelaprefeitura num sei o que”.

Mozart: Pois é

Leonardo: Aí o pessoal acha bom.

Mozart: É ne o pessoal só tá preocupado com isso

Leonardo: Num tem dinheiro pra ir pra festa, aí vai pra festa da prefeitura.

((risos))

Leonardo: Aí vão votar nele por que tem mais festa.

Mozart: É.

((risos))

Entrevistador: Mas assim vocês acreditam que ah... Uma discussão no senado federal...

Influência de algum modo à vida de vocês aqui, alguma medida que é tomada lá influencia a vida de vocês aqui no dia-a-dia? Vocês acreditam?

Mozart: Bom... De acordo com o sistema é pra influenciar né cara.

Leonardo: Só que a gente não percebe

Mozart: É, pra influenciar mais eu nunca...

Leonardo: Muita gente nem sabe o que é que eles votam lá o que é que eles estão fazendo.

Mozart: É inclusive eu... Eu não sei ((sorriso))

Leonardo: Eu também não sei

Luana: Eu também não sei.

Mozart: Tem até os canais e tal

Nayara: Tem muitas coisas que eles fazem, tipo que as pessoas vão saber em cima da hora

Leonardo: Então a gente já fica sabendo quando já está aprovado...

Nayara: Pois é

Leonardo: (...) quando já vai entrar em vigor.

Mozart: E a gente só sabe quando é uma coisa boa quando é alguma coisa ruim assim ... A imprensa quer esconder.

Leonardo: Ou ruim como o aumento do salário.

Mozart: é64

Leonardo: Que pra eles é bom mais pra gente.

Mozart: É ... Eles só vivem aumento o salário deles.

Entrevistador: É ... Deixa-me pensar ((pausa – desliguei o gravador)) É ... No dia-a-dia, vocês falaram que... (opa, pera) ... Vocês falaram que às vezes fica difícil sabe o que é que tá se... Tá... Vocês acham que é importante as decisões que estão sendo tomadas no congresso... Mas vocês acham que as dificuldades são por que às vezes você não sabe o que tá se passando lá, mas hoje em dia a gente tem a transparência da informação [que] tá muito maior do que no tempo dos pais de vocês...

Por exemplo, a gente tem a internet hoje, a gente tem a TV Senado que transmite ao vivo; as votações, o quórum, a assembleia... E ... Apesar disso, vocês acham que ainda é difícil de informar e saber de algo que tá acontecendo?

Leonardo: O difícil é ... Por que é que a gente falou que não entende o que eles dizem... Eu já liguei ali na TV Senado e eu não entendi nada do que eles falavam, eles só ficam gritando, falando uma língua assim ... Que parece que não é português parece até que é outra língua. Eu acho assim até bonito e tal, mas eu não entendo.

Mozart: Pois é

Entrevistador: Alguém aqui já assistiu a TV Senado?

Mozart: Eu já assisti uma vez e tal... Mas também um minutinho e dá pra entender nada mesmo.

Nayara: Às vezes eu vou ao site da Globo, as vezes tem uma coisa assim falando sobre à política

Luana: Não... Nunca... Assim como eu falei eu não me interesso em coisa de política só na época.

Entrevistador: Entendi... Deixa-me fazer uma perguntinha pra vocês aqui... É ela é meio que subjetiva... O que é pra cada um entendeu... Pra vocês, eu quero ouvir vocês agora, o que é política pra vocês, pra cada um assim?

Mozart: Hum, hum... Política? ... Bom... Política foi um negócio aí que inventaram né pra... Sei lá pra organizar como é que a população vive... Mais eu, eu num sei de nada assim, eu num sei muita coisa sobre política... Por isso que eu não sei nem o que falar assim ... Mais o que eu sei é isso só isso.

Leonardo: pra mim política é não só pra organizar mais também dizer como a gente deve... Conviver e agir no dia-a-dia pra ninguém sair por aí fazendo o que der na telha e tal.

Mozart: É.

Leonardo: (...) tem que ter alguma instituição, alguma coisa pra colocar assim.

Luana: Alguma lei.

Leonardo: (...) Um freio assim na gente.

Mozart: Um controle né.

Leonardo: É como se fosse.

Nayara: É controlar o país.

Entrevistador: Nayara?

Leonardo: (Deixa-a pensar)

((Nayara não formulou sua resposta e precisa de tempo para refletir, assim passo para Luana))

Entrevistador: Luana o que é política pra você?

((desliguei o gravador para as entrevistadas pensarem na pergunta. Então, sem que percebessem liguei o gravador para captar a falas espontâneas de ambos os entrevistados, sem a preocupação e medo do gravador))

Mozart: É ...

Leonardo: Não pensa fala, sabe que não tá gravando... O que é que tu acha?

Nayara: Sim é exatamente isso pra controlar o país

Leonardo: Controlar as pessoas, organizar todo mundo. Leonardo: Aí... (isso foi um mosquito foi?)

Nayara: (...) fazer negócio para o nosso país botar... Sei lá mais emprego... Trazer mas trabalhos e tal... É isso que eles ajudam mais.

Luana: É por ordem no Brasil né, no país, nos estados, nos municípios e em cada...

Leonardo: Também ajudar no modo que a gente... ((pausa)) Era pra supostamente ajudar.

Mozart: Melhorar as condições de vida.

Leonardo: Melhorar a condição de vida da gente.

Nayara: Pois é ... Trazendo coisas de fora.

Leonardo: Pronto já tem o que falar vocês.

Luana: Benefícios.

Nayara: Pois é trazer.

Leonardo: Porque a gente já falou pra elas falarem.

Nayara: Pois é ... Trazer umas empresas de fora sei lá gerando mais trabalho.

Leonardo: É pra ajudar a gente assim no dia-a-dia (na) questão de saúde... Educação

Nayara: É como o negócio aqui... Bota aqui no Ceará um negócio de petróleo né.

Entrevistador: Refinaria?

Mozart: É daqui mesmo

Nayara: Isso exatamente... Pois é.

Mozart: Né daqui mesmo má a refinaria.

Nayara: É ... Pois é ... E vai gerar mais emprego... Para o pessoal daqui do nordeste.

Entrevistador: Tá certo. E vocês acham a política interessante? Importante?

Mozart: É com certeza. Importante é se não tivesse política aí cadê o controle sobre o país. Eu podia muito bem chegar ali e matar um cara e pronto, e não aconteceria nada comigo. Se bem que eu acho que isso não funciona tão bem, mas pelo menos é alguma coisa já. Funciona um pouco.

Luana: É importante.

Nayara: Também acho importante.

Entrevistador: Porque vocês acham importante?

Nayara: Exatamente por isso; pra ter lei. Pra não deixar a gente fazer qualquer besteira.

Porque se não tivesse política, sei lá, o mundo estava acabado.

Mozart: Ter uma organização. Acho que essa é a diferença do...

Nayara: É.

Luana: Uma organização maior.

Mozart: Acho que essa é a diferença do mundo de hoje para o mundo de antigamente. O mundo de antigamente era uma coisa desorganizada, tipo a idade da pedra ali; ninguém falava uma língua, não tinha uma língua certa - entendeu - para o mundo todo. Não tinha nada certo era tudo desorganizado. E se num tivesse entrado a política ia ser tudo desse mesmo jeito.

Nayara: Se bem que com a política hoje não faz tanta diferença não, por que ainda continua tendo muita morte e tal. Sei lá... Muita... Muita gente ladrona... Muita gente ladrona, entendeu.

Leonardo: Só que seria pior né, se num tivesse.

Nayara: Pois é, seria pior.

Leonardo: É dos males o menor.

Nayara: U hum.

Entrevistador: Vocês duas assim, que pouco falaram sobre política, alguma vez já pararam para pensar o que é política? Vocês refletiram alguma vez?

Nayara: já, só uma vez.

Entrevistador: como foi essa vez Nayara?

Nayara: Foi ano passado quando tiveram as eleições, eu parei para pensar um pouco.

Entrevistador: E chegou a alguma conclusão?

Nayara: Cheguei mais ou menos. Que, sei lá, às vezes dá em nada e às vezes dá.

Leonardo: Antigamente eu me preocupava mais com isso aí. Eu achava que eu podia fazer alguma diferença, alguma coisa assim nessa questão de política. Só que foi passando o tempo e eu fui me desinteressando cada vez mais, principalmente em época de eleição que parece mais que eles estão vendendo alguma coisa, fica tudo sujo...

Mozart: É tudo por dinheiro.

Leonardo: (...) é, colocando aqueles... Quando você passa nas avenidas é tudo sujo, papel pregado nas paredes, em todo canto...

Mozart: Também acho que isso é um desperdício.

Leonardo: (...) e até o horário político, tipo, aquilo parece só mais uma propaganda. Assim, de um comercial que eles tão querendo vender alguma coisa, alguma imagem. Entendeu. Aí eu me desinteresse cada vez mais (vendo aquilo ali).

Nayara: Com esse negócio da Dilma, eu penso que o pessoal quer votar nela por que pra ser a primeira presidente. Assim, Mulher...

Leonardo: Mulher.

Nayara: É. Acho que muita gente votou por causa disso. Acho que não votou – sei lá – por que acha que é importante alguma coisa assim nela. Mais porque ela é mulher mesmo, às vezes eu penso isso.

Entrevistador: Você Luana, algumas vezes assim, pensou o que é? Refletiu alguma vez?

Luana: Já. Assim, política pra mim e como se entrasse no ouvido e saísse no outro; eu não entendo nada. Ou quase nada.

Mozart: Não é uma coisa importante?

Nayara: Pra gente agora não tem importância, mas futuramente vai ter ...

Luana: É.

Nayara: (...) Muita importância.

Entrevistador: Tá certo. Eu vou fazer uma pergunta pra cada um. É, se vocês têm algum parente na família envolvido com isso?

Leonardo: Eu tenho. Um, é o marido da madrinha da minha mãe. Ele era, acho que ele é Senador agora; é o Pimentel. Pode falar aqui?

Mozart: Pode.

Leonardo: Pode falar? Pois é, o Pimentel a gente votou tudo nele porque é da família e tal. E a gente nunca ouviu falar nada de errado dele, mais a mulher dele sempre ajuda a gente assim quando pode

Luana: O que a gente precisa assim, ela ajuda.

Entrevistador: E esse contato com ele – vocês dois são primos (Leonardo e Luana) – fez aumentar o interesse de vocês? Por conhecer alguém que tá dentro do cenário político, alguém que tem um peso relevante. Ele é um senador. Aumentou o interesse?

Leonardo: Não.

Luana: Não.

Entrevistador: e você Nayara?

Nayara: Eu tenho um primo que ele é pra governador de Teresina, mas eu nunca falei com ele sobre isso não.

Mozart: Eu tenho. Tenho um tio que ele não é político, mas ele é metido com essas coisas assim. Sempre, é tipo, como é que se diz o cara que ajuda o candidato?

Entrevistador: Cabo eleitoral.

Mozart: É isso.

Entrevistador: Agora pessoal queria ouvir vocês em só mais uma perguntinha, tá certo. Já que a gente já falou sobre política, e queira ou não queira, falar de política remete ao tema democracia. Pra vocês o que é democracia?

Mozart: O que?

Entrevistador: o que seria democracia pra vocês?

Mozart: o que eu aprendi que democracia – é mais ou menos – uma palavra; liberdade de expressão. É uma palavra em duas, mais é isso. Eu acho que é o melhor tipo de governo que pode ter assim nos países de hoje. É o mais correto e é o que eu acho que dá mais liberdade, assim. Porém, não é usada essa liberdade que a democracia dá, não é usado assim corretamente. Porque a galera rouba por causa dessa liberdade - que dão demais.

Leonardo: Pra mim democracia é você poder dá sua opinião no governo – não só dá sua opinião – você poder fazer alguma coisa com relação aquilo. Porque a gente tem muita coisa assim, que a gente pode fazer só que a gente não sabe. Não tem conhecimento assim, dos nossos direitos como cidadão. E eles se aproveitam disso pra deixar tudo do jeito que tá, mas eu também não sei de muitas coisas. Mas eu sei que tipo, que se você juntar um grupo de pessoas para reclamar por tal situação, você pode ir ao vereador ou no prefeito da sua cidade – não sei me disseram. Se for questão muito grave e você conseguir realmente muitas pessoas para fazer aquilo pode até pedir, um pra ele sair – esqueci o nome –, você pode exigir que ele faça alguma coisa pelo que você tá precisando. Só que ninguém faz isso, a gente fica esperando sentado que eles mesmos procurem a gente e vejam o que tá errado e façam alguma coisa. Ou então esperar tipo, abrir uma cratera - que nem abriu na José Bastos - pra vir tampar o buraco.

((Pausa))

Entrevistador: mas porque vocês não querem falar o que é democracia?

Nayara: Por que os meninos já falaram tudo.

Entrevistador: Não, mas ela é ampla dá pra vocês falarem mais coisas.

Nayara: Pois é isso, quando você quiser algum direito você se une com muitas pessoas e vai atrás mesmo. É acho que pode até se tornar lei algumas coisas, o que você for atrás assim.

Querer e tal

Luana: Democracia eu não entendo nada. Tipo política eu não entendo nada, nada.

((risos))

Nayara: tá mais perdida do que eu.

Mozart: sei não viu. ((Risos))

Entrevistador: Nem no colégio vocês ouviram nada?

Nayara: Já. Mas o professor num fala muita coisa. Ele fala muita pouca coisa.

Luana: É.

Leonardo: Só a opinião dele, né?

Luana: É.

Nayara: É.

Leonardo: Ele não explica o que é. Ele dá a opinião do que ele acha certo.

Nayara: Pois é, ele sempre fala a mesma coisa; que liberdade de expressão. Pois é, ele sempre fala isso não fala outras coisas. Aí fica difícil.

Entrevistador: No colégio eu acho que quando falam de democracia vocês veem aquela parte de Atenas, a Grécia, e que não tem muita ligação com vocês?

Nayara: Pois é

Mozart: É verdade

Entrevistador: Mas nunca vocês pararam pra pensar o que é democracia? Porque esse sistema é tão bom? Porque será que é considerado tão bom? Porque será que tantos morreram pra ter esse sistema?

Nayara: Exatamente por isso, pra você ter mais liberdade pra fazer alguma coisa.

Mozart: Poder mudar.

Nayara: É o país. Pra poder ajudar pessoas...

Mozart: Uma pessoa não muda nada sozinha.

Nayara: Não, muda não. Mas eu estou falando a questão...

Mozart: Está aí a questão do voto.

Nayara: Pois é.

Mozart: É basicamente isso aí tu pode escolher quem vai governar o país.

Leonardo: É eu pensava. Eu, mais ou menos, me interessei por política quando eu entrei no colégio que tem esse negócio de DCE, essas coisas e tal. Eu pensava que, tipo, era só a política de tinha prefeito e presidente que num prestava, a gente fala muito mal deles, mas quando a gente se organiza pra fazer alguma coisa não saí muito diferente. Eu cheguei a querer participar desses movimentos estudantis na época que eu entrei e na época de eleição e tal, mas depois que eu vi que o pessoal era eleito e num fazia muita coisa; eu vi que não era muito diferente. Acho que num é só questão de política de certo jeito ou de outro, é a política no geral. Acho que é uma coisa assim muito falha, não acredito muito não. Aí que eu me desinteressei mesmo por política.

Entrevistador: Léo você manifestou interesse em participar de algum movimento político.

Algun de vocês já teve, já participou, já chegou perto de um movimento político?

Mozart: Eu nunca cheguei perto não, porque eu acho que nunca teve uma assim pra mim. Eu acharia interessante participar de um.

Leonardo: Hoje em dia a maior parte do pessoal lembra na época em que eles tavão querendo passe livre. Houve uma organização e pegaram um ônibus da instituição, juntaram todo mundo e a gente foi dispensada da aula para ir lá para prefeitura exigir o passe livre, RU e tal. O pessoal ia por brincadeira, para gazeir aula.

Mozart: Para virar os carros?

Leonardo: (Risos). Para virar os carros. Ai todo mundo reclamava porque jogaram pedra, porque policial fez isso e aquilo. Daí eu meio que me desinteressei.

Mozart: Cara é que o povo brasileiro é muito assim, não só os políticos. O pessoal tem esse jeito de ser – querer fazer graça com tudo, querer ganhar em cima de tudo – aí é isso aí mesmo ...

Leonardo: Uma vez invadiram a sala do reitor...

Mozart: (...) é só pra fazer graça, não é para nada sério, a maioria do pessoal. Um ou outro é que vai por realmente sentir, pelo real sentido.

Leonardo: E o pior, é que o pessoal que estava no comando do DCE na época era um pessoal assim; que você vê que não tinha muito futuro, que já tinha repetido e eram mais antigos que os professores.

((risos))

Entrevistador: Então, quem é do IFCE? Só tu que é do IFCE?

Leonardo: U hum.

Entrevistador: Teu colégio Nayara?

Nayara: Evolutivo.

Entrevistador: Tu, Luana?

Luana: Eu já terminei. Eu fazia intensivo no evolutivo ano passado.

Mozart: Lourenço Filho.

((Quando desliguei o gravador para pensar na formulação de uma nova pergunta os entrevistados começaram a discutir espontaneamente. Então, sem que percebessem liguei o gravador para captar seus depoimentos))

Nayara: O pessoal fica reclamando das pessoas que são ricas, mas elas foram atrás de ser ricas. E a gente que é pobre e fica aqui em pé parado, sem fazer nada.

Mozart: É, mas os caras não fazem nada. Muitos deles estão aí só por conhecer alguém.

Nayara: Mas não são bestas não.

Mozart: Esses políticos que bota galera pra trabalhar só porque é da família, tipo aquele ‘viado’ do Sarney.

Nayara: Ele tá sendo bom ajudando a família

Mozart: Pois é, e o que é que tem de bom nisso. E o resto do Brasil. Os professores que sabem

muito mais que esses caras que eles botam e trabalham só por causa de família – ganham muito menos.

Entrevistador: Vocês votarem mostra um interesse. Eu queria ouvir de todos vocês o que acham dos jovens que não participam, não votam, não tão nem aí?

((pausa))

Entrevistador: se vocês fossem políticos e tivesse a oportunidade de fazer algo pelo país, uma ação, que ação vocês fariam? Que problema vocês atacariam no país?

Leonardo: Eu acho...

Luana: Eu beneficiaria mais empregos para os jovens, que hoje...

Leonardo: Eu acho que não tem tipo, somente uma ação pra você fazer, entendeu. Porque eles não fazem nem o básico que era para eles fazerem. Então eu acho que se era para eu fazer alguma coisa, eu começaria pelo básico; saúde, educação, essas coisas que todo mundo fala e ninguém faz.

Mozart: O que eu acho que deveria ser mudado principalmente é a educação. Por que não adianta eu querer dar uma de radical, sendo que todos os políticos que tem aí e os que vão surgir tem essa mesma mentalidade de roubar e pelo menos fazer alguma coisa. Acho que tudo tem que começar na educação para tirar essa mania do povo brasileiro de querer se dá bem me cima de tudo; desde o começo, na escola.

Nayara: Mas num tem esse negócio na educação, essas pessoas que estudam no colégio público num ganham aquele negócio. Como é o nome?

Leonardo: Primeiro passo?

Nayara: Pois é, tem isso também, e aqueles cartõezinhos que você recebe dinheiro.

Leonardo: Bolsa escola, bolsa família.

Nayara: É bolsa escola. Tem adolescente que vai para o colégio só por ir, num está nem aí, é só para receber isso. E eu conheço gente que faz isso

Mozart: É verdade. E eu acho que isso é o principal apesar de tudo. Todos os problemas começam pela educação, por que o cara começa pensando desse jeito: que quer se dar bem em cima de tudo e tal. E aí acaba virando um político safado.

Entrevistador: O que é que vocês acham que mais afasta o jovem hoje da política?

Mozart: Eu acho que é os escândalos.

Leonardo: Escândalos.

Luana: E as mentiras deles, é demais.

Entrevistador: Corrupção satura vocês?

Leonardo: U hum.

Entrevistador: Os escândalos a toda hora papocam na televisão.

Leonardo: A toda hora alguma coisa.

Nayara: Sabe que vai ser sempre a mesma coisa, sempre vai ser assim e pronto.

Mozart: Pois é, por isso que eu acho que tem que mudar desde o começo.

[Término da entrevista]

Entrevista 2 – 28/04/2011 – Monografia**Público alvo: Adolescentes que tinham o direito de voto facultativo nas eleições de 2010.****Participantes: 3 alunos do cursinho pré-vestibular do SINTUFCE. (Os três adolescentes se encontravam na faixa etária entre 16 a 17 anos até a data das eleições realizadas em outubro de 2010).****Local: Praça da Gentilândia.****Duração: 20min57seg.**

Entrevistador: Primeiramente eu gostaria que vocês dissessem o nome e a idade que tinha no ano passado, em 2010?

Camila: Camila, 16 anos.

Luan: Luan, 16 anos.

Nélson: Nélson, 16 anos.

Entrevistador: Quem de vocês tem título de eleitor?

Camila: Eu tenho

Luan: tenho

Entrevistador: vocês que tem, porque tiraram o título?

Luan: Pra começar cedo

Camila: Eu tirei pra entrar na faculdade

Entrevistador: E você?

Luan: Pra votar cedo

Nélson: Eu não tirei porque eu estava com preguiça de tirar

Entrevistador: Pura e simples preguiça.

Nélson: Foi.

Entrevistador: E dos que tiraram o título, quem votou?

Luan: (gesto com a mão sinalizando que votou)

Camila: Eu não votei.

Entrevistador: porque você votou?

Luan: Porque eu já tinha o título mesmo.

Camila: Mas tu tinha vontade de votar?

Luan: Tinha.

Nélson: Eu estava sem vontade de votar.

Camila: Eu sempre quis ajudar, tipo, dar minha opinião e tal. Mas sei lá.

Nélson: Eu também achava que não tinha responsabilidade

Entrevistador: E de onde foi que surgiu essa vontade de votar?

Luan: Da minha mãe

Entrevistador: Por obrigação com pai e mãe?

Luan: Não por obrigação. A minha mãe falou: "já que tem que tirar ano que vem, tira logo esse ano".

Entrevistador: E você que não tirou, se tivesse tirado teria votado?

Nélson: Não, acho que não. Pelo fato de achar que não tinha capacidade de votar.

Camila: Eu também não votei exatamente por isso.

Entrevistador: Nélson, então o que é que tu que falta pra você? Que capacidade é essa?

Nélson: Segurança. Segurança no voto.

Entrevistador: E o que vocês vão ter que adquirir para conquistar essa segurança?

Camila: Eu acho que nenhuma pessoa com 16 anos tem consciência pra...

Nélson: É porque, por exemplo; você nas campanhas pega e vai se iludir pelo candidato, certo. Aí muitas vezes você pega e vota, e quando ele assume faz totalmente ao contrário.

Camila: Exatamente.

Nélson: (...) por exemplo, se eu pegasse e votasse no que ganhou e ele não fizesse as coisas que ele falava na campanha dele, eu ficaria chateado porque eu votei nele, ajudei a eleger ele.

Camila: Com certeza.

Entrevistador: Quanto ao grau de interesse de vocês pela política, vocês diriam que são: interessados, pouco interessados ou indiferentes?

Luan: Pouco interessado.

Camila: Acho que indiferente ninguém pode ser. Por que é uma coisa que influencia nossa vida. Então, indiferente não tem como. Mas eu acho que por eu ter políticos na minha família eu sou pouco interessada pelo que eu sei que eles fazem, entendeu.

Nélson: Eu não sou pouco não. Eu até gostava de assistir as propagandas eleitorais. Assistia, mas era mais pra rir porque tinha uns candidatos...

Camila: ((risos))

Nélson: (...) tinha uns candidatos que também né

Entrevistador: você falou que não era interessado não é? O que será que a política tinha que ter para te interessar? Ou então por que ela não te interessa?

Luan: Por nada

Camila: Honestidade.

Luan: Nada mesmo

Entrevistador: Você nunca chegou a refletir sobre a importância dela? Seria isso mesmo?

Luan: Seria.

Entrevistador: e você disse que tinha político na família. Isso influencia no teu interesse?

Aumenta o teu interesse?

Camila: Não. Pelo contrário.

Entrevistador: Diminui?

Camila: Com certeza.

Entrevistador: Por quê?

Camila: Por que eu acho que... Pelo menos o que eu tenho na minha vida é que cada pessoa tem que ter os seus valores, e eu acho que a política acaba com todos os valores. Pelo menos, você começa você é honesta, você é diferente de todos e no final você nunca conseguiu. Porque é aquela coisa, dinheiro acaba...

Não identificado: sobe à cabeça?

Camila: (...) Eu acho que no meu caso não influenciaria, mas eu acho que prefiro fazer uma coisa que eu seja honesta com certeza do que entrar numa coisa que é suja.

Nélson: Porque também você não vai pensar assim. Você fica julgando um candidato quando entra lá porque fica desviando a verba...

Camila: nunca se sabe quando você estiver lá

Nélson: (...) mas vai se é eu lá, aí vejo aquele dinheiro mole, mais dinheiro e tal. No meu ponto de vista eu não entraria na política. Mas só que se eu entrasse acredito que faria a mesma coisa.

Camila: Num sei.

Nélson: eu acho, sei lá. Depende né. Porque tu vê aquele dinheirinho na tua mão, tu vai fazer o que?

Camila: Uma coisa é você julgar e dizer que a pessoa tá fazendo errado. Outra coisa é você...

Nélson: Eu só não faria igual aquele cara que pegou o dinheiro e colocou na cueca.

Camila: ((risos))

Nélson: Aí também já é ...

((Comentários não identificados))

Entrevistador: Vocês falaram da questão da corrupção. Isto talvez seja um fator que afaste vocês e diminua o interesse. Mas será que o desinteresse não tende a aumentar ainda mais a corrupção?

Camila: Eu acho que a palavra não interessada está errada. Eu acho...

Nélson: É porque também é o jeito que as pessoas tratam a política. O caso do Tiririca, o cara fez uma campanha com alguma coisa assim: “vote em mim que pior que tá num fica”. Aí a pessoa pega e vota ainda mais

Camila: (...) eu acho que a gente se interessa, mas exatamente por não ter honestidade faz com que se torne um trabalho sujo, e por isso não desperta tanto a nossa vontade de não participar dela. Interessar, eu acho que interessa a todos; influencia na nossa vida.

Entrevistador: Quando vocês tiverem que votar - quando for realmente obrigatório - em que vocês iram se basear para escolher o candidato?

Camila: Nos meus pais. Nos candidatos dos meus pais.

Luan: Nas propostas

Nélson: Não, mas também depende. Minha mãe já tem o voto dela...

Camila: No início ...

Nélson: (...) porque se tua mãe pediu pra tu votar em uma pessoa e teu pai pedi pra tu votar em outra

Camila: Primeiro que meu pai e minha mãe não iam fazer isso.

Nélson: não, estou falando que se você fosse se basear neles em qual dos dois seria se você é indiferente?

Camila: Olharia quais são as propostas do candidato.

Nélson: Pois é.

Entrevistador: Você falou em propostas. Então, que propostas te atrairiam?

Luan: Por exemplo; as avenidas de Fortaleza estão todas esburacadas, se algum candidato falasse em ajeitar as estradas seria um voto a favor. Tipo assim ...

Professor: Coisas mais práticas.

Camila: Melhorias.

Nélson: Saúde.

Luan: É.

Camila: Primeira coisa que eu olharia era a educação.

Nélson: Mas tem que ter cuidado porque ele dá uma proposta destas e não vai poder interferir...

Camila: Como não?

Nélson: Por exemplo, tu acha que um vereador faz um negócio todinho e diz que vai fazer num sei o que, mas só que ele não tem aquela moral toda pra fazer aquilo.

Entrevistador: Mas pra vocês jovens pra seria o tema principal que o político teria que tocar para conquistar?

Camila: Pra mim é a educação. Acho que tudo é desdá base, num tem como ele querer... Tipo prisão tem muito bandido hoje em dia e não se sabe a base deles, se tivesse uma boa educação não teria se tornado o que é.

Nélson: Mais também a saúde.

Camila: A saúde com certeza.

Entrevistador: e para você?

Luan: Melhorias mesmo; esse tempo de chuva que tá tudo alagado, as estradas acabadas, a cidade acabada.

Entrevistador: Infraestrutura?

Luan: É.

Nélson: Olha uma coisa, aqui na Jovita Feitosa eles fizeram um serviço e agora estão quebrando tudo de novo porque foi um serviço malfeito.

Camila: A 13 de maio é uma prova disto.

Nélson: Isso é dinheiro gasto.

Luan: Ei irmão tem os profissionais mal qualificados, muitos desses daí.

Entrevistador: No dia-a-dia de vocês a política tem um espaço importante? No cotidiano a política assume um espaço importante? É importante pra vida de vocês no dia-a-dia ou só no tempo de campanha?

Camila: Que como a gente estava falando aqui das ruas, isso influencia a gente. A gente utiliza.

Nélson: Nós vemos...

Luan: O que aconteceu antes pra no dia da eleição a gente vê como é que vai ser.

Nélson: A gente guarda lembranças

Camila: Vai juntando tudo o que ele não tá fazendo pra no dia ser...

Nélson: Aquele eleitor que esquece as coisas que a pessoa faz; coisas boas e ruins.

((pausa))

Entrevistador: Em quem vocês votaram ou teriam votado para presidente?

Eu não votava da Dilma.

Nélson: Eu sei lá, pelo meu ponto de vista a personalidade dela era muito diferente da do Lula.

Camila: Eu adorava o Lula

Nélson: Eu acho a personalidade dela muito diferente.

Camila: Não é porque ela tá...

Nélson: Mas eu também não votava no Serra.

Camila: Eu votava no Plínio. Mesmo todo mundo dizendo que ele aí morrer cedo.

Nélson: Tá aí o Plínio, eu assisti o debate e se você prestar atenção nas perguntas do Plínio tinha mais senso que a dos outros dois.

Camila: As respostas.

Nélson: As perguntas também. Ele fazia umas perguntas que a Dilma faltava não responder.

Entrevistador: E você votou em quem?

Luan: Na Dilma.

Entrevistador: Por quê?

Luan: Por que ela foi indicada do Lula. O Lula fez uma boa campanha.

Camila: Certo, mas não é porque eles estão em parceria...

Nélson: Se fosse o Serra o aliado do Lula?

Luan: Votava no Serra.

Camila: Num é porque eles têm parceria que ela vai fazer o mesmo trabalho que o Lula

Nélson: Fazer a mesma coisa.

Luan: O intuito é isso, é que ela continue o que ele começou.

Camila: Eu não votaria.

Nélson: Eu podia votar até na Marina.

Camila: Eu também pensei nela.

Nélson: Eu pensava que a Marina

Luan: Vocês votariam em todo mundo menos na Dilma.

Nélson: Na Dilma e no Serra

Camila: É no Serra também não

Entrevistador: Todos vocês se informaram na época das eleições? Assistiram programas?

Apesar de todos não votarem se informaram?

Nélson: Assisti, porque eu gostava de ver.

Camila: Eu sempre discuti com meus pais sobre política. Por um ser totalmente o contrário do outro eu sempre discutia.

Nélson: Em casa meu pai falava que queria votar no Serra, mas ele falava só brincando, eu sabia disso mais minha mãe não sabia. Minha mãe queria que ele votasse na Dilma aí ele ficava dizendo que ia votar no Serra e tal, meu pai escondeu isso até o final. Ele ficava brincando com a minha mãe que ia votar no Serra, mas acabou votando na Dilma.

Entrevistador: E você?

Luan: Assisti não muito, mas assisti.

Camila: Mas só porque tu ia votar, se tu não fosse você acha que não assisti?

Luan: Assistia nada.

Entrevistador: E sua opinião sobre as propagandas?

Camila: Acho que não devia ser obrigado

Luan: Não muito tudo sério

Camila: O voto não seria obrigatório

Entrevistador: Vocês tocaram num ponto interessante. Quem de vocês é a favor do voto obrigatório?

Luan: Eu sou.

Entrevistador: Por quê?

Luan: Se não ninguém votava.

Nélson: É verdade, porque antigamente as pessoas brigavam pra ter o direito de voto.

Camila: É verdade. Mas você acha que um jovem de 16 anos tem capacidade de votar e dizer quem vai comandar.

Luan: Não num tem, mas nem todo mundo tem. Mas uma grande parte é ativa.

Entrevistador: O voto obrigatório o que você acha?

Nélson: Porque antigamente muita gente brigou pelo direito do voto. Então, agora todo mundo quer votar então vota.

Entrevistador: Mas será que se o voto não fosse obrigatório, e sim facultativo pra todo mundo, as pessoas que iriam votar não seriam aquelas realmente que se interessam e se informam?

Talvez os candidatos fossem os mais qualificados?

Camila: Por isso que eu concordo que o voto não deveria ser obrigatório.

Nélson: Aí não teria muita disputa. Ia ser menos disputado.

Camila: Sim?

Nélson: Era para ser mais disputado. Num tem nem graça.

Camila: Mas votar em gente que num tem nenhuma... Aparece gente dizendo; “vou te oferecer dinheiro pra você votar em mim”, já que eu não tenho interesse eu vou.

Nélson: Depende. Assim é crime.

Camila: Sim, e? Eu não tenho interesse, entendeu.

Nélson: Mas oh... Se eu fosse assim maior de idade, e pudesse votar, tu num acha que uma pessoa maior de idade já tem uma cabeça mais, né.

Camila: Eu entendi.

Entrevistador: Vou fazer um pergunta um pouco mais complicada, ou não. Pra vocês o que é democracia?

Camila: Democracia...

Luan: Eu faltei essa aula

((risos))

Entrevistador: Pra você.

Luan: Liberdade de expressão.

Camila: É difícil responder essa pergunta

Entrevistador: Como você enxerga a democracia

Camila: Eu sei o que é, mas eu não sei dizer. Não sei exprimir isso

Entrevistador: Não sabe exprimir, tá certo.

Camila: O conceito em si eu sei, mas o que é para mim não sei.

((silêncio))

Nélson: Direito de escolha.

Camila: Sim, liberdade de expressão mesma coisa.

Nélson: Falei liberdades.

Luan: A gente pula essa pergunta aí.

Entrevistador: Tá certo. Deixa então eu fazer só mais uma aqui. Pra vocês o que é política?

Luan: Política ((risos e comentários descontraídos entre o professor que assistia a entrevista e os entrevistados– 14min50seg a 15min15seg))

Camila: enfim o que é política pra você?

Luan: tinha que ser levado mais a sério.

Entrevistador: Por quê?

Luan: Por que tá muito banalizado.

Nélson: Por que com a política vamos escolher...

Luan: o futuro da gente.

Nélson: É. O que vai mandar

Luan: é o nosso chefe.

Camila: Devia ser algo bonito de se ver. Porque é uma coisa que influencia tanto em uma nação, em um lugar, que deveria ser visto melhor do que a gente vê hoje em dia.

Luan: Devia ser a coisa mais levada a sério.

Camila: Com certeza, com bem mais seriedade. Ou seja, bem mais.

Professor: eu gostaria de dizer que a aula que eles iriam entender o que é democracia tá acontecendo agora, aula sobre Grécia.

Entrevistador: o futuro de vocês?

Camila: Com certeza. E a nossa cidade hoje quem vai ajeitar é ...

Luan: Vou ser eu, o novo Lula.

Camila: Tá certo

Luan: Só não vai ser a Luizianne.

Camila: Espero, porque aquela ali não fez nada pela nossa cidade.

Entrevistador: No caso de vocês, eu percebo que em grande parte tem uma visão negativa da política que está sendo realizada hoje.

Camila: Sim

Entrevistador: Hoje vocês enxergam alguma coisa positiva na política que está sendo feita de fato? Porque até agora só vi em grande parte comentários críticos e uma coisa positiva que vocês falaram é que é tão importante que o futuro de vocês poderia depender disso.

Nélson: Eu acho assim, por exemplo, quando a Luizianne foi eleita à primeira vez ela fez muitas obras, ela fez bem...

Camila: Com certeza.

Nélson: (...) mas no segundo mandato já foi diferente. Eu acho assim, o primeiro mandato faz uma...

Camila: Boa impressão da pessoa.

Nélson: (...) aí no segundo “já estou eleita de novo, já fiz muitas coisas”, aí começa a desleixar.

Camila: É, mas no primeiro mandato ela foi boa.

Nélson: O Juraci – pelo que me lembro – no primeiro mandato ele foi um bom prefeito. Aí no segundo, e já no terceiro foi o que ele roubou a merenda e tal. Eu acho que era pra pessoa ser eleita só uma vez.

Camila: Tu acha que devia ter essa lei?

Nélson: É.

Camila: Tu acha que a Dilma já começou errando em trocar todos os concursos públicos?

Nélson: Mas isso aí...

Camila: Acaba com a educação isso, totalmente. Eu realmente não tenho pontos positivos.⁷⁶

Entrevistador: Nenhum? Em nenhuma política?

Camila: Que eu esteja pensando hoje, não lembro.

Entrevistador: No momento não te vem nenhuma a cabeça?

Camila: Eu gostei do Lula, realmente eu adorei a política dele.

Entrevistador: O que foi que ele fez de bom?

Camila: As coisas que ele fez pela educação. Eu acho que o que chamou minha atenção de início foi por ele ser um homem tão humilde e ter pensado tão alto.

Nélson: Ela assistiu ao filme.

Camila: Eu não assisti ao filme. Ai entrou e fez realmente o que tinha de ser feito. Assim, eu não acompanhei tanto no final; não é que não me interessa, me interessa por que é o que vai mudar minha vida, mas eu não acompanhei tanto.

Entrevistador: E você?

Luan: Eles falaram tudo

Entrevistador: Você não quer colocar nada?

Luan: Nada, eles falaram tudo.

Camila: Sério?

Entrevistador: Nem uma coisa positiva na política?

Camila: Num trouxe nada positivo?

Luan: Deixa em branco.

Entrevistador: Você disse e ressaltou que era tão importante e agora num tem nada de positivo?

Luan: Só a educação, que ele falou do Lula. Só isso.

Entrevistador: Agora deixa eu fazer a última pergunta que vocês já estão apressados. Já foi uma grande coisa três jovens se disponibilizarem a falar, porque até pro adulto é uma coisa cansativa e chata.

Camila: É com certeza

Luan: Com certeza.

Camila: Como eu falei política, religião e futebol são coisas que não se discutem.

Entrevistador: mas vocês conhecem muitos jovens da idade de vocês que se interessam ou grande maioria não tá nem aí?

Luan: A grande maioria num tá nem ai.

Camila: Pois todos os meus amigos votaram.

Entrevistador: Só você que não votou?

Camila: É, e tirando as minhas primas.

Entrevistador: E porque você não foi na onda deles?

Camila: Eu ia só que meus amigos já tinham 18 anos e tinham a obrigação e sempre se interessaram. Acho que exatamente por eu ter amigos e parentes que participam achei que era um trabalho sujo que não levam com seriedade. Por isso, eu não queira participar no momento, só quando eu fosse obrigada, no caso esse ano.

Entrevistador: E pra vocês, aqueles que não participam vocês acham porque é?

Nélson: Sei lá é que as pessoas acham que...

Luan: A galera tá...

Nélson: (...) vai perder um dia por causa do voto.

Luan: Num sei.

Entrevistador: alguém queria colocar mais alguma coisa, um último comentário?

Camila: Só que todos os jovens que tu perguntar vão dizer que não se interessam por política. Que é o que a passa pra gente hoje, a política de hoje.

Entrevistador: Tem algum canto que você frequenta, alguma instituição, que influencia; a escola ou uma associação, alguma coisa?

Camila: Nunca me influenciaram.

Entrevistador: Outra pergunta. Alguém de vocês já participou de algum tipo de reunião de movimento coletivo ou político?

Luan: Não.

Nélson: Não.

Camila: Nunca participei.

Entrevistador: mas teve vontade de participar?

Camila: Vontade não. Vocês têm vontade?

Luan: Não.

Nélson: Não.

Entrevistador: Porque vocês num tem vontade?

Luan: Porque não.

Camila: Tem tanto coisa hoje em dia que é bom pra se fazer, no caso isso não seria bom. Não iria me trazer nada positivo.

Entrevistador: Vocês poderiam me dizer qual a escolaridade dos pais de vocês?

Camila: Graduação.

Luan: Médio completo.

Nélson: É médio completo.

Entrevistador: Religião de vocês?

Camila: Católica.

Luan: Católica.

Nélson: Católica.

Entrevistador: Tá certo. Obrigado pessoal.

[Término da entrevista]

Entrevista 3 – 06/05/2011 – Monografia

Público alvo: Adolescentes que tinham o direito de voto facultativo nas eleições de 2010.
Participantes: 9 alunos do cursinho pré-vestibular do SINTUFCE. (Os nove adolescentes se encontravam na faixa etária entre 16 a 17 anos até a data das eleições realizadas em outubro de 2010).
Local: UFC - CH 2.
Duração: 57min11seg.

Entrevistador: Primeiro eu vou perguntar, começando pela Samilly, quem tem título de eleitor?

Samilly: Tenho

João: Tenho

Maxweel: Tenho

Michel: Tenho

Melissa: Tenho

Talita: Não

Carol: Tenho

Deysiane: Tenho

Entrevistador: Talita do grupo você é a única que não tem o título. Porque você não tirou o título de eleitor?

Talita: Como era facultativo eu não me interessei em tirar.

Entrevistador: Só por isso?

Talita: Só, só por isso.

Entrevistador: E quem tem o título votou?

Samilly: votei

João: votei

Maxweel: votei

Michel: votei

Melissa: votei

Talita: eu não votei

Carol: votei

Deysiane: votei

Entrevistador: e aqueles que votaram qual foi a motivação?

Samilly: Eu sempre tive vontade de votar, eu que tive a iniciativa de tirar o título e de votar. Não foi por incentivo de ninguém.

João: Eu acho que, é só vontade mesmo de votar. Conhecer como é.

Maxwell: O fato de ser a primeira votação, a curiosidade também. E pela questão de democracia, você fazer valer os seus direitos.

Michel: Eu também tive a curiosidade de votar e escolher os nossos representantes que irão nos representar lá na câmara e em todo território nacional.

Melissa: Eu votei também por curiosidade como todo mundo porque era a primeira votação. Eu também votei para poder participar e contribuir para a formação da política do nosso país.

Talita: Eu não votei porque eu não tive curiosidade, eu não tive vontade. Porque eu iria votar? Para roubar a gente? Eu mesmo não. Não mesmo. Eu não quero votar, e se eu for votar no próximo ano é por obrigação mesmo, porque curiosidade e vontade eu não tenho.

Carol: Eu votei porque eu me senti na obrigação de contribuir com o futuro do meu país e já que eu tô inserida na realidade eu tenho que fazer com que ela seja a melhor possível, então votar no melhor.

Deysiane: Eu votei por curiosidade e porque eu acho que a gente tem obrigação de escolher

quem vai representar a gente; quem vai tá olhando o nosso dinheiro e fazendo valer o nosso direito.

Talita: olhando mesmo

Samilly: e roubando

Entrevistador: Quanto ao grau de interesse de vocês pela política, você diria que é: muito interessado, interessado ou pouco interessado?

Samilly: interessado

Entrevistador: Porque você interessada? O que é que você tem o que é que você faz que te torna interessada?

Samilly: Eu sou interessada, não é um assunto que eu procure mas quanto a exercer minha democracia eu tenho interesse.

Entrevistador: Mas você não se informa, não busca informação?

Samilly: Quando escolho um candidato eu vou e pesquiso mas não no geral.

João: Eu sou muito interessado, mas pra ficar por dentro dos assuntos que rolam aqui; na nossa cidade, no nosso país, no nosso estado. E também porque eu gosto muito do debate, do diálogo, das formas que eles usam as palavras - é interessante aprender como eles usam as palavras para manipular alguma coisa às outras pessoas.

Maxwell: Eu sou pouco interessado, mas eu busco sempre tá por dentro das notícias do que tá acontecendo que é para está informado.

Michel: Eu sou interessado porque eu quero saber o que os representantes que eu escolhi estão fazendo de certo, para poder na próxima eleição saber escolher ele de novo e saber o que está acontecendo no meu país.

Melissa: Eu sou interessada, antes de votar eu procurei saber a história de cada um dos representantes que eu votei. Eu procuro sempre ler revista para saber o que é que está acontecendo e o que eles estão fazendo por nós.

Talita: Eu sou pouquíssimo interessada em relação à política.

Entrevistador: Mas por quê? Você não acha uma coisa importante?

Talita: Porque muitos deles não sabem nem em que partido estão. Eu assisto muito aquele CQC - é um programa muito crítico em relação a isso - eles fazem pergunta assim “o que significa a sigla do seu partido”, e nem isso eles sabem, eles saber fazer algo coisa de melhor pra gente? Lógico que não.

Entrevistador: Essas matérias do CQC que abordam as questões políticas você gosta de assistir?

Talita: Gosto.

João: Ai já é um interesse

Entrevistador: mesmo que você tenha uma visão negativa mas é um interesse

Talita: é interesse critico, pode ser.

((Beatriz que até o momento apenas observa a entrevista e não tinha se voluntariado a participar entra na conversa e dá sua opinião))

Beatriz: é porque é de uma forma descontraída que a gente vê aquilo. Geralmente quando a gente vê a política é só “ah! Num sei o que num sei o que”, e o CQC não eles abordam que uma forma que é legal assistir pra gente que é jovem.

Talita: É por que às vezes é super chato.

Entrevistador: Pode dizer.

Carol: Eu sou super interessada porque eu gosto de saber quem tá me representando e eu acho que na hora de votar você ter a informação, você ter a consciência da história dos candidatos é muito importante.

Deysiane: Eu sou interessada, sempre procuro saber quem vai me representar.

Entrevistador: Em tempo que não é de eleição vocês procuram se informar sobre política? No dia-a-dia, vocês vão atrás de se informar?

Samilly: Eu não.

Entrevistador: Por quê? Já que você tem interesse porque você não se informa?

Samilly: Não sei, passou, passou e não me importo mais.

Entrevistador: Mas em época de política você vai atrás de se informar?

Samilly: Em época de política sim.

Entrevistador: Porque em época de política sim?

Samilly: Eu não sei. ((risos))

Talita: Porque interessa.

Samilly: É.

Beatriz: Vai influenciar alguma coisa.

João: Eu procuro me interessar antes porque eu procuro saber o que acontece com eles, com os deputados em si, pra ter assim uma melhor opção na hora do voto, pra poder fixar melhor o meu voto.

Maxwell: Eu procuro sempre tá informado pra saber o que é que eles estão fazendo para quando for no futuro a gente ter uma melhor escolha, saber em quem votar ou não.

Entrevistador: Quais são os meios que você procura para se informar? Os meios de comunicação?

Maxwell: Internet, televisão e jornais.

Michel: Eu pesquiso também através da internet e jornais o que eles estão fazendo de certo e errado, o que tá acontecendo no nosso país e quais são as obras que eles estão desenvolvendo para saber o que é que tá tendo de retorno pra gente.

Entrevistador: Mas tu se informa muita frequentemente, às vezes, raramente ou nunca?

Michel: Frequentemente na internet, assisto jornais.

Entrevistador: Agora é a Melissa.

Melissa: Eu não vou dizer que eu procuro saber por que é mentira, mas sempre que passa alguma coisa na televisão, internet, ou alguma coisa assim, eu me interessou e leio sobre a matéria para saber o que aconteceu. Mas eu procurar, num procuro não.

Entrevistador: Então você não muda de canal, se passa na televisão você assistiu?

Melissa: Eu assisto se tiver passando alguma coisa.

Entrevistador: Talita.

Talita: Eu? Ave gente... ((risos)) Assim, eu vou procurar saber mais agora, tentar procurar o menos pior. Porque aquele arrastando mesmo, mas eu assisto como eu disse o CQC que é o programa que eu mais gosto em relação a esses assuntos.

Entrevistador: Você Carolina?

Carol: Eu sempre procuro saber em relação à internet. Sempre quando eu tenho um tempo eu procuro na internet porque televisão eu acho que eles alienam muito - puxa muito para o outro lado a notícia, o lado deles – por isso eu não gosto muito de assistir televisão. Mas internet, jornal, tu de ler eu gosto muito.

Entrevistador: Mas você lê com frequências, às vezes, raramente?

Carol: Cara, jornal assim de ler eu recebo no final de semana, aí eu sempre leio a parte de economia e política, e internet eu sempre procuro mais durante a semana, mas não é todo dia porque eu não tenho tempo. Mas quando eu tenho...

Entrevistador: Deysiane?

Deysiane: Não é sempre que eu procuro, mas quando tem alguma reportagem, alguma coisa, eu sempre me informo.

Entrevistador: Eu vou fazer uma pergunta meio que subjetiva pra cada um. O que é política pra vocês?

Samilly: Eu não quero responder essa daí não.

Beatriz: Meu pai diz que é tudo. Que o preço de não sei o que depende da política, que num sei o que depende da política, se for construir alguma coisa tem que...

Interlocutora não identificada: palmas pra ela, ela sabe.

Beatriz: Mulher meu pai é político. Então tudo...

Samilly: O pai dela é político.

Entrevistador: Você se importa em dizer quem é teu pai?

Beatriz: Não, Nagibe.

Entrevistador: Mas ele não é daqui de Fortaleza.

Beatriz: É e num é. Ele é do PC do B, aí ele trabalha muito com esse negócio de greve, num sei o que para os trabalhadores. Ele se candidatou, mas ainda não se elegeu.

Entrevistador: Ele é assessor?

Beatriz: Não, mas vive nessas coisas aí. Assembleia num sei das quantas, reunião, aff... As informações vêm todas até mim sem eu nem querer.

Maxwell: Política é atualidade. É um assunto que é complexo, mas praticamente é o que se diz hoje em dia. Como ela falou tudo é voltado para política, tudo depende da política.

Michel: Economia, educação, são coisas que a gente tem em mente que depende da política.

Educação, economia, salário, tudo vem através da política.

Melissa: Eu acho que política é exatamente o que ele falou é uma coisa atual. A participação de cada pessoa na sua cidade - eu não sei nem falar direito não - , mas acho que é procurar educação, é ... Aí num sei não.

Entrevistador: Pessoal não precisa ter medo, aqui eu não estou medindo conhecimento eu quero saber a opinião de vocês; as razões, as motivações.

Melissa: Eu nunca parei para me perguntar não.

João: Sabe o que é, mas não sabe definir.

Melissa: é.

Carol: É muito complicado.

Samilly: É muito difícil.

João: é muito complexo.

Maxwell: porque é complexo.

Entrevistador: Vamos lá Talita.

Talita: Política pra mim era pra ser uma melhoria para a população, mas fazer o que se não é.

Carol: Política na teoria – pelo menos – é escolher um representante para governar um povo em cima de uma maneira que ajude a todos. É governar em cima do interesse coletivo.

Bem comum.

((pausa))

Carol: Isso. Só que o que acontece hoje em dia que eu não chamo de política e até tem gente que chama de politicagem – que eu acho que é o termo correto – é justamente você deixar o seus interesses pessoais sobressair aos interesses do povo que é que lhe colocou no poder.

João: Mas a politicagem é um modo deles governarem.

Carol: Isso.

João: A politicagem é a prática que eles usam para poder governar a gente. Nós confundimos muito com a política realmente.

Carol: Por isso que eu não concordo em dizer que isso é política.

Entrevistador: Nada a declarar Deysiane.

Deysiane: Não.

Entrevistador: Samilly agora volta pra você. Nada a declarar?

Samilly: Nada a declarar.

Entrevistador: Vocês acreditam que os jovens, da geração atual, são interessados ou desinteressados pela política?

Samilly: Desinteressados.

Entrevistador: Porque Samilly?

Samilly: Porque em geral são desinteressados e pronto.

Beatriz: Eu acho que é pela maneira que a política tá acontecendo, de forma vulgar. Os políticos, eles se elegem assim por dinheiro, por interesse, pra – eu não estou sabendo explicar –, mas é isso aí mesmo.

João: Eu acho que a juventude de hoje procura mais viver do que saber como viver. Porque saber como viver é você se interessar por aquilo, pela parte da política, pelo o que eles têm pra nos oferecer. Por isso que eu acho que eles são mais desinteressados.

Maxwell: Eu acho que eles são desinteressados pelo histórico de corrupção na política. Assim, porque são tantas decepções, tantas corrupções que eles nem se interessam mais.

Deysiane: Todo mundo vê como uma forma negativa.

Maxwell: É, eles não se interessam mais por política.

Michel: Falta motivação, como o Maxwell falou. Eles não têm motivação pra votar porque o quadro político hoje...

Carol: a gente não tem retorno.

Michel: (...) isso mesmo, não presta pra nada.

Melissa: Eu acho que eles são desinteressados justamente pelo fato que acontece conosco, ninguém procura saber por que se você for procurar saber na maioria das vezes só tem corrupção. Tem uma ou outra coisa que é proveitosa para a população, mas acaba que é escondida; é bem retraída e ninguém vê.

Talita: Para mim é relativo. Muitos jovens que eu conheço fazem parte da política; como em época de eleição eles vão pra praça fazer campanha. Acho isso muito relativo, muito jovem que eu conheço gosta de política.

João: Mas assim, essa campanha que esses jovens fazem é voltada mesmo para política? Ou porquê ...

Interlocutora não identificada: eles são pagos.

Maxwell: Eu acho que é por dinheiro.

Beatriz: Ou interesse.

João: (...) são pagos?

Deysiane: Nunca é aquele interesse.

João: Aquele interesse realmente.

Deysiane: Tem alguma coisa por trás.

Beatriz: Não, mas eu conheço. Pelo menos lá em casa quando tem reunião tem muito jovem.

Deysiane: mas é pouquíssimo.

Maxwell: É interessado na política aquele jovem que faz parte do partido e dessas coisas.

Deysiane: Eu também acho.

João: E de movimentos.

Talita: Tipo tem um cara lá na minha rua...

Deysiane: começando até pelos movimentos estudantis.

Talita: (...) que ele movimenta a rua todinha, quando é política assim, leva o pessoal pra assembleia, é maior enxame. Vai muito jovem, ele aluga dois ônibus – ele é da política lá – leva o pessoal e tudo. Ele não paga não e a galera vai.

Deysiane: Mas é porque eu acho que ele motiva.

Maxwell: Isso aí que ele está fazendo é a verdadeira política, o que é para ser.

Samilly: Ele motiva.

Talita: Eu já trabalhei na política.

((risos))

Entrevistador: Mas como foi seu trabalho?

Talita: Foi divulgando.

Michel: Entregando panfleto.

Talita: Que dizer, eu não entregava eu jogava no lixo. 83

Entrevistador: Qual foi a motivação que levou você a trabalhar? Foi puramente financeira?

Talita: Financeira.

Entrevistador: Ganhou quanto?

Talita: Eu ganhei 50 reais por três dias.

Entrevistador: 50 reais por dia?

Talita: Não, por três dias. A cada três dias eu ganhava 50 reais. Eu nem entregava não, só entregava quando o fiscal estava lá, e depois eu jogava no lixo. Eu não vou mentir. Eu fazia mesmo.

Entrevistador: Caroline.

Carol: Eu acho que a juventude - 90 por cento dos jovens - não se interessa por política.

Porque essa juventude de hoje é muito conformista, se conforma muita com a situação do nosso país. E assim, outro problema do Brasil é que as pessoas só se lembram de que a política existe em ano de eleição. Só vão atrás de saber quem é o candidato em ano de eleição, elas não fiscalizam; não tão lá pra saber se eles estão fazendo o que realmente prometeram, se estão criando projetos. Eu acho que esse realmente é o pior problema.

João: Para complementar aqui. Eu acho que eles só procuram a gente em ano de eleição. Só procuram a gente na hora que querem voto, que querem receber aquilo.

Talita: Prometem mundos e fundos na época de eleição, mas depois se esquecem da população.

Melissa: Mas eu acho que cabe a gente cobrar, a gente colocou eles lá a gente tem que cobrar.

Talita: A gente cobra, mas eles nunca estão disponíveis. Tipo, no dia em que vocês precisarem e forem no lugar tal, e quando chegarem lá eles não estão. Nem adianta ir atrás.

Entrevistador: Deysiane.

Deysiane: Eu acho que muitos jovens são desinteressados porque não tem motivação. É um assunto chato, e a maioria é chato, é um assunto muito chato.

Carol: E eu acho que outra culpada pelos jovens serem desinteressados é muitas vezes a mídia. Coloca a política pra gente como sendo uma coisa muito ruim, mas num é. É um direito do povo, votar e essas coisas, e muitas vezes são colocadas como uma obrigação. Por exemplo, nos Estados Unidos o voto não é obrigatório, que tipo de democracia é essa que obriga a gente a votar? Muitos de vocês não têm um candidato bom. Na última eleição foi triste, não tinha um candidato bom.

Entrevistador: Vocês falaram muito em motivação. O que vocês acham que tem de surgir na política para motivar o jovem a participar?

João: A verdade. Sinceridade.

Melissa: Compromisso.

Michel: Eu acho que deveriam investir mais em obras para o jovem, por exemplo; poliesportivos, alguns centros culturais.

Melissa: Isso motiva.

Michel: Motivação para o jovem. Centros onde o jovem possa se encontrar com mais jovens.

Deisiane: e mostrar também o jovem como ele pode tá inserido.

João: Como ele pode ajudar na política.

Deisiane: Como ele pode ajudar.

Entrevistador: Maxwell, alguma coisa?

Maxwell: Acho que é isso mesmo, incentivar fazendo projetos e programas. Essas coisas que envolvem o jovem.

Melissa: Eu acho que deve haver um incentivo não com dinheiro, mas com esportes e esse tipo de coisa.

Entrevistador: Cultura, entretenimento?

Melissa: É.

Talita: Para mim motivaria se um político cumprisse o que falasse. Se pelo menos a Prefeita tampasse os buracos para mim já iria ser um bom começo. A Fortaleza bela só tem o nome,

por que...

João: A Fortaleza peba.

Talita: (...) ela só quer investir em festa, festa, festa. E buraco que é bom para tapar ela não tampa.

Carol: Gente, mas essa questão dos buracos tem que ver que ela manda tapar - como eu já vi muitas vezes esse... Como é o nome?

Deysiane: Tapa buraco.

Carol: Tapa buraco, e a CAGECE vem e quebra as ruas todinhas.

Samilly: Não é só responsabilidade dela.

Carol: Não é, porque a gente também tem que ver que muitas vezes não tomamos cuidado. A gente mesmo quebra, porque a quantidade de carro que tem na nossa cidade não é pra ser - tem uns 10 vezes mais do que suporta. E a CAGECE, ela esburaca a rua todinha e não ajeita.

Só o que tem perto da minha casa é negócio da CAGECE.

Samilly ou Deisiane: Mas esse negócio de festa, cada ministro manda o dinheiro certo para o lazer e esse dinheiro que tá sendo usado é o dinheiro do lazer, e tá sendo bem utilizado.

Talita: Eu acho que lazer deveria ser depois que ela fizesse a obrigação dela.

Samilly ou Deisiane: Mas você não pode tirar dinheiro de lazer para tapar buraco em rua.

Talita: Mas pode tirar dinheiro de tapar buraco de rua para colocar em festa?

Carol: E é isso que ela mais faz.

Samilly ou Deisiane: Não é isso que faz.

Carol: Faz. Eu acho que ela faz festinha para calar a boca do povo. Aqueles pré-carnaval na Gentilândia é para calar a boca do povo. Para divertir o povo, isso não é coisa que se faça.

Talita: Para dizer que tá fazendo alguma coisa pela população.

Carol: Isso mesmo, para o povo esquecer que ela não tá tapando os buracos, que ela num tá fazendo nada que prometeu.

Samilly ou Deisiane: A Carol, eu não acho.

Carol: Eu acho.

João: Esse negócio de tapar buraco é complicado, porque assim, um exemplo; qualquer rua tem um buraco aí a Prefeitura vai lá e passa o asfalto. Com duas semanas depois já tá o mesmo buraco, aí passa o asfalto. É porque ela tá fazendo assim ... nós aqui, Fortaleza, é um solo muito sedimentar - é muita areia embaixo - e ela não tá fazendo o trabalho pra retirar essa areia para calçar a parte de baixo e depois passar o asfalto. Então, ela tem que saber fazer o trabalho para poder fazer uma coisa bem feita e gastar só uma vez, mesmo que gastando muito. Para não fazer uma coisa malfeita e ficar gastando muito o nosso dinheiro, e que vai acabar saindo mais caro.

Carol: Mas eu estou usando o caso do Tapa buraco só como exemplo, porque há muitas outras coisas. Cadê a Educação? A gente tá vendo investimento na Educação? Tamo não. Cadê investimento na Segurança? Cada dia os assaltos em Fortaleza crescem. Cadê o investimento na Saúde? Um dia desses teve um incêndio no IJF38. Cadê o investimento?

Michel: A educação de Fortaleza é uma das piores, porque praticamente todo mês tem greve. Os colégios terminam as aulas em março. Os outros colégios terminam em dezembro e os de Fortaleza terminam em março.

Samilly ou Deisiane: O único dinheiro que tá sendo utilizado certo é o do lazer.

Michel: Eu acredito que as escolas públicas do interior estão muito melhor que as de Fortaleza. Eusébio, as escolas de lá é como se fosse de primeiro mundo assim. Os alunos totalmente interessados, os professores motivados. O Instituto Dr. José Frota é um Hospital de jurisdição da Prefeitura de Fortaleza.

Melissa: Até alguns professores daqui já comentaram na sala que tem muito mais aluno capacitado no interior do que aqui.

João: A violência, anteontem morreu um cara no colégio público perto da minha casa com

oito tiros, no Joaquim Alves. Dois quarteirões da minha casa com oito tiros dentro do colégio público. Segurança... E Educação, que num tem em um local onde tecnicamente se vai para aprender, sair e aprender um pouco mais da vida, a gente acaba perdendo a vida.

Michel: Eu acho que a educação é a base de tudo.

Deysiane: Com certeza.

Michel: Se você tiver Educação você tem um grande...

Melissa: A gente precisa de Educação para entender a política.

Deysiane: Se num investir em educação vai ter que investir em presídio. Pode ter certeza. ((risos))

Michel: Eu acredito que o segredo de tudo é a educação.

Talita: Com certeza. Esses sequestros que está tendo dentro da Faculdade de Medicina.

Entrevistador: Já teve outro?

Talita: Só dois eu acho. Teve dois num foi.

João: Um era amigo meu, ele morava lá perto da minha casa.

Talita: Aqui na UFC, como em qualquer outra faculdade, entra quem quer. Eu acho isso muito errado entrar aqui quem quer, aí faz uma revolução aqui nessa universidade, aí já era eu e todo mundo.

Deysiane: Isso aí já é federal, já é da parte federal.

Talita: Eu acho muito sei lá, que num tem segurança não.

João: Aqui?

Talita: Aqui e em qualquer faculdade.

João: Mas assim, todo mundo sabe que o povo usa...

Talita: Todo mundo sabe.

João: Todo mundo sabe que aqui no campus a negada usa drogas. Só que é diferente, por exemplo, você vai a um colégio público como eles usam drogas e aqui já é diferente, porque eles fazem...

Deysiane: consciente

João: É, eles conhecem, eles não fazem o mal eles tentam ajudar a cidade com isso.

Deysiane: Eu acho que eles são conscientes em relação a que eles fazem.

Carol: Eu acho assim, que a droga já vem da escola, da rua, de os pais não terem conscientizado.

Michel: Às vezes até de casa já surge a droga, os pais fumam e as crianças vão crescendo com aquilo.

Melissa: Eu não vejo problema nenhum na pessoa usar droga, isso é de cada um. Agora o ruim é as consequências que isso pode trazer. Principalmente aqui nesse campus o pessoal procura muito ir atrás das coisas. O pessoal da História é muito participativo.

Talita: Viajam também.

Beatriz: E a sociologia também. ((risos))

Melissa: Eles são muito participativos, procuram sempre agregar gente.

Entrevistador: Deixa eu só terminar a rodada, perguntando a vocês duas. O que é que política tem que ter para se tornar interessante para o jovem?

Samilly: É verdade, sinceridade. É...

Entrevistador: só isso? Beatriz?

Beatriz: Não, sei não...

Entrevistador: vocês falaram muitos pontos negativos. Agora eu vou perguntar o que é que afasta o jovem da política?

Samilly: É justamente a corrupção, todo mundo vai dizer que é a corrupção.

Entrevistador: É, mas eu quero ouvir de cada um.

Beatriz: Então vai ser; corrupção, corrupção, corrupção, corrupção, corrupção, corrupção...

João: É principalmente é isso; corrupção. Promessas inválidas que eles fazem também, você

num vê resultado daquilo.

Maxwell: Só as decepções que as pessoas têm com a política.

Talita: Dá vontade de chorar.

João: Pronto acabou.

Maxwell: Isso é o que afasta, mais afasta.

Michel: Como os dois falaram; as decepções, as promessas falsas. Acho que se eles cumprissem metade das promessas o Brasil hoje era um país melhor.

Deysiane: E também dentro da própria casa da gente nós vemos os nossos pais dizendo assim “Eu voto em qualquer um, nenhum presta”.

Carol: O menos pior.

Deysiane: Nenhum presta, já é desde sempre isso aí.

Beatriz: Presta sim viu, que meu pai presta.

((risos))

Melissa: Eu acho que é exatamente isso; a falta de verdade...

Maxwell: Ele presta como pai ou como político?

Beatriz: Os dois.

Melissa: (...) a corrupção.

Entrevistador: Talita?

Talita: Corrupção, dinheiro na cueca, a oração depois, é isso tudo aí.

((risos))

Entrevistador: A oração foi foda.

Talita: Tudo isso decepciona o povo. A gente brinca assim, mas é verdade; é o cúmulo do absurdo isso.

Carol: Corrupção, falta de compromisso, é isso aí.

Michel: É já foi tudo falado.

João: Cem por cento.

Entrevistador: Mas falta a Samilly.

Samilly: Já falei.

Entrevistador: Já falou. Mas foi o que? Repeti aí.

Samilly: Esqueci.

Entrevistador: Beatriz?

Beatriz: Tudo isso aí que eles já falaram; a corrupção. E por ser um assunto chato também. Eu pelo menos acho.

João: Chato por que eles tornaram chato. Os próprios políticos tornaram mesmo. Não é culpa da gente.

Maxwell: Se fosse um assunto motivador.

João: Se eles fizessem por onde, a gente ia atrás também.

Entrevistador: Mas o que é que torna esse assunto chato João?

Beatriz: Mas só o que tem é grupo de jovens sobre política, deve ser mais legal. Então, vão eu é que não vou. Que eu acho chato.

João: Eu acho que é isso, o que eles fazem de errado, por que ninguém gosta do que o outro faz de errado. Então, isso acaba afastando uma pessoa da outra, e no caso é uma ação que eles fazem, ou melhor, não fazem que afaste a gente.

Beatriz: A gente fala muito dos políticos também, mas na época da política nós somos os primeiros a ir atrás de político pra vender voto. Que tipo de ato é esse; a gente julgar os políticos se é a gente que faz eles serem corruptos. Chegar lá só porque tão pagando.

João: A gente vai atrás de vender voto, concordo só que também eles só vêm atrás da gente na hora que querem voto.

Talita: Ganhar pelo menos alguma coisa em cima disso...

João: São cinquenta, cinquenta.

Talita: (...) Pelo menos na época da eleição.

Deysiane: Não, mas sei lá.

Michel: É eu ganhei dinheiro deles, mas eu não votei neles não, votei no meu candidato.

Entrevistador: Como é essa história aí?

João: Eles nos enrolam e a gente enrola eles.

Michel: Eles compraram meu voto e eu recebi o dinheiro, mas votei em outro candidato.

Talita: Eu também.

Beatriz: Por isso que num elege um candidato bom que represente a população porque num tem dinheiro pra comprar voto. Pelo menos é a situação do meu pai.

Talita: Eu não tenho título, aí um cara lá dá... Uma carinha ali me pagou vinte e cinco reais para votar nele. Eu disse que votava.

Entrevistador: Mas pagou pouco, devia ter pedido cinquenta.

Talita: Disse que ia votar só que não votei, disse que eu tinha título e ia votar, mas num votei.

Votei em nenhum porque eu num voto.

Entrevistador: Vamos Maxweel que você estava doido pra falar.

Maxwell: Eu? Eu num já falei não.

Talita: Outra pergunta.

Maxwell: É, essa questão de vender voto eu não acho legal não.

Michel: Eu procuro votar também nos candidatos que investem na publicidade (ou na minha cidade?), no meio em que eu vivo.

Beatriz: Vote no meu pai.

Entrevistador: Já que a gente tocou nessa questão da venda do voto, você iria votar em um cara porque ia te pagar. Vou perguntar pra vocês qual a característica do político que mais inspira vocês a votar nele? Que motiva a votar nele? Pode ser qualidade, uma característica, ou porque ele é seu vizinho, parente de uma amiga, pai de uma amiga. Pode ser tudo isso aí.

Deysiane: Eu votei num Deputado de um cara que foi tirar meu título, meu CPF. Aí eu votei, eu tinha interesse.

Entrevistador: Caroline?

Carol: Qual a pergunta?

Deysiane: Qual o perfil de um candidato.

Entrevistador: O que te faz votar em determinado político? Qual motivo? Já que você votou, porque votou nele?

Talita: É o que menos vai roubar tu acha?

Carol: Não, não é o quem menos vai roubar. Eu acho que é o que promete ser assim ... que tem senso crítico, que sabe falar bem. Que tem candidato que Avé Maria. A Dilma pelo 'Amor de Deus', num dava um dado, num dava nada, no segundo turno eu só votei nela porque eu não queira o Serra de jeito nenhum. Pois é, eu votei no primeiro turno na Marina porque eu achava ela uma pessoa consciente, eu achava que ela estava dentro dos... do que provavelmente o mundo vai ser daqui pra frente. Por exemplo, do negócio do sustentável...

Beatriz: Tu acha que ela ia ter condição de governar um país?

Melissa: Ela só quer saber disso também. Só quer saber de mato e planta.

Michel: Meio-ambiente também.

Melissa: Só isso que a Marina quer saber. Só isso.

Deysiane: Mas é a ideologia do partido dela.

Entrevistador: Partido Verde.

Melissa: Mas aí você vai passar quatro anos com uma pessoa que só quer saber disso. O nosso país não precisa só disso não. Precisa de muito mais.

Carol: Mas já é o primeiro passo.

Melissa: Eu votei na Dilma consciente, porque para mim... O Lula estava tipo representando ela. Aliás, a Dilma estava representando o Lula e eu queria que seguisse o governo dele.

Porque pra mim ele foi um dos melhores presidentes.

João: A Dilma é o Lula de saia.

Deysiane: Também acho.

Melissa: Já que ele não estava e ela era o candidata dele para mim era com se tivesse votado nele. Mas mais por ele e não por ela.

Deysiane: E a mesma ideologia do partido.

Talita: Muita gente fez isso.

Carol: Todo mundo.

Deysiane: todo mundo fez isso.

Samilly: Ela se elegeu por causa disso. Por causa do Lula.

Michel: Eu votei na Dilma pelo Lula, porque ele vem fazendo um trabalho assim, que acredito ser um dos melhores. Hoje é um cara respeitado em todo mundo...

Deysiane: Até porque ano passado ninguém conheci a Dilma.

Michel: (...)Entra nos Estados Unidos de cabeça erguida e entra em qualquer canto. E vem tratando até os países pobres, os países que devem o Brasil como Cabo Verde; parece que ele perdoou a dívida.

Deysiane: O Haiti também.

Michel: Mas a Dilma politicamente falando é um zero a esquerda.

Carol: Com certeza.

Deysiane: Ela é fraca.

Michel: As propostas do Serra eram muito melhores do que as dela.

Deysiane: Mas é porque ele não tem nenhum tipo de experiência política.

João: Mas PSDB é PSDB.

Michel: É aquela velha história PSDB é PSDB como João falou.

Maxwell: Eu sou mais PT.

Deysiane: Sempre vai ser partido de direita.

Maxwell: Assim, a nível regional eu procuro votar no candidato que mais faz ou que mais busca fazer. Já a nível nacional eu voto por uma linha. Eu sou adepto a linha do PT, não é a melhor, não é a pior porque todos são da mesma laia, mas eu sou adepto a linha deles, da ideologia deles. Votei na Dilma por isso.

Deysiane: Porque gostava do Lula.

Maxwell: Também pelo Lula. Mais pelo Lula do que por ele. Porque ela não tem uma experiência nacional.

Deysiane: De política não. Até ano retrasado ninguém sabia quem era Dilma.

Melissa: Eu num conhecia não.

Maxwell: Pois é, se fosse pela questão de confiar a gente confiaria mais em quem? No Serra.

Porque ele já tem toda uma trajetória...

Carol: Mas o Serra ia privatizar tudo.

Talita: Todos os concursos públicos gente.

Deysiane: Ia privatizar tudo.

Talita: Ia ser horrível.

Maxwell: Mas querendo ou não ele já tem o controle de governo, que a Dilma não tem...

Deysiane: Ele já tem experiência.

Maxwell: Pois é.

Deysiane: Tem experiência.

Maxwell: Mas eu votei na Dilma pela linha do partido, pelo PT, pelo Lula.

Talita: O que me motiva é quando olham mais para os pobres. Tipo o Lula, eu nunca precisei nem disso; de Bolsa Escola. Bolsa Escola, Bolsa Família nunca usei, mas tem muita gente que precisa. Então isso para mim já é fundamental.

Entrevistador: Então tu vota naqueles que ajudam os mais humildes?

Talita: É, os mais humildes.

Maxwell: Porque querendo ou não os mais humildes são a massa que elege.

Talita: Tem muita gente que pega Bolsa Escola por aí, não precisando. Como uma amiga minha que estudava comigo em um colégio particular. Antigamente ela estudava em um colégio público só que ele continua recebendo a Bolsa Escola. É errado. Os políticos estão fazendo a parte deles agora depende da galera.

Samilly: Assim, esse negócio de Bolsa Escola e Bolsa Família eu achava certo só em parte porque tem gente que realmente precisa só que é como você estivesse dando o peixe e não ensinando a pescar. Acho que deveriam investir em Educação.

Talita: Tem muita gente que não tem oportunidade pessoal.

Maxwell: É a questão do comodismo.

Michel: O Lula foi o presidente que mais incentivou o jovem, ele criou; o PROUNI, o ENEM e várias coisas que motivou o jovem. Incentivou o jovem, investiu no jovem.

Samilly: Pronto, esse é um perfil de um político.

Entrevistador: Vocês falaram muito em comodismo e conformismo. Vou fazer mais uma pergunta, falta essa e mais três para acabar e todo mundo ficar feliz aqui.

Deysiane: Mas é legal.

João: É massa.

Entrevistador: Vocês citaram que o povo brasileiro é muito conformista e comodista. Porque vocês acham que eles são tão conformistas e comodistas?

João: Assim ...

Beatriz: Por já está assim há muito tempo, a gente acha que num tem mais nem jeito.

Samilly: Todo mundo diz que não tem mais nenhum jeito.

João: Já é no histórico do povo brasileiro. E também é como eles falaram da Bolsa Família. Eu acho que a Bolsa Família com o lado do comodismo foi uma arma para eleger a Dilma. O povo que usava o Bolsa Família, que não trabalhava, se votasse no Serra ia perder o Bolsa Família. Então, a Bolsa Família foi muito mais uma arma pra poder votar na Dilma. Acho que isso vem do comodismo. Eu conheço gente que quando aparece um emprego pergunta logo assim “recebe mais ou menos que a Bolsa Família”. Se receber menos num vai, prefere ficar em casa.

Entrevistador: Bora Maxwell.

Maxwell: Passo.

Entrevistador: Maxwell passou. Então vamos Melissa.

Talita: Eu não entendi a pergunta.

Melissa: Pois é, eu estava 'voando' aqui.

Deysiane: Porque a gente é acomodada?

Entrevistador: É. Vocês falaram que o brasileiro é tão acomodado e conformista, por quê?

Melissa: Eu acho que...

Maxwell: Eu acho que isso é cultura. Tipo o Brasil foi colonizado, o Brasil dependia de Portugal. Ali já havia comodismo, já havia conformismo, o Brasil sempre se contentou com pouco. Acho que isso já é cultural.

Melissa: (...) Eu acho que vendo histórico do país já, a gente sempre viveu nisso e acaba que existe conformismo de ficar naquilo...

Samilly: Desde sempre roubaram a gente, começando pelo pau-brasil até.... Desde sempre.

Maxwell: Até o dinheiro na cueca.

Samilly: Até o dinheiro na cueca.

Michel: Tem que mudar isso, não existe pessoas que se propõe a mudar esse conformismo brasileiro.

Carol: Mas eu acho que a geração que está sendo a mais conformista é essa que estamos vivendo.

Melissa: É mesmo.

Deysiane: A gente tenta...

Carol: Porque a gente tem a história da Ditadura Militar, que foi uma ditadura... Tem a parte do comunismo, a parte que os jovens estavam muito revoltados. As revoltas do tempo Colonial, do tempo da Independência. Tinha os movimentos estudantis.

Talita: Hoje não existe mais esses movimentos, entendeu.

Samilly: Eu acho que foi a década de 80 por aí.

João: Não.

Samilly: 90, né? Antes.

João: É. A gente também tem medo. Por que assim, a gente acha que antes da Ditadura Militar não houve nenhum movimento tão grande quanto o da Ditadura Militar, eu não me lembro. Depois, na Ditadura Militar meteram a chibata em todo mundo e a gente via aquilo que aconteceu. A gente quer fazer aquilo para apanhar? Ser preso, morrer? É um medo da gente.

Talita: Que nem aquele movimento da carteira de estudante para conseguir passe livre, jogaram bala de borracha, foi a maior loucura no terminal que eu vi na televisão. Aí o pessoal tem medo mesmo.

João: O modo carinhoso como eles nos tratam.

Vários entrevistados: Exatamente.

Talita: E outra coisa...

Melissa: Vendo a gente fica com mais medo. (Tudo hoje em dia é mais violento).

Talita: (...) E outra coisa, além de levar bala de borracha num adianta de nada, pois o que é duzentos jovens na mão de um bocado de grandão da política lá? Num é nada.

Carol: É isso. Eu acho que para uma mudança realmente acontecer teria que movimentar uma grande massa. Só que a maioria das pessoas não tem esse interesse de ir atrás.

Talita: Eu não iria por medo.

Carol: Por exemplo, uma coisa que acho que iria fazer a diferença seria nas eleições haver um movimento em que mais da metade da população brasileira votasse nulo. Aí sim, eles se sentiriam obrigados a mudar os candidatos e os candidatos iam ser obrigados aparecer com mais propostas. Eles iriam ver que a gente está realmente indo atrás de saber o que eles estão fazendo.

Michel: Eu acho que também devido a essa nova medida, a Ficha Limpa, os políticos tendem a mudar mais e trabalhar mais para o povo. Acho que sim, devido a essa Ficha Limpa eles não querem sujar o nome, para não poder se candidatar mais e não ganhar mais...

João: Então tira os Deputados todos e coloca uma nova remessa.

Deysiane: Pronto. Só pode.

Carol: Era bom.

Talita: Tem um ex-namorado da minha mãe que quando era jovem fez esses movimentos, e ele acabou sendo preso por causa disso. Apanhou e tudo. Aí a galera vai fazer isso para levar bala de borracha, para apanhar de cassetete, para ser preso? Lógico que não. Deus me livre.

Michel: O povo tem medo porque quando as pessoas criam um movimento os políticos mandam bater, mandam fazer...

Talita: Prender.

Michel: Prender.

João: Quando acontece um movimento assim grande, notável, eles não estão nem aí para gente. Por exemplo, no caso do ENEM depois que teve a prova aconteceu aquele negócio de vai cancelar, aquela putaria toda. Todas as capitais tiveram movimento, todas as capitais do estado, até aqui também teve, e eu estava lá no meio da 'putaria'. Pronto a gente fez um movimento nacional, onde todas as capitais entraram, e o que é que eles fizeram? Nada. Pela gente, não ligaram para o que a gente estava fazendo. Trataram-nos como uns jumentos no arado.

Entrevistador: Vocês falaram muito em movimento coletivo e em luta; pelos direitos de vocês, movimentos de jovens que lutaram por carteiras de estudante, pelo ENEM. Algum de vocês já teve contato com algum movimento, movimento político? Já chegou a participar de uma manifestação dessas, de uma passeata?

Samilly: A gente fala mais num vai.

João: Só a do ENEM.

Vários entrevistados: Só a do ENEM.

Melissa: Eu fui para a do Passe Livre.

Talita: Teve tipo um encontro na internet, dizendo tal lugar e eu apareci lá e foi a maior 'loucura'.

((Múltiplos entrevistados falando ao mesmo tempo, acabando por impossibilitar a identificação destes e de suas falas. Entre 43min 07seg á 43min15seg))

Deysiane: Muito 'massa'.

Talita: Foi... Eu pensei que era mentira, mas eu fui.

Michel: Só para olhar se era verdade?

((risos))

Talita: Era. ((Risos))... Mas para reivindicar meus direitos também. Se bem que não adiantou de nada.

Carol: Mas reivindicou.

Entrevistador: Vai Samilly você quer falar dessa vez.

Samilly: Valha, mas eu falei que fui.

Entrevistador: Foi?

Samilly: A do ENEM.

Entrevistador: Lutou mesmo?

Samilly: Foi.

Beatriz: Gritou muito?

Samilly: Foi.

Entrevistador: Você acha que foi proveitoso?

Samilly: Não.

((risos))

Melissa: Foi uma tarde perdida.

Samilly: Foi uma tarde perdida.

Entrevistador: Quer dizer que todo mundo estava no ENEM aqui?

Maxwell: É isso que acontece a gente já está pensando na linha do conformismo e do comodismo.

Samilly: É.

Maxwell: A gente viu que não deu em nada.

Samilly: Não deu em nada.

Maxwell: Aí pronto, relaxou.

Samilly: Aí pronto, se foi assim com uma grande massa, foi muita gente...

João: Muita gente.

Samilly: (...) Não deu em nada imagine. Tá entendendo.

Maxwell: Pois é.

Samilly: É isso que faz a gente se conformar sabia.

João: Aí quando a gente começa a quebrar tudo eles vem quebrar a gente. Quando a gente fica mais revoltado... Esse movimento foi pacífico, não teve quebraria em nada. Foi só realmente a revolta, a parte mais do livre arbítrio, falava o que você quiser. Mas isso não deu em nada e quando a gente começava a quebrar num instante aparecia alguém para mudar alguma coisa. O conformismo deles também, começam a quebrar as coisas aí eles...

Entrevistador: Beatriz você que chegou agora, já participou de algum movimento coletivo ou

político?

Beatriz: Obrigada.

Entrevistador: Qual você participou?

Beatriz: Eu participei lá na minha cidade, lá em Itapipoca. Do negócio da fábrica, do negócio do lixão, do negócio da praça, de um monte.

Samilly: Você foi a todos.

Entrevistador: Se não fosse pelo teu pai?

Beatriz: Não, obrigada não. Eu ia, tipo o da fábrica, acordava de madrugada e ia com o meu pai. Eu ia porque eu achava legal entendeu, hoje em dia é que eu não gosto mais. Porque quando a gente vai virando adolescente vamos ficando rebeldes, não acompanha mais os pais.

Talita: Vai ficando “aborrecente”.

Entrevistador: Mas já que você tá virando adolescente e ficando rebelde, não era para você se rebelar e protestar mais ainda?

Beatriz: É num sei. Mas é porque quando a gente é criança acompanhamos mais os pais e depois não, fui achando aquilo chato.

Maxwell: Tanto que você quando era criança queria ser política também, né?

Beatriz: Queria não, tu é doido é.

Samilly: Ela já sabe, tu é doido é.

Beatriz: É porque, sei lá, não dá para mim.

Entrevistador: Agora pessoal à pergunta mais trash. O que é democracia pra vocês?

((Vários comentários de espanto))

Entrevistador: Posso dá um tempo pra vocês pensarem.

João: Pessoal não tem nada a ver com demônio.

Samilly: Só parece.

João: Democracia?

Entrevistador: Pra você? O que é que você vê em Democracia? Dizem que o Brasil é um país democrático mais na prática o que você vê de Democracia aqui? Você acha que tem

Democracia no Brasil ou não?

João: Acho que na prática Democracia é você escolher.

Samilly: Ter o direito de escolher.

João: Ter o direito de escolher o que você quiser naquilo que lhe oferecem. Acho que isso realmente é Democracia. Agora na prática...

Entrevistador: Se não quiser responder pode dizer só o que é pra você.

João: Passa aí que eu vou pensando mais.

Entrevistador: Vamos Maxwell.

Maxweel: Democracia? Eles dizem que o Brasil é um país democrático pelo fato de todos terem o direito de votar; homens, mulheres, adolescentes, idoso. Eles dizem que o Brasil é democrático por isso, só que deveria ser democrático em todos os aspectos em todos os setores. O que não acontece.

João: Acho que até na parte do nome do Brasil já tá errado em relação à Democracia;

República Federativa. Federativa são os estados terem a própria autonomia, isso eles já não têm porque eles ficam sujeitos a um presidente. Os estados não são democráticos quanto mais à gente.

Talita: Isso só existe na teoria porque na prática.

João: Na prática tem, mas muito pouco. Tem com limitações; você é democrático e quer votar naquele, mas não, você só pode escolher esse daqui. É Democracia entre esses daqui, naquele ali você não pode.

Samilly: Gente ele respondeu tudo que é Democracia, então pronto.

Carol: Eu não vejo como uma Democracia, porque na Democracia você tem o direito de votar ou não. As pessoas se veem muitas vezes a ir obrigadas, aí elas aceitam vender o voto porque

elas não queriam votar, mas alguém vai pagar elas, então ela vota. É isso que as pessoas pensam.

Talita: Eles dizem assim, “você tem o direito de votar, mas”.

Carol: Mas não tem o direito de não votar.

João: Esse 'mas' é que complica.

Talita: Mas se a gente não quiser. Tipo assim, eles dizem que a gente tem um livre arbítrio – isso a gente tem com certeza – só que há obrigação de votar. Só que a gente pode não votar em nenhum político porque eles não interessaram só que a gente é obrigada a votar pelo menos em um. Então, para mim isso não é democracia. Para mim, democracia era você ter o direito de votar ou não. Tem um bocado de político lá e eu não gostei de nenhum, não vou votar e pronto, e não acontecer nada. Agora se você não votar tem que pagar uma multa. Você tem obrigação de votar então isso não é democracia.

Michel: Se você não votar, não pode fazer concurso público, paga multa e num pode fazer...

Não pode adquirir nada. Acho que não pode nem fazer vestibular.

Entrevistador: Pode não. Na verdade você pode fazer vestibular, você não pode é assumir.

Michel: Por quê? Por que eu não votei.

Talita: Então não é Democracia isso.

Samilly: Essa era a última?

Entrevistador: Alguém mais? Calma, ainda tem mais gente. Deixa eu fazer uma pergunta, fazendo um gancho com o que vocês falaram. Vocês concordam com o voto ser obrigatório?

Samilly: Não.

Beatriz: Não.

João: Não.

Talita: Como é?

João: O voto obrigatório.

Entrevistador: Vocês acham que o voto deveria ser obrigatório ou não?

Talita: Era para existir de fato a democracia.

Melissa: Eu acho que sim. Porque se o voto não fosse obrigatório ninguém ia votar. Aí iria ficar na mão de quem?

Maxwell: É o que eu estava pensando.

Carol: Mas aí é que tá a democracia.

Melissa: Quem assumiria alguma coisa?

Deysiane: Não Melissa.

Carol: Isso é porque as pessoas veem o voto como um dever. Sendo que o voto é um direito seu. Você vota a partir da sua consciência.

Talita: Mas se os políticos vissem que não era obrigatório o voto eles iam fazer de tudo para que a gente votasse neles.

Deysiane: Fazer de tudo para incentivar.

Talita: Então o que aconteceria, não existiria corrupção – ia, mas seria muito pouco-, não ia existir é ...

Samilly: Dinheiro na cueca.

Talita: (...) O roubo, que é corrupção. Então é isso. Como eles sabem que a gente é obrigada a votar eles fazer qualquer coisa e pronto.

João: Eu acho também que é assim, se o voto não fosse obrigatório iria ter uma seleção nas pessoas que vão votar. Porque as pessoas desinteressadas em votar são aquelas que votam em qualquer um, que vendem o voto para qualquer politicozinho. E aquelas pessoas que realmente vão votar são aquelas que irão votar por algo sério. Existira uma seleção nas pessoas que iriam votar como também nos políticos que a gente iria eleger. Só iriam assim os melhores e só iriam votar os mais conscientes.

Entrevistador: Vamos Samilly tá calada aí?

Samilly: Nada a declarar.

Entrevistador: Maxwell?

Maxwell: É isso... Há há há há... É isso.

Entrevistador: Michel?

Michel: Estou pensando aqui.

Entrevistador: Vamos lá Melissa discutir mais sobre o seu ponto de vista, já que você é a única contrária.

Melissa: Eu vou já mudar.

Entrevistador: Não, defenda.

Melissa: Eu acho que tinha de ser obrigatório.

Michel: Se conforme não, eu também concordo com ela que tem de ser obrigatório.

Melissa: Porque no meu ponto de vista as coisas iam ficar um caos. Porque as pessoas pensariam “ah! Eu voto se eu quiser”, eu aposto que ninguém iria votar. Ai o que eles iriam fazer? Eu acho que eles iriam tentar um jeito de manipular a votação e eleger o que eles quiserem. Eu acho.

João: Ela falou que o voto deveria ser obrigatório e que se não fosse ninguém ia votar. Se o voto não fosse obrigatório – vamos supor-, quem é que iria votar aqui?

Deysiane: Como é?

((Muitos interlocutores falando ao mesmo tempo, dificultando a compreensão das falas de todos))

Talita: Eu iria se tivessem políticos...

João: exatamente, essa é a preleção.

Melissa: Eu ia votar.

Deysiane: O voto não era obrigatório dessa vez, mas eu fui votar.

João: Pronto, pronto! O voto foi facultativo e não obrigatório e a gente vai votar.

Samilly: A gente, o voto não era obrigatório e a gente foi.

Entrevistador: Por isso que eu estou entrevistando vocês, porque eu queria medir a participação pela política. Eu queria medir através da votação, eu não posso medir com adultos que são obrigados a votar, então vou pesquisar com jovens de 16 e 17 anos que vão por escolha própria.

Samilly: Pois é, a gente não é obrigada a votar, a gente vai porque teve consciência de participar.

João: A gente teve consciência do que realmente queria.

Entrevistador: Vamos lá pessoal é a última pergunta antes pra gente terminar e vocês voltarem para aula.

João: Aula? É o intervalo agora.

Entrevistador: Tem intervalo ainda?

João: Tá no intervalo.

Entrevistador: O que motivou vocês a querer participar desta entrevista? Eu queria saber pura e simplesmente isso.

Vários entrevistados: Expressar uma opinião.

Entrevistador: é.

((Alguns comentários dos entrevistados))

Entrevistador: Vamos lá, eu quero as considerações finais de cada um.

((silêncio))

Beatriz: Eu? É só porque eu sentei aí e começou a conversar e eu conversei. 95

((risos))

Entrevistador: Mas foi um assunto que te chamou atenção porque você se meteu, tu não tinha dado o nome para participar da entrevista.

Samilly: Por tu já ter uma participação de casa.

Beatriz: Pronto. Por eu já ter isso de casa. Eu falei o que eu escuto ou o que eu acho disso.

Entrevistador: É uma coisa que tu já tinha vivido, conhecido?

Beatriz: E como eu já tinha para mim... E como vocês começaram a conversar eu fui e conversei.

Entrevistador: Melissa.

Samilly: Samilly.

Entrevistador: Oh! Eu estou confundindo. Considerações finais.

Samilly: Pra debater, para trocar opiniões, ouvir opiniões.

Entrevistador: João Neto.

João: Eu me interessei justamente por isso; expressar opiniões e pelo assunto política. O assunto política gera assim; uma curiosidadezinha, uma intrigazinha com qualquer um – todo mundo quer falar alguma coisa.

Entrevistador: Maxwell.

Maxweel: Bom, é assim, eu me interessei pelo fato de eu poder me expressar, eu poder escutar outras opiniões da minha idade e é isso.

Entrevistador: Gente vocês podem dizer tudo, se foi o professor que pediu eu vou. Tem problema não.

((O professor de História do determinado cursinho é meu amigo e ele que fez a ligação entre eu e a turma onde encontrei os voluntários para realização desta entrevista.))

Maxweel: Foi por isso não.

Deysiane: Foi por isso não.

Carol: É tanto que eu nem estava.

Michel: Importante porque através desse debate eu pude expressar minha opinião sobre a política e também ouvir a opinião de outros jovens.

Entrevistador: Então vocês querem ser ouvidos?

Deysiane: Quero.

Samilly: Queremos.

Michel: Exatamente... Acho que é aí que está a Democracia, poder expressar nossas opiniões.

Entrevistador: Estava faltando espaço nessa sociedade de hoje para o jovem ser ouvido?

Michel: Exatamente.

Deysiane: Tá.

Carol: Tá faltando.

Samilly: Muito. A gente fez um movimento daquele e cadê? Não deu em nada.

João: Dá em nada.

Entrevistador: Mas tem algum espaço hoje pra vocês expressarem suas opiniões?

Deysiane: Eu acho que não.

Melissa: Tem.

Carol: Tem.

João: As redes de TV.

Entrevistador: A internet?

Samilly: A televisão talvez não porque é como a Carol falou que tem a questão da alienação. Eles puxam muito para um lado e talvez eles não iriam deixar.

João: Depende do canal.

Samilly: Pois é, eu estou falando em relação a isso.

Talita: Na TV aberta porque na fechada não é desse jeito, já é mais... Tá nem aí não.

Samilly: Eu estou falando generalizando.⁹⁶

Talita: Agora a aberta é mesmo é muita a mídia.

Samilly: 'Tipo' a Globo o que ele fizer para ser contra o PT ela faz.

((Algumas falas deste trecho [55:30 – 55:40] não puderam ser transcritas pelas dificuldades de serem entendidas e separadas, vários comentários se transpõem sobre os outros – os

entrevistados falam todos de uma só vez))

Melissa: Eu participei porque achei interessante o tema da monografia que você escolheu e pra tentar demonstrar o que a gente passa, o que a gente vê, da nossa sociedade – que não é uma das melhores.

Entrevistador: Talita.

Talita: Para expor minha opinião e ...

Michel: Você veio porque te chamei, deixa de ser mentirosa.

Talita: Eu estava com dúvida. Como era da mesma idade eu preferi vir, porque uma coisa é você discutir com o jovem outra coisa é com o político, um adulto assim.

Melissa: Posso perguntar uma coisa? Porque você escolheu esse assunto?

Entrevistador: Primeiro porque eu gosto e depois eu acho isso uma coisa tão importante na vida das pessoas e muitas deles não estão nem aí.

Samilly: O que é que você acha da política?

((risos))

Entrevistador: As perguntas são pra vocês.

João: Calma.

Entrevistador: Vamos só terminar as considerações finais e a gente conversa isso.

Carol: Pelo tema – porque eu gosto do tema –, para expressar minha opinião e também porque eu acho que a coisa começa assim sabe; um pequeno grupo se unindo debatendo uma ideia, e quem sabe isso possa virar uma coisa maior.

Deysiane: Vamos já criar um grupo estudantil aqui. Eu me interesso bastante por política, expressar e ouvir o que os outros tem a dizer é sempre bom.

Entrevistador: Pessoal eu queria agradecer a todo mundo. Muito obrigado.

[Término da entrevista]